

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERINSTITUCIONAL
EM HISTÓRIA UFF – UNICENTRO**

DIZERES EM CONFRONTO

(A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense)

ÉVERLY PEGORARO

**Niterói/RJ
2007**

ÉVERLY PEGORARO

DIZERES EM CONFRONTO

(A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interinstitucional em História UFF/UNICENTRO, como requisito para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ismênia de Lima Martins

Niterói/RJ
2007

ÉVERLY PEGORARO

DIZERES EM CONFRONTO

(A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interinstitucional em História UFF/UNICENTRO, como requisito para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História Social.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. María Verónica Secreto de Ferreras (UFRRJ)

Prof. Dra. Márcia Maria Menendes Motta (UFF)

Prof. Dra. Ismênia de Lima Martins (UFF)

Para minha família e amigos, com todo amor.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, professora Ismênia, por toda a sua ajuda nessa etapa de minha trajetória acadêmica. A Unicentro e a UFF, pela oportunidade de desenvolver uma pesquisa que traz em si um pouco de minha própria história e do povo de minha região, o Sudoeste do Paraná. Aos professores Sitallo Voltolini, Márcia Motta, Beatriz Olinto e Verónica Secreto, pois sua ajuda foi fundamental para a realização desse trabalho. A Mafalda Francischett, pela sua disponibilidade em elaborar os mapas que aqui se encontram. Aos meus depoentes, por compartilharem comigo memórias tão preciosas. A meus pais, irmão e amigos, pela compreensão e pelo apoio em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis. Não poderia deixar de registrar um agradecimento especial a Rogério e Janaína, amigos tão queridos que me acolheram todas as vezes que precisei de hospedagem em Curitiba. Também deixo meus agradecimentos a todos os demais que, mesmo não mencionados aqui, sabem que ajudaram a tornar essa pesquisa uma realidade. Finalmente, agradeço a Deus, a quem devo tudo que sou e tudo que tenho.

“... os falares diferem de grupo para grupo, e cada homem é prisioneiro de sua linguagem: fora da sua classe, a primeira palavra marca-o, situa-o inteiramente e expõe-no com toda a sua história. O homem é oferecido, entregue pela sua linguagem, traído por uma verdade formal que escapa às suas mentiras interesseiras ou generosas.”

Roland Barthes

SUMÁRIO

	LISTA DE FIGURAS E TABELAS	9
	LISTA DE SIGLAS	10
	RESUMO	12
	ABSTRACT	13
	APRESENTAÇÃO	14
1.	A REVOLTA DOS POSSEIROS DE 1957	20
1.1	O DEBATE DAS INTERPRETAÇÕES	21
1.2	SUDOESTE DO PARANÁ: TERRAS MARCADAS POR DISPUTAS	26
1.2.1	Colonização dirigida	38
1.2.2	Articulação de interesses e o conflito de 1957	43
1.3	O GOVERNO LUPION	55
1.3.1	A política de colonização de Lupion	58
1.3.2	1957: dificuldades provisórias e clima de insatisfações	63
2.	A VOZ DE UM CONFLITO: A RÁDIO COLMÉIA NA REVOLTA DOS POSSEIROS DE 1957	68
2.1	QUANDO A IMPRENSA PARTICIPA DA HISTÓRIA	73
2.2	A MEDIAÇÃO DA RÁDIO COLMÉIA DE PATO BRANCO NO CONFLITO DE 1957	79
2.3	A RÁDIO COLMÉIA DE FRANCISCO BELTRÃO NO CONFLITO DE 1957	89
3.	AS PALAVRAS DE UM CONFLITO: DISCURSOS SOBRE A REVOLTA DOS POSSEIROS DE 1957 NAS PÁGINAS DA IMPRENSA PARANAENSE	99
3.1	O ESTADO DO PARANÁ NA REVOLTA DOS POSSEIROS	104
3.1.1	Colonos e posseiros	109
3.1.2	Violência	116
3.1.3	Panorama político	123
3.2	A GAZETA DO POVO NA REVOLTA DOS POSSEIROS	130
3.2.1	Colonos e posseiros	135
3.2.2	Violência	139
3.2.3	Panorama político	143
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157

	FONTES PRIMÁRIAS	157
	TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS CITADAS E/OU CONSULTADAS	158
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	160
	BIBLIOGRAFIA CITADA	162
	ENTREVISTAS	166
	ANEXOS	167

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 01	Mapa da localização das Glebas Missões e Chopim no Sudoeste do Paraná	31
FIGURA 02	Localização da região Sudoeste do Paraná	36
FIGURA 03	Divisão atual dos municípios do Sudoeste do Paraná	37
FIGURA 04	Principais municípios envolvidos na Revolta dos Posseiros de 1957	51

LISTA DE SIGLAS

APUCARANA	Imobiliária Apucarana Ltda.
CANGO	Colônia Agrícola Nacional General Osório
CEFSPRS	Companhia de Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul
CITLA	Clevelândia Industrial e Territorial Limitada
COMERCIAL	Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda.
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DOPS	Delegacia da Ordem Política e Social
DGTC	Departamento de Geografia, Terras e Colonização
DTC	Divisão de Terras e Colonização
GETSOP	Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
KHZ	Quilohertz
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Libertador
PR	Partido Republicano
PRT	Partido Republicano Trabalhista
PSD	Partido Socialista Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

PTN	Partido Trabalhista Nacional
SEIPU	Superintendência das Empresas Incorporadas da União
SVOP	Secretaria de Viação e Obras Públicas
UDN	União Democrática Nacional

RESUMO

Esta pesquisa reflete sobre a participação da imprensa na Revolta dos Posseiros de 1957. Parte-se do pressuposto de que jornalismo é mediação simbólica e de que as estruturas narrativas têm papel ativo na criação e descrição da realidade histórica. O estudo faz uma análise comparativa do discurso jornalístico acerca do levante entre os periódicos paranaenses Gazeta do Povo e O Estado do Paraná. Além disso, apresenta as rádios Colméia de Pato Branco e Francisco Beltrão, com seu envolvimento direto no conflito. A revolta envolveu a disputa das mesmas terras entre os governos estadual e federal, companhias de terras, colonos e posseiros, no Sudoeste do Paraná, resultando em violências, mortes e desentendimentos políticos. A análise contempla o período mais intenso e violento, entre os meses de setembro e novembro, quando colonos e posseiros organizaram-se e expulsaram as companhias de terras e os jagunços por elas contratados, além de exigir a designação de novas autoridades municipais.

Palavras-chaves: Revolta dos Posseiros de 1957; discurso, jornalismo, conflitos de terras.

ABSTRACT

This research reflects about the press' participation in the Leaseholders' Revolt in 1957. It's presupposed journalism is symbolic mediation and narrative structures have an active function in the historical reality's creation and description. The study does a comparative analysis about journalistic discourse on the subject of the revolt between *Gazeta do Povo* and *O Estado do Paraná*, newspapers from Paraná. Moreover, it presents Pato Branco's and Francisco Beltrão's broadcasting stations, with their direct involvement in the conflict. The revolt was the dispute among the state and federal government, companies of lands, colonists and leaseholders, in the Southwest of Paraná, resulting in violence, deaths and political misunderstandings. The analysis involves the most intense and violent period, among September, October and November, when the colonists and leaseholders organized themselves into the expulsion of the companies of lands and the gunmen whose were contracted by them. They also demanded new authorities to the cities.

Key-words: Leaseholders' Revolt in 1957; discourse, journalism, conflict of lands.

APRESENTAÇÃO

“De espingarda, de facção à cinta e empunhando a bandeira nacional, os colonos se levantaram em governos populares”.
O Cruzeiro, 2 de novembro de 1957.

Como a imprensa media e colabora para a construção histórica de um conflito de terras? Essa é uma das perguntas que perpassa toda essa pesquisa. Entende-se que a imprensa assumiu um papel significativo na construção da narrativa histórica contemporânea, já que os meios de comunicação tomam para si o papel de intermediários para que o acontecimento marque agora a sua presença. Entretanto, o discurso jornalístico é construído através de uma série de intervenções e interesses. Essas intenções, traduzidas em estruturas textuais e perceptíveis no contexto da produção discursiva, confirmam o papel ativo da linguagem na construção histórica de um conflito.

Não é minha pretensão afirmar que a versão transmitida por um ou outro jornal seja mais ou menos verdadeira. Afinal se a história pode ser contada de inúmeras maneiras, fornecendo diferentes interpretações aos assuntos, dotando-os, então, de sentidos diversos, os jornais, ao optarem por uma forma discursiva,

uma maneira de selecionar os fatos e apresentá-los ao leitor, também fornecem um ângulo peculiar para a escrita da história¹.

Entender como as idéias são transmitidas e como os meios pelos quais se dá a sua transmissão interferem na própria compreensão das mensagens, além de refletir sobre como o contato com essa palavra afeta o comportamento de um sujeito histórico, inserido em um tempo e lugar determinados, fazem parte dos argumentos que justificam a pertinência do estudo do discurso jornalístico².

Partindo-se desses pressupostos, esta pesquisa analisa como a imprensa paranaense construiu o discurso jornalístico sobre a Revolta dos Posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná, apontando possíveis interesses dos veículos de comunicação analisados, perceptíveis na forma como eles expressam o conflito em suas narrativas. O levante envolveu posseiros, companhias de terras e o governo estadual, cujo início das disputas de terras se deu em 1940 e perdurou por mais de 20 anos. Em outubro de 1957, posseiros e colonos se organizaram em um conflito armado, tomaram as suas cidades e expulsaram as companhias de terras e os jagunços por elas contratados.

Nos anos 50 do século XX, como o Sudoeste iniciava seu processo de ocupação incentivado pelo governo federal, ainda não possuía periódicos impressos que possam servir como fonte de pesquisa. Entretanto, contava com uma emissora de rádio, a Rádio Colméia, presente nos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão, que realizou uma mediação significativa durante o conflito, resgatada neste trabalho a partir de depoimentos orais de radialistas, lideranças locais e ouvintes.

O discurso jornalístico impresso é analisado através dos periódicos paranaenses Gazeta do Povo e O Estado do Paraná, em suas edições de setembro, outubro e novembro de 1957. Os dois primeiros meses representam o período mais intenso e violento do conflito, culminando com a Revolta dos Posseiros, em 10, 11 e 12 de outubro de 1957.

¹ BARBOSA, Marialva. Por uma história dos sistemas de comunicação. **Revista Contracampo**, nº 1, julho/dezembro 1997.

² Ibid., p. 78.

Entre os objetivos de minha pesquisa estão: analisar como se deu a produção de sentido da revolta nos dois veículos; comparar o discurso dos dois jornais paranaenses, de que forma o conflito foi mostrado, quem ganhou voz e quem foi silenciado nas matérias jornalísticas; retomar alguns aspectos dos dois periódicos em análise, que irão ajudar a definir a linha editorial que cada jornal seguiu; analisar o papel do rádio no conflito, como espaço de ligação comunitária, já que a Rádio Colméia, tanto em Pato Branco como em Francisco Beltrão, participou da revolta; fazer um levantamento dos principais autores que já disseram sobre o conflito e levantar informações que possam contribuir para a história da imprensa paranaense, assunto que ainda está em seus contornos iniciais.

No primeiro capítulo da dissertação, apresento a Revolta dos Posseiros de 1957. Explico o início da colonização no Sudoeste do Paraná, como se deu a chegada de posseiros, colonos e companhias grileiras na região e a contextualização dos conflitos que surgiram a partir disso. Para essa etapa, utilizo sobretudo fontes bibliográficas, pois minha intenção principal de pesquisa não é discorrer a respeito da Revolta dos Posseiros em si, motivo que pretende justificar a não utilização de fontes comprobatórias. Início este capítulo justamente mostrando os principais autores que estudaram o levante e os debates de interpretações que se abriram. Além disso, aponto a contextualização política do período e informações sobre o governador do Paraná, Moysés Lupion, tendo como fontes históricas as mensagens apresentadas a Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura das Sessões Ordinárias de: 1948; 1957; 1958; 1959 e 1960, alguns dos anos em que estive a frente da administração pública do Estado.

“As revoluções no Paraná se fazem pelo rádio”, já dizia a revista *O Cruzeiro*³. Dessa forma, não poderia deixar de falar sobre a intercessão das emissoras da Rádio Colméia, em Pato Branco e Francisco Beltrão, no levante. Ambas tiveram papel importante na intervenção a favor dos colonos. Único veículo de comunicação no Sudoeste, em meio a uma população em sua grande

³ MORAES, Mário de. Sangue no Paraná. *O Cruzeiro*, p. 5, 12 out. 1957.

maioria analfabeta, o rádio desempenhava a função de informador, mediador e conselheiro. Nessa época, seus radialistas eram tidos em grande consideração pelos ouvintes, eram verdadeiros artistas. Foi dessa forma que Ivo Thomazoni, radialista da Colméia em Pato Branco, foi gradativamente assumindo o papel de uma das lideranças do levante. Já em Francisco Beltrão, eram os próprios acionistas da emissora que tomaram partido a favor dos colonos, utilizando o rádio como megafone de luta.

Essas informações são trazidas no segundo capítulo da pesquisa. Em sua parte inicial, falo sobre a participação e a influência da imprensa enquanto poder simbólico formador de discurso histórico. É também nesta etapa do trabalho que trago algumas reflexões sobre a relação entre imprensa e história. Sou jornalista por formação, e esses conceitos foram primordiais para adentrar no território dos historiadores.

Além disso, apresento algumas características do rádio que permitem compreender a força que esse veículo de comunicação tinha em uma região como o Sudoeste do Paraná. As duas emissoras não apenas forneciam informações para o seu público ouvinte, mas também alimentavam a imprensa da capital, pois somente no mês de outubro de 1957 alguns veículos de comunicação enviaram repórteres para cobrir *in loco* o levante. Entre eles, cita-se O Estado do Paraná, O Cruzeiro e Manchete. Foi interessante observar como posicionamentos diferentes construíram discursos diferentes sobre a mesma revolta. Enquanto a imprensa da capital, distante do cotidiano de luta, abordava principalmente o aspecto político do conflito, a imprensa regional tomava parte direta no confronto, embora sem abandonar os seus interesses partidários.

As principais fontes de pesquisa para esse capítulo são orais. Infelizmente, as duas emissoras não possuem arquivos sonoros que pudessem servir como fontes históricas. Para suprir essa falta, utilizei-me da História Oral. Para compreender a participação da Rádio Colméia de Pato Branco, conversei com Inelci Pedro Matiello e Ivo Thomazoni, os quais trabalhavam na emissora no ano de 1957. Também conversei com Jácomo Trento, o vendedor de equipamentos que percorria o interior do Sudoeste e alimentava com informações a Rádio

Colméia de Pato Branco. Sobre a Rádio Colméia de Francisco Beltrão, não foi possível conversar com os seus acionistas, pois já não vivem mais. Entretanto, alguns ouvintes puderam delinear o perfil que ajuda a compreender a sua importância. O caminhoneiro Aurélio Antonio Negri, além de ouvinte, transportou colonos até a praça de Francisco Beltrão para participarem do levante de outubro. A outra depoente é Manoela Pécoits, esposa do médico e um dos líderes da revolta, Valter Pécoits. Seu relato forneceu informações relevantes sobre a construção da liderança de seu marido e a forma como suas entrevistas no veículo de comunicação atuavam como formadoras de opinião.

No terceiro capítulo, apresento os dois periódicos da capital: O Estado do Paraná e a Gazeta do Povo. Alguns aspectos de criação e linha editorial permitem compreender a postura adotada face ao conflito. Minhas fontes históricas serão as primeiras edições, assim como alguns números comemorativos históricos e os próprios exemplares a serem analisados de 1957.

Na segunda parte do capítulo, apresento a análise de discursos jornalísticos das matérias publicadas pela Gazeta do Povo e O Estado do Paraná, entre os meses de setembro, outubro e novembro de 1957. Meu principal objetivo foi confrontar os discursos dos dois jornais paranaenses, apontando quem ganhou voz e quem foi silenciado nas matérias jornalísticas e analisando como se deu a produção de sentido nos textos.

O Estado do Paraná fez uma cobertura mais ampla, enfocando principalmente o aspecto político da questão. De posição contrária ao governo do Estado, seu discurso reiterava que o principal culpado pelo problema de terras no Sudoeste era o governador do Paraná. Depois que o periódico enviou repórteres para a região, suas matérias tornaram-se mais “humanas”, no sentido de mostrarem os próprios personagens envolvidos no conflito.

Já a Gazeta do Povo assumiu uma postura de defensora do governo do Estado. O próprio governador era um dos acionistas do jornal e o diretor era o Chefe de Polícia do Estado, Pinheiro Junior. Seu principal discurso era de que a questão de terras no Sudoeste foi inflamada por uma oposição política interessada em manipular a situação a seu favor.

Essa pesquisa é, portanto, o trabalho de uma jornalista por formação, interessada em adentrar no campo da História e em tecer relações entre duas áreas tão relacionadas entre si na construção do discurso histórico na contemporaneidade. Um mesmo discurso apresenta múltiplas possibilidades de leitura, inseridas em épocas e contextos diversos. Nessa pesquisa, emergem algumas dessas alternativas, que não se esgotam em si, mas servem para apontar as relações complexas que surgem entre o Jornalismo e a História.

1. A REVOLTA DOS POSSEIROS DE 1957

“A maior ofensa contra a propriedade era não ter propriedade”⁴

Eduard P. Thompson

A citação de Edward Thompson, ainda que se refira às situações vividas por camponeses ingleses do século 18, perfeitamente se encaixa nas experiências brasileiras do século XX, no que diz respeito a conflitos agrários. A maior ofensa contra a propriedade pode ser não possuir propriedade. Principalmente quando os grandes domínios de terras estão ameaçados, quando os “pequenos” resolvem lutar para garantir alguma melhoria de vida e isso representar a invasão de espaço dos “grandes senhores de terras”. Em diferentes lugares, em diferentes situações, com diferentes tipos de gente, a luta pela terra sempre esteve presente nos diversos capítulos da história do Brasil.

A Revolta dos Posseiros de 1957 é mais um dos muitos capítulos da história de conflitos agrários no país. Os sujeitos envolvidos, como não podiam deixar de ser, são colonos, posseiros, companhias grileiras e políticos. O palco do conflito foi a região Sudoeste do Paraná, a qual, desde o início de seu

⁴ THOMPSON, Eduard P. **A formação da classe operária**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 64.

povoamento, presenciou várias e longas disputas de terras. Muitas delas acabaram por interferir, de uma forma ou de outra, no conflito de 1957.

Cabem aqui algumas observações em torno da compreensão que tenho sobre região. Mais que limitações geográficas, o conceito envolve um complexo sistema de relações sociais, políticas, econômicas e culturais, construído historicamente e imposto, muitas vezes, para que seja entendido e reconhecido como tal. “O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade”⁵. É nesse ambiente que diferentes agentes sociais atuam, com objetivos diversificados, em torno das mesmas ações. Estas, por sua vez, englobam disputas, conflitos, persuasões, manifestações de poder.

Analisar historicamente como se produz efeitos de sentido através de discursos jornalísticos pode ser uma forma de desconstruir os discursos dominantes. Confrontar narrativas em diferentes periódicos, algumas vezes complementares, em outras contraditórias, torna-se uma maneira de descobrir os interesses, as exigências, as motivações perpassados nas palavras e nos conceitos de indivíduos ou de grupos sociais. Afinal, a informação é um direito público, mas o jornalismo é uma atividade exercida no setor privado.

1.1 O DEBATE DAS INTERPRETAÇÕES

Apesar de não ser meu objetivo principal discorrer a respeito da Revolta dos Posseiros, neste primeiro capítulo da pesquisa apresentarei os principais fatos do conflito de terras na região Sudoeste do Paraná desde o início de sua colonização efetiva, na década de 1940. É importante frisar que os próprios fatos aqui apresentados são construções, assim como os discursos jornalísticos que

⁵ BOURDIEU, Pierre. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p. 117.

serão criticados. Dessa forma, os aspectos apresentados fazem parte, em primeiro lugar, de uma seleção feita pelos autores citados e, em segundo lugar, por mim, ao eleger aqueles que considero relevantes para a compreensão do leitor e para os objetivos propostos nessa pesquisa.

Apesar de a colonização efetiva ser relativamente recente (até século XX), desde o final dos anos 1970 a região Sudoeste aparece com destaque nas pesquisas históricas. Nesta fase, consolida-se o projeto nacional de capacitação docente e vários trabalhos, entre dissertações e teses, foram produzidos. Algumas das pesquisas tornaram-se obras publicadas e referências diretas nas releituras que o conflito provoca até hoje. Assim como há aquelas que ajudam a reiterar discursos dominantes, há outras que possibilitam diferentes ângulos de reflexão sobre o assunto. Mas todas, a seu modo, contribuem para manter viva a memória sobre o conflito, evidenciando a participação de alguns envolvidos.

Uma das primeiras pesquisas é de Maria Cristina Colnaghi⁶. A autora mostra que a luta pela terra no Sudoeste gira em torno de dois pólos - explorações agrícola e madeireira - argumentando que a revolta virou palco de manobras políticas em âmbito estadual e federal. Afirma que o confronto de outubro de 1957 foi consequência, basicamente, de dois aspectos. O primeiro deve-se ao que denominou de conflito hegemônico entre facções do grupo político dirigente (Partido Socialista Democrático nacional e estadual). Assim, a questão da terra no Sudoeste paranaense era tratada como instrumento de manipulação política e econômica, com vistas à preservação do poder de Estado. O segundo aspecto refere-se à morosidade, inércia, parcialidade e omissão do aparelho repressivo do Estado. Duas abordagens relevantes do trabalho de Colnaghi são a contextualização política do período e a sua influência sobre os acontecimentos de 1957, assuntos retomados em artigo publicado posteriormente⁷. Para ela, quando houve a intervenção do Estado na revolta, foi para “minimizar a tensão social, evitando que o movimento assumisse um caráter

⁶ COLNAGHI, Maria Cristina. **Colonos e poder**: a luta pela terra no sudoeste do Paraná. Curitiba, 1984. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). UFPR.

⁷ COLNAGHI, Maria Cristina. O processo político de ocupação do Sudoeste. In: PAZ, Francisco Moraes (org.). **Cenários de economia e política**: Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991, pp. 7-21.

de contestação mais profundo e pusesse em risco a preservação do poder de Estado”⁸. O discurso para a sociedade, entretanto, era de que as autoridades estavam ali agindo vigilantemente para garantir a segurança da população.

Um dos nomes mais conhecidos da historiografia paranaense, Ruy Wachowicz, tem, entre seus livros publicados sobre História do Paraná, um que fala especificamente sobre a ocupação e colonização do Sudoeste⁹. A obra preocupa-se em relatar histórica e cronologicamente o início desse processo, os migrantes que lá chegaram e sua instalação. Um dos capítulos é dedicado exclusivamente à Revolta dos Posseiros, com vários relatos orais e diversas outras fontes documentais. Justamente por sua abrangência de assuntos, a obra acaba por ser superficial em suas reflexões.

Na década de 1980, a obra de Hermógenes Lazier¹⁰, historiador de Francisco Beltrão, uma das cidades envolvidas no conflito, também marcou os estudos sobre o Sudoeste. Seu livro, fruto de dissertação de mestrado na Universidade Federal do Paraná, aborda a ocupação e colonização da região, levantando os principais problemas de ocupação de terras que a afligiram e, em especial, a Revolta dos Posseiros. Outros de seus livros, na seqüência, também se dedicaram a discutir o Sudoeste.

Rubens Martins acompanhou de perto a Revolta dos Posseiros e escreveu um livro de memórias¹¹ sobre o levante e sua própria experiência como médico, político e delegado em Francisco Beltrão durante o levante dos posseiros. Foi o primeiro prefeito de Marrecas, distrito elevado à categoria de município em 1952, e suas idéias divergem dos demais autores apresentados. Nos dias do levante, foi destituído pelos colonos e posseiros de seu posto de delegado. Em seu lugar, ficou o médico Valter Pécoits, considerado um dos líderes dos revoltosos em Francisco Beltrão.

⁸ COLNAGHI, op. cit., 1984, p. 162.

⁹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

¹⁰ LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense**. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

¹¹ MARTINS, Rubens da Silva. **Entre jagunços e posseiros**. 1ª ed. Curitiba: Studio GMP, 1986.

Na obra de Rubens Martins é possível perceber o ambiente político tenso que reinava na região, principalmente sob o reinado do Partido Socialista Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O autor declara ter sido amigo íntimo de Cândido de Oliveira (PSD), um dos políticos mais influentes do Sudoeste na década de 1950, e ter apoiado Moysés Lupion e os possedistas rumo à vitória ao governo do Estado em 1956.

Na opinião de Rubens Martins, foram vários os motivos que levaram ao Levante de Posseiros, sobretudo políticos.

Os desmandos de uma das colonizadoras do sudoeste do Estado e os confrontos ocasionais entre seus empregados e posseiros; os constantes pronunciamentos de autoridades militares, condenando o processo de dação em pagamento das glebas Chopim e Missões (...) as peregrinações de políticos opositores, insuflando os colonos da região e os concitando a repelir a força os legítimos ou pretensos donos das terras; a onda de boatos, relacionados com massacres de posseiros (...); tudo isso sensibilizou a opinião pública e as autoridades federais, propiciando as ações que culminariam, em outubro de 1957, com a subversão da ordem pública em todo o sudoeste paranaense¹².

Rubens Martins considera a Revolta dos Posseiros de 1957 um hábil e inescrupuloso golpe dos adversários ao governo do Estado, o qual só não foi derrotado porque soube negociar com a facção vencedora, que tinha entre os seus, posseiros filiados aos partidos de oposição. Predomina, em toda a obra, a idéia que os revoltosos não passam de vítimas passivas e manipuladas, um grupo de desordeiros simplórios e até mesmo violentos, pois gente simples, sem estudos, não seria capaz de se auto-organizar para defender os seus direitos. Ele prefere denominar a Revolta dos Posseiros de 1957 de “Movimento Político-Militar Pró-Intervenção no Paraná”¹³. Para ele, os colonos da região foram

... empurrados numa aventura de resultados incertos que só não malogrou por ter contado com a participação ostensiva do contingente do Exército sediado em Francisco

¹² Ibid., p. 359.

¹³ Ibid., p. 358.

Beltrão, e não se transformou numa carnificina sem precedentes, graças à habilidade, à serenidade e cautela das autoridades locais e à decisão desesperada do comando político no Estado, de negociar diretamente com os sublevados, à custa do sacrifício de suas lideranças nas regiões conflitadas¹⁴.

O autor acredita que os conflitos entre posseiros e funcionários das empresas eram esporádicos, mas estes episódios, juntamente com a tentativa de desestabilização da ordem jurídico-institucional do Estado, propiciaram a aparição de bandoleiros dos mais diversos lugares, estes sim jagunços, mas não a mando das companhias.

Iria Zanoni Gomes também é citação freqüente quando o assunto é Revolta dos Posseiros de 1957. Seu livro¹⁵ foi apresentado, primeiramente, como dissertação no mestrado em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Ela declara que sua preocupação é mostrar a participação, a organização e a resistência dos colonos como aprendizado adquirido no processo de luta. Utiliza a imprensa apenas como suporte para as suas fontes, assim como relatórios da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), de comissões e de inquéritos. Entretanto, afirma ao longo do texto, que desempenharam papel importante no processo as lideranças locais, a Cango e o Legislativo. Nomes de políticos também são mencionados várias vezes, ao passo que nomes e entrevistas dos próprios colonos que, segundo a autora são os principais atores da revolta, raramente são mencionados. Como em vários outros trabalhos, os agentes principais do conflito não passam de sombras sem identificação, são agentes essenciais ao processo de luta, mas sua individualização já não é passível de demonstração, ou seja, “eles” continuam como uma massa anônima e amorfa.

Uma parcela importante desses agentes ganha voz na dissertação de mestrado do Gilmar Fiorese¹⁶: são as mulheres. Seu trabalho preocupa-se em mostrar a participação ativa e o sofrimento delas durante o conflito. Sua pesquisa

¹⁴ Id.

¹⁵ GOMES, Iria Zanoni. 1957. A Revolta dos Posseiros. 2ª ed. Curitiba: Criar Edições, 1987.

¹⁶ FIORESE, Gilmar. **A mulher e conflitos sociais no Sudoeste do Paraná (1943-1962)**. Guarapuava, 2000. Dissertação. (Mestrado em História). Unicentro/Unesp.

tem o mérito de contar com diversos relatos orais de esposas de colonos como principais fontes históricas.

O interesse da população do Sudoeste a respeito do assunto também permanece vivo. Prova disso é o livro do professor Sitillo Voltolini¹⁷, que procura relembrar o conflito especificamente em Pato Branco. O livro faz parte de uma série de quatro, produzidos pelo autor com o objetivo de relatar a história do município, contudo, sem problematizações históricas. Em sua segunda edição, conta com vários depoimentos de envolvidos na revolta. A imprensa da época, assim como nas demais obras citadas aqui, é utilizada como fonte de pesquisa histórica para comprovação empírica dos fatos apresentados.

Vários outros autores poderiam e mereceriam ser citados aqui. Entretanto, não caberia, nos limites e na intenção desse trabalho, apresentá-los em sua totalidade¹⁸. A seguir, falarei sobre o início da colonização no Sudoeste, apontando as complicadas questões que envolveram a disputa de terras na região até a revolta propriamente dita, em 1957.

1.2 SUDOESTE DO PARANÁ: TERRAS MARCADAS POR DISPUTAS

A história do Sudoeste do Paraná é marcada por lutas. Lutas por delimitação de fronteiras, lutas para não perder vastas extensões do território para os países vizinhos, lutas para garantir o direito de uso da terra. Para melhor situar

¹⁷ VOLTOLINI, Sitillo. **Retorno 2**. Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957. 2 ed. Pato Branco: Fatex, 2003.

¹⁸ Entre essas obras, citam-se: ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). USP; BONETI, Lindomar W. **O Capital Comercial e o Surgimento de Conflitos no Campo: O Caso do Sudoeste do Paraná**. Porto Alegre: UFRGS, 1986 (Dissertação de Mestrado); FOWERAKER, Joe. **A Luta Pela Terra**. A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981; RÊGO, Rubem Murilo Leão. **Terra de Violência: Um Estudo sobre a Luta pela Terra no Sudoeste do Paraná**. São Paulo: USP, 1979. Dissertação de mestrado em sociologia. (datil.); VERONESE, Claudino Domingos. **O papel pedagógico da Assessor no apoio à construção da cidadania dos ex-posseiros do sudoeste do Paraná**. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 1998; WESTPHALEN, Cecília. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Estado do Paraná. **Boletim da UFPR**, nº 7, pp. 1-52, 1968.

o contexto social, político e econômico que levou à Revolta dos Posseiros, vale a pena ressaltar alguns aspectos dessas lutas.

A região, uma vasta extensão rica em cobertura vegetal, em rios e com solo fértil para a agricultura, começou a ser disputada pelo Brasil e pela Argentina na delimitação de sua linha divisória. O impasse só foi resolvido em 1895, quando a área em disputa passou a pertencer oficialmente ao Brasil. Mas ainda nesta época havia outra pendência entre o Paraná e Santa Catarina, sobre o mesmo espaço. As terras onde hoje se localiza o Sudoeste só passaram a pertencer ao Paraná oficialmente em 1916.

O Sudoeste paranaense, no início do século XX, contava com cerca de três mil habitantes. Os primeiros moradores, em sua grande maioria, não nasceram na região. Eram provenientes de três situações distintas: agregados de fazendas de gado dos Campos de Palmas; vindos do Rio Grande do Sul, afastados pela imigração européia que, a partir de 1824, chegou ao Estado gaúcho, porém ainda não caracterizando a imigração massiva; e refugiados da Guerra do Contestado¹⁹.

Os fazendeiros de Palmas, uma das únicas cidades estabelecidas na região, interessavam-se em estabelecer campos para criatórios de animais²⁰. E os poucos moradores, estabelecidos como posseiros, pretendiam extrair a erva-mate, principal atrativo econômico para a colonização da região²¹. O termo posseiro empregado nesta pesquisa refere-se àquele que “ocupa um trecho de terra, sem, no entanto, ser seu dono efetivo, ser portador de um título legal de propriedade”²².

Os caboclos buscavam na região um lugar propício para sobrevivência. Diferentemente do colono de origem européia, interessavam-se pela terra para lhe dar os frutos que precisavam como objeto de trabalho. “Assim ao chegar o caboclo não subdividiu a mata em parcelas sobre as quais cada indivíduo ou

¹⁹ Cf. ABRAMOVAY, op. cit., p. 20.

²⁰ Cf. WACHOWICZ, op. cit., p. 65.

²¹ Para vários moradores do Sudoeste em início de colonização, a erva-mate era uma espécie de moeda de troca por mercadorias. O comércio acontecia no território das Missões Argentinas, Barracão e União da Vitória. Já em 1903, funcionava uma Coletoria Estadual em Dionísio Cerqueira, região fronteira com a Argentina. Cf. LAZIER, op. cit., pp. 48-49.

²² GRYNSPAN, Mario. Posseiro. In: MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 373.

família seria soberano ao que se colhia ou caçava, isto sim era um patrimônio individual.”²³.

A partir de 1940, as condições da economia cabocla se modificaram, com a chegada do colono – geralmente vindo do Rio Grande do Sul ou Santa Catarina – e a inserção de um novo modo de vida. Esses colonos podem ser caracterizados como trabalhadores agrícolas com pequenas propriedades, imigrantes ou descendentes desses. Dedicaram-se à produção familiar de subsistência e de mercado, geralmente sem a utilização de mão-de-obra externa²⁴.

O caboclo se viu seduzido pela possibilidade de vender as terras que cultivava (ou o direito a elas) aos agricultores recém-chegados. O caboclo, ou posseiro, não resistia a uma oferta de compra de sua posse. Duas razões para tal atitude são atribuídas: o conhecimento de que sem escritura a terra não lhe pertencia, sendo inseguro permanecer dessa forma, e a impossibilidade de conviver com a forma de agricultura intensiva praticada pelos sulistas, já que o posseiro trabalhava com um sistema de criação de porcos soltos em suas plantações de milho²⁵. O dinheiro adquirido com a venda das terras funcionava, na visão do caboclo, como algo a mais que a região colocava em suas mãos, assim como a caça, a pesca e a coleta²⁶. Aqueles que tinham maiores posses dividiam-nas, de acordo com seu interesse, e as vendiam para colonos.

Nesse processo migratório, do tipo rural-rural, os migrantes estabeleceram-se em pequenas propriedades para a prática agrícola²⁷. A topografia da região contribuiu para a característica de colonização em pequenas propriedades, pois os terrenos eram acidentados, o que dificultava a utilização de tecnologia agrária mecanizada. Além disso, os grandes centros urbanos estavam

²³ ABRAMOVAY, op. cit., p. 24.

²⁴ GREGORY, Valdir. Colono. In: MOTTA, op. cit., 2005, p. 102.

²⁵ De acordo com WACHOWICZ, op. cit., p. 86, a maioria dos posseiros preferiu vender suas terras a adaptar-se ao sistema agrário sulista. Assim, a “frente da frente” ia cada vez mais para o interior e novas posses iam surgindo.

²⁶ Para um aprofundamento sobre a condição cabocla no Sudoeste do Paraná e suas transformações com a chegada do colono de origem européia, ler o primeiro e segundo capítulos de ABRAMOVAY, op. cit..

²⁷ Cf. NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001, p. 80, havia uma dicotomia entre o campo e a floresta, que seguiu com os descendentes dos imigrantes, ou seja, estes ocupavam as regiões florestais, ao passo que os fazendeiros preferiam os campos para o criatório de animais, caracterizando uma diferenciação não apenas geográfica, mas social e econômica também.

distantes, motivo que dificultava a possibilidade de produzir excedentes para venda²⁸. Várias povoações em todo o Estado surgiram a partir do comércio, em pontos de parada ou abastecimentos, principalmente nas regiões próximas ao litoral, nos campos gerais de Palmas, Guarapuava e Ponta Grossa. Dessa forma, a ocupação territorial se dava associada às condições de transporte, comércio e comunicação²⁹.

Os fatores que levavam esses migrantes a partirem para locais cada vez mais distantes dos seus de origem foram a estrutura demográfica (pois as áreas de cada família tornavam-se cada vez mais pulverizadas na divisão entre descendentes, diminuindo os rendimentos), o esgotamento do solo e a incapacidade de sustentar uma família muito numerosa. Dessa forma, alguns filhos de colonos foram para as cidades, outros resolveram se manter como agricultores, imigrando para terras cada vez mais distantes³⁰. Abramovay também acredita que a divisão de uma mesma propriedade familiar no Rio Grande do Sul é apenas um dos motivos que trouxeram grandes levas de colonos gaúchos ao Paraná. Para ele, o crescimento dos latifúndios (muitas vezes improdutivos) é outro fator que contribuiu para a imigração³¹.

O processo migratório, a questão do Contestado e a busca pela erva-mate elevaram, em 20 anos, a população sudoestina para seis mil habitantes. Em antigas fazendas, os herdeiros vendiam pedaços de suas propriedades, sem preocupações legais, a colonos que também não se preocupavam com a aquisição de documentos, já que a maioria dos envolvidos era analfabeta. As posses caracterizavam, geralmente, pequenas propriedades. Queimadas e desmatamentos foram as técnicas utilizadas pelos posseiros para formar suas roças.

²⁸ Cf. *ibid.*, p.85.

²⁹ Cf. KLAUCK, Samuel. **Memória e identidade da Gleba dos Bispos**: uma experiência de colonização na fronteira do Oeste do Paraná. Niterói, 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense/Unioeste, p. 25.

³⁰ De acordo com NADALIN, *op. cit.*, pp. 82-83, a melhoria das comunicações, os empreendimentos coloniais de empresas privadas e o baixo preço das terras devolutas também facilitaram o aumento do raio das migrações.

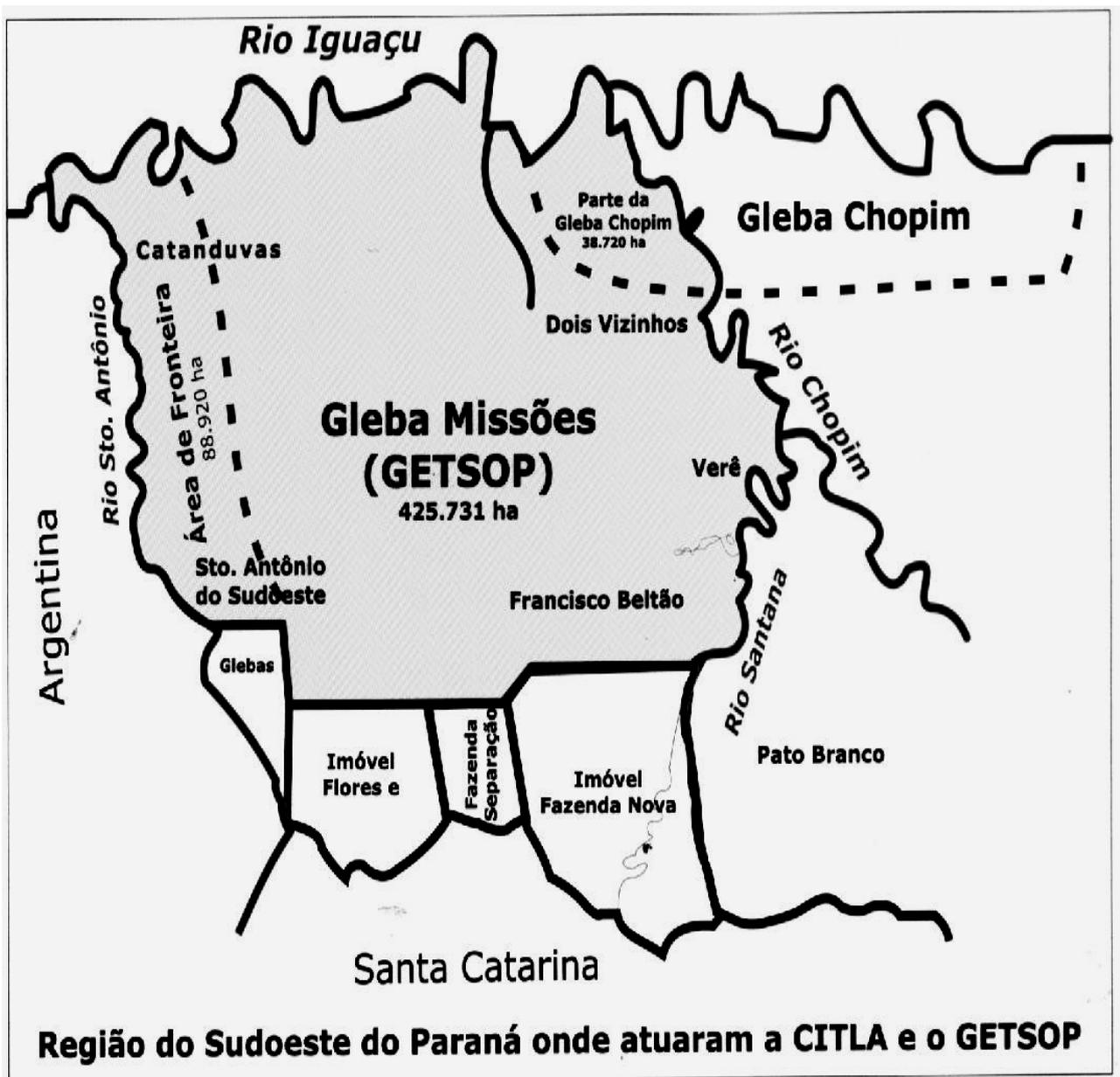
³¹ ABRAMOVAY, *op. cit.*, p.48.

Convêm apresentar, ainda, outros aspectos das disputas de terras no Sudoeste que influenciaram decisivamente o conflito de 1957. Entre os anos 1913 e 1920, as glebas Missões (425.731 hectares) e Chopim (71.528 hectares), ambas ocupando quase a totalidade do sudoeste paranaense (Figura 01), foram tituladas pelo Estado do Paraná em favor da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul (CEFSPRS), subsidiária da *Brazil Railway Co.*, como pagamento pela construção da estrada de ferro Itararé – Uruguai, com duas ramificações: Guarapuava – Foz do Iguaçu e Jaguariaíva – Ourinhos. O acordo não levou em consideração o fato de que já havia alguns moradores na região, tendo sido um dos fatores que levou a Guerra do Contestado³².

³² Não entrarei em detalhes sobre a Guerra do Contestado, por não ser este o objetivo do trabalho. Há uma vasta produção sobre o assunto, aqui apenas algumas obras são citadas, a título de exemplo: TONON, E. **Ecos do Contestado: Rebeldia sertaneja**. Palmas: Kayganguê, 2002. AURAS, M. **Guerra do Contestado – organização da irmandade cabocla**. Florianópolis, Carter, 1989; BERNARDET, J. C. **Guerra Camponesa no Contestado**. São Paulo: Global, 1979; LEMOS, A. O. **A história dos fanáticos em Santa Catarina**. Passo Fundo: Editora Berthier, 1986; PEIXOTO, D. **A Campanha do Contestado**. 3 vol. Rio de Janeiro: Milheiro Editorial, 1920.

FIGURA 01

MAPA DA LOCALIZAÇÃO DAS
GLEBAS MISSÕES E CHOPIM - SUDOESTE DO PARANÁ



Após a revolução de 1930, o interventor do Estado do Paraná, general Mauro Tourinho, percebeu que havia irregularidades no contrato e o anulou. Inicia-se uma disputa jurídica sobre as terras do Sudoeste entre o Estado do Paraná e a CEFSPRS. Em 1940, através do decreto lei número 2.073, de 8 de março, a União incorporou os bens da *Brazil Railway Co.* e suas subsidiárias, entre elas, a CEFSPRS. A briga, então, estabelece-se entre a União e o Estado do Paraná. Para administrar estes bens, Getúlio Vargas criou a Superintendência das Empresas Incorporadas da União (Seipu).

Além disso, havia outra questão que se arrastava desde o século anterior, entre José Rupp e o poder público. Rupp tinha uma indenização a receber do poder federal. Ele obteve, no fim do século XIX, uma autorização do governo catarinense para explorar erva-mate e madeiras na região, nas mesmas terras que foram tituladas pelo governo paranaense a CEFSPRS, fator que ocasionou mais uma disputa judicial, agora entre Rupp e o Estado do Paraná. Mais tarde, tais terras foram incorporadas ao patrimônio da União, como já foi explicado.

Rupp lutou vários anos e não conseguiu receber uma indenização que pedia ao Estado sobre a questão. Então, decidiu ceder seu crédito a companhia de terras Clevelândia Industrial e Territorial Limitada (Citla), em julho de 1950. Assim, o poder público não deveria mais pagar a indenização a Rupp e sim à empresa. O pedido que ele havia feito em 1º de julho de 1950, para que a indenização fosse paga através da gleba Missões, e o qual havia sido negado, acabou sendo acertado em 17 de novembro do mesmo ano, só que dessa vez para a Citla, que recebeu não apenas a gleba Missões, mas parte da gleba Chopim também.

O procurador da República, Ademar Vidal, quatro dias depois de assinada a escritura de dação a Citla, protestou e exigiu a anulação do documento. O Conselho de Segurança Nacional avisou, através de ofício, todos os cartórios do Paraná e de Santa Catarina para que não lavrassem a escritura. Mas, como os senhores e possuidores sempre operam com a lei para assegurar sua própria

invasão³³, até mesmo um cartório imobiliário foi criado para garantir que a escritura fosse lavrada. Os deputados do PSD na Assembléia Legislativa enviaram um projeto de lei ao Executivo, desmembrando o cartório de Clevelândia, que havia se negado a lavrar a escritura. Instalou-se, então, um cartório em Santo Antônio do Sudoeste, para que a escritura fosse registrada.

Imediatamente, os escritórios da Citla foram instalados em Francisco Beltrão e Santo Antônio do Sudoeste. Como afirma Motta, a grilagem se torna, então, uma rede de solidariedade e suborno, na qual as artimanhas dos advogados e o emaranhado das leis operam para garantir o sucesso dos fraudulentos. “Assim os intermitentes conflitos de terra no país demonstram que a legalização da terra se dá nos bastidores dos Cartórios locais (...) Neste sentido, o processo de legalização de uma grilagem parte, indubitavelmente, de relações pessoais capazes de auxiliar na mágica que transforma uma grilagem em propriedade privada”³⁴.

Um dos personagens políticos mais exaltados com a questão, de oposição ao grupo político que governava o Paraná na época, era o senador udenista Othon Mader, figura freqüente nas matérias jornalísticas referentes ao assunto, tanto na Gazeta do Povo quanto em O Estado do Paraná. Quando ocorreu a titulação das glebas Missões e Chopim à Citla, seu discurso no Senado da República foi inflamado de indignação:

Terras que pouco ou nada lhes custaram, são vendidas a Cr\$ 8.000,00 cada alqueire, e os pinheiros que lhes ficam de graça, são vendidos ao preço de Cr\$ 200 cada árvore. Multiplicando estes preços unitários pelos milhares de alqueires e pelos milhões de pinheiros têm elas (CITLA, Paraná e Apucarana) lucros fabulosos, que atingem a bilhões de cruzeiros. Segundo uma estimativa feita pelo “Grupo Lupion” nas terras de que se apossou fraudulentamente, e que tem a área de 198.000 alqueires, cerca de quatro vezes o Distrito Federal, a quantidade de pinheiros ali existentes é de dez milhões (10.000.000). (...) Esse patrimônio, que é constituído das glebas “Missões” e “Chopim” foi transferido da União para a CITLA, por escritura fraudulenta e já anulada, pela

³³ MOTTA, Márcia. **A grilagem como legado**. Disponível em: http://www.historia.uff.br/artigos/motta_grilagem.pdf.

³⁴ Ibid..

ínfima quantia de Cr\$ 8.000.000. O preço pago pela CITLA (Grupo Lupion) foi de 0,2% do valor das glebas³⁵.

Na época, Lupion era acusado pela oposição política e pela imprensa de ser um dos acionistas da Citla, assunto que será retomado adiante. Pouco depois da chegada dessa companhia a região, outras duas se instalaram, a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda. e a Imobiliária Apucarana Ltda..

Outras irregularidades foram apontadas na transação da Citla:

A escritura de dação em pagamento, assinada em 17 de novembro de 1950, abrangeu uma área de 198.000 alqueires, incluindo faixa de fronteira com Argentina, a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, diversas propriedades particulares, inclusive uma área de 27.775 hectares, vendida pela Superintendência à firma Pinho e Terras Ltda., em 22 de maio de 1950, as posses de agricultores acolhidos pela CANGO, em número aproximado de 3.000 famílias e as sedes distritais e dos municípios de Francisco Beltrão, Santo Antonio e Capanema³⁶.

A Constituição Federal não permitia a venda de terras na faixa de fronteira. Assim, o Tribunal de Contas da União negou o registro de dação. Mas a justiça dá ganho de causa à União somente em janeiro de 1953, época em que a Citla já estava atuando na região.

O desejo dos colonos era procurar formas legais, dentro da lei instituída, para legalizar sua situação. A comunidade, por várias vezes desde 1951, fez abaixo-assinados para tentar solucionar os problemas da legalidade de suas terras. Algumas das primeiras reações dos moradores da região, expressando a sua preocupação sobre a legalidade da posse de terras, aconteceram em uma assembléia na Vila Marrecas (futura cidade de Francisco Beltrão), em setembro de 1951. No total, entre comerciantes, industriais, ocupantes de terras e profissionais liberais, 251 pessoas assinaram o documento. Variados segmentos sociais constituíram uma Comissão Permanente para a defesa de seus direitos sobre as terras. O grupo era composto por 20 membros e tinha as atribuições de

³⁵ Cf. LAZIER, op. cit., pp. 42-43.

³⁶ GOMES, op. cit., p. 35.

manter contato com as autoridades governamentais, promover a defesa das pessoas prejudicadas por medidas injustas das companhias ou autoridades instituídas e o entendimento com os “legítimos proprietários” da Gleba. Em 15 de outubro do mesmo ano, a comissão designa três membros para ir à capital da República tratar da questão da legalidade de terras, pois se esperava que o governo tomasse medidas legais e concretas para solucionar o problema.

Outro abaixo-assinado, nos moldes reivindicatórios acima mencionados, consta de 3 de março de 1957, contando com a assinatura de mais de 2 mil pessoas no município de Santo Antonio do Sudoeste. Este documento também foi levado à capital da República por uma comissão formada por Rosalino Albano da Costa e Augusto Pedro Pereira, de Santo Antonio do Sudoeste, e Luiz Prolo, comerciante de Francisco Beltrão³⁷. A atitude constituiu-se em mais uma tentativa de reação organizada dos colonos, uma forma de procurar ajuda para combater as injustiças que estavam sendo cometidas.

Convém esclarecer que, até 1950, apenas os municípios de Mangueirinha e Clevelândia e os distritos de Pato Branco e Chopinzinho estavam oficializados no Sudoeste. Foi o governador Bento Munhoz da Rocha, no início de seu governo, quem desmembrou esses dois municípios em 23 novos municípios e três distritos³⁸ (FIGURAS 02 e 03). Como as relações regionais ligam-se diretamente às ligações de poder e de saber que se estabelecem, o desmembramento era uma forma de ocupar política e administrativamente a região, demarcando uma área definida e institucional para estabelecer campos de atuação e influência dos líderes políticos regionais.

³⁷ Cf. *ibid.*, p. 69.

³⁸ Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951.

FIGURA 02

LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

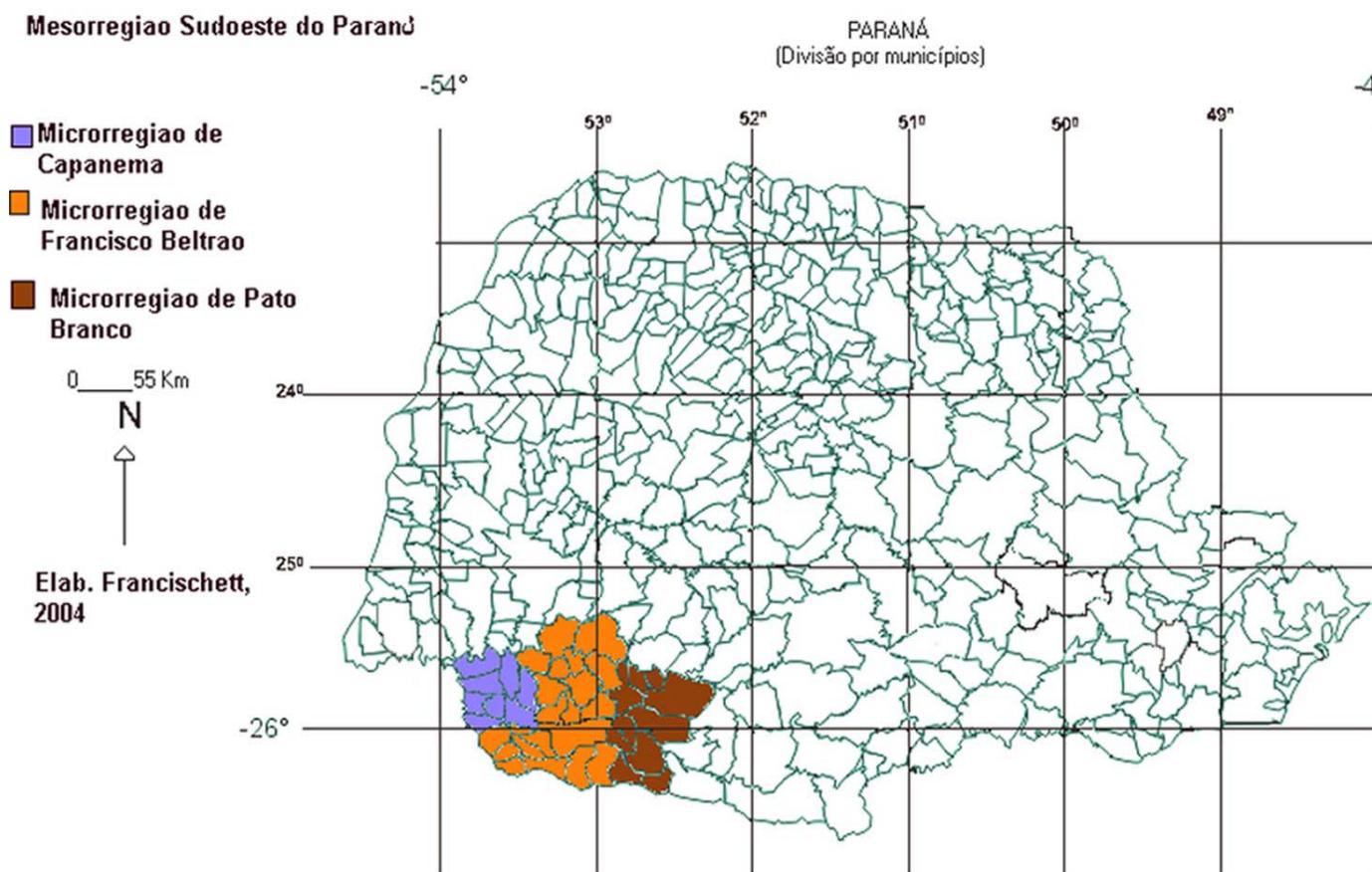
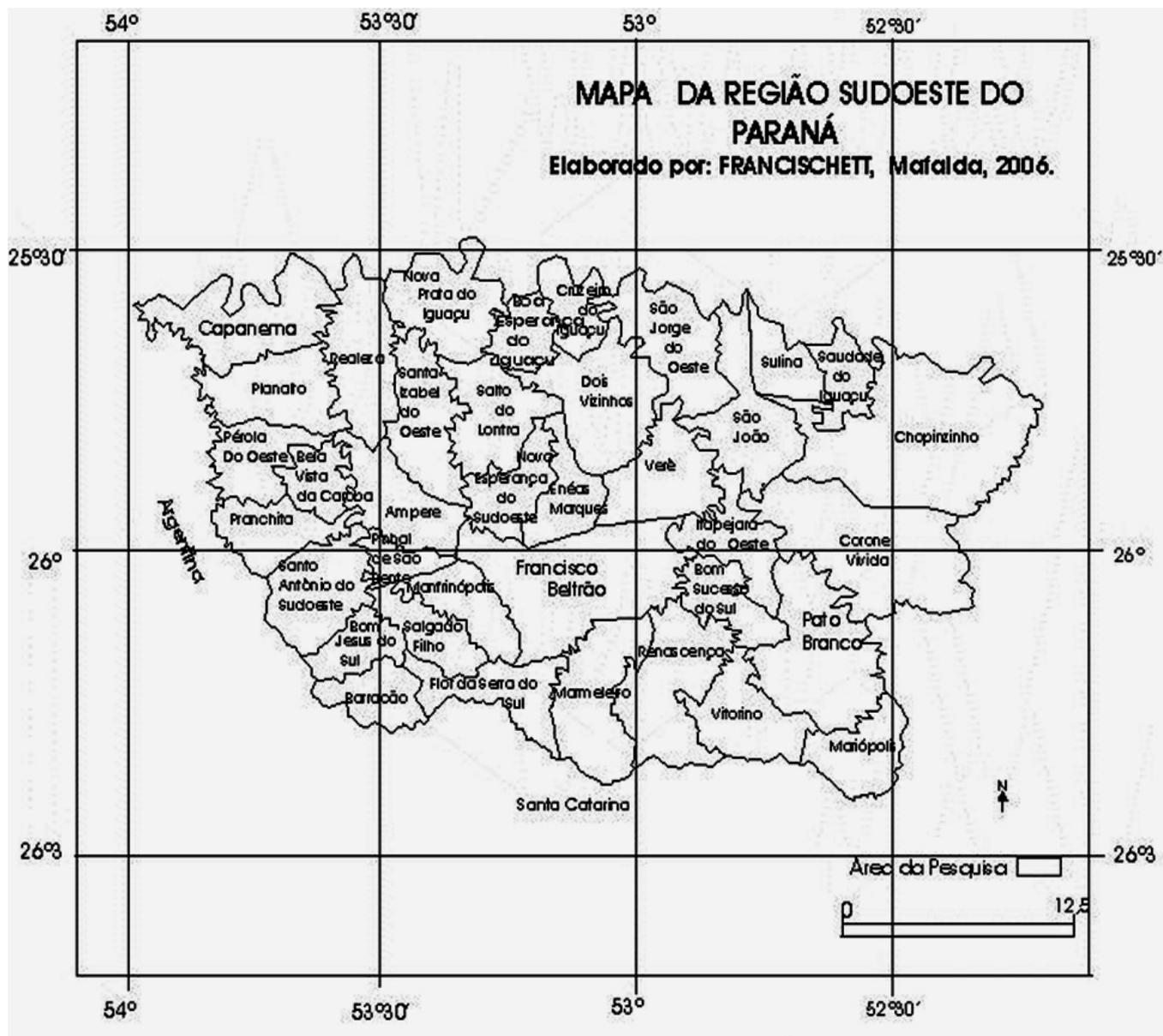


FIGURA 03

**DIVISÃO ATUAL DOS MUNICÍPIOS DO
SUDOESTE DO PARANÁ**



1.2.1 Colonização dirigida

Em meio às disputas de terras não resolvidas, à atuação ilegal da Citla e à instabilidade de posse dos moradores já instalados, havia a Colônia Agrícola General Osório (Cango), criada no governo de Getúlio Vargas, em 12 de maio de 1943, através do decreto-lei número 12.417, cujos limites não estavam definidos em seu projeto, mas situava-se na Gleba Missões.

Foi o ponto de partida da colonização efetiva do Sudoeste paranaense, o marco jurídico do povoamento da região. Houve outra colônia de incentivo à colonização anterior à Cango, a Colônia Bom Retiro, fundada em 1918, que deu origem a cidade de Pato Branco. Seu objetivo era alocar colonos vindos da região do Contestado.

O projeto inicial para a Cango era fundar uma colônia militar na faixa de fronteira do Paraná, a pedido dos reservistas. A comissão designada para estudar o projeto escolheu a Gleba Missões, optando por ampliá-la para colonos também. O seu projeto de colonização passou por dois momentos diferentes: primeiramente, estava sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, como colônia agrícola, permanecendo assim por dez anos. Posteriormente, foi transformado em Núcleo da Fundação Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic) com o nome de Núcleo Colonial General Osório, quando passou a ter fins lucrativos³⁹.

As opiniões sobre a atuação da Cango divergem em alguns pontos, apesar de todos reconhecerem sua importância para a colonização do Sudoeste. Wachowicz acredita que a sua criação foi um ato juridicamente arbitrário, pois nem as companhias grileiras nem a colônia tinham condições legais de transmitir escrituras de propriedade aos colonos⁴⁰. Já Abramovay elogia a sua atuação, mas aponta um aspecto não abordado por outros autores: a colônia privilegiava os descendentes europeus, ou seja, só tinha direito à terra quem tivesse o desejo de

³⁹ Cf. COLNAGHI, op. cit., 1984, p. 67. Entretanto, “o Núcleo nunca vendeu a terra porque a questão da legitimidade de sua propriedade estava em juízo. Desta forma, a fase em que atuou concretamente se restringiu ao 1º momento”, cf. GOMES, op. cit., p. 18, nota de rodapé 11.

⁴⁰ WACHOWICZ, op.cit., p. 150.

ocupá-la como proprietário, quem estivesse disposto a trabalhar nela. O caboclo, oficialmente, também tinha o direito de adquirir essas terras, mas para ele, a terra era uma necessidade social, um meio de subsistência, mais importante que o título de propriedade. “Os órgãos que distribuíam e legalizavam terras promoveram a democratização fundiária, mas a partir do princípio historicamente determinado da propriedade. Seu horizonte era amplo, mas nele sequer se vislumbrava qualquer outra forma possível de ocupação do solo, como por exemplo, a incorporada pelos caboclos”⁴¹. Na opinião de Gomes, ao mesmo tempo em que a Cango foi um elemento impulsionador da colonização da região, ela não estava estruturalmente preparada para controlar a intensidade do movimento migratório. “A população da Colônia Agrícola, em 1950, era de 7.147 pessoas, enquanto que a da região era de 76.373 pessoas. De 50 para 60, houve uma verdadeira explosão populacional na região. Enquanto a CANGO, em fins de 1956, tinha cadastradas 15.284 pessoas e 26.000 esperavam cadastramento, em 1960 a região estava com 230.379 pessoas, sendo 119.787 na área rural”⁴².

Opiniões divergentes à parte, o que interessa salientar é que o processo organizado de colonização começou através da Cango, pois essa fornecia o material de construção, oferecia tratamento médico e dentário e distribuía ferramentas e sementes aos colonos. Como as terras ainda estavam sob impasse jurídico, os primeiros habitantes da região não podiam receber título de propriedade sendo denominados, então, de posseiros⁴³. Outro fator que favoreceu o povoamento foi o fato de a Cango ser um órgão público federal, que distribuía terras gratuitamente.

Gregory contextualiza política e economicamente a situação do país no âmbito da colonização, mostrando que o desenvolvimento do Brasil, da forma como ocorreu, levou a sua população a partir das terras litorâneas em direção às suas fronteiras agrícolas e político-territoriais. Aponta que, a partir de 1930, as

⁴¹ ABRAMOVAY, op. cit., pp. 63-64.

⁴² GOMES, op. cit., p.22.

⁴³ De acordo com LAZIER, op. cit., p.52, havia dois tipos de posseiros: os aventureiros, que vieram para o local, construíram seus ranchos e começaram a produzir, e os oficiais, a maioria deles, sendo trazidos pela Cango. Estes recebiam apenas um protocolo, que representava um documento provisório de posse.

transformações da economia rural brasileira levaram uma parte dos trabalhadores agrícolas a procurarem novos espaços pelo interior do país, em busca de novas terras.

As décadas de 1930 e 1940 representaram um período de afirmação territorial para o Paraná, o qual procurava influenciar de forma mais categórica a política habitacional do Estado. Da mesma forma, dos anos 1930 a 1950, a colonização paranaense se constituía de duas frentes: as terras do Norte eram ocupadas por paulistas e mineiros, enquanto as terras do Sudoeste e Oeste recebiam a frente sulista.

Enquanto a primeira, após o vigor inicial, cedia em volume e em importância, a segunda se intensificava durante os anos 50 e 60. Esta dinâmica diferenciada tem a ver, dentre outros fatores, com aspectos geopolíticos regionais do getulismo. Ou seja, a marcha sulista encontrava incentivos maiores no poder central e na sua articulação com o poder regional, ao passo que a marcha nortista, como também é denominada, era vista como uma forma de manifestação de vigor econômico e de força política de São Paulo contra os quais a Revolução de 30 conseguiu aglutinar descontentamentos regionais⁴⁴.

Havia uma troca de favores entre governo e empresas privadas. A iniciativa privada providenciava a infra-estrutura necessária para o processo de colonização, mediante a autorização do Estado. Este, por sua vez, obtinha das empresas a aplicação de recursos privados em obras. A partir de tais incentivos, houve um intenso processo de colonização no Paraná, juntamente com a exploração madeireira⁴⁵.

A política de colonização propiciada pela Cango tinha que conviver com a tensão de conflitos gerados por disputas entre posseiros e companhias grileiras. A Citla instalou-se no Sudoeste em 1951, desenvolvendo suas atividades até meados de 1952, quando o governador Bento Munhoz da Rocha (governador de 1951 a 1955), baixou a portaria número 419, de 2 de junho de 1952, proibindo o

⁴⁴ Cf. GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial**: a dinâmica da colonização no oeste do Paraná nas décadas de 1940-1970. Niterói, 1997. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, pp. 88-89.

⁴⁵ Ibid., 1997, pp. 82-83.

recolhimento dos Impostos de Transmissão de Propriedade (sisas) sobre as glebas Missões e Chopim, o que impediria a atuação da referida companhia até que a questão da legalidade de terras fosse resolvida. A proibição caiu por terra quando Lupion assumiu seu segundo mandato como governador do Estado.

A Citla foi constituída como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada em Clevelândia, por 146 quotistas que adquiriram o imóvel São Francisco de Sales, que pertencia ao espólio de Francisco Gutierrez Beltrão⁴⁶.

As primeiras desavenças entre Citla e Cango referem-se a dois projetos distintos de colonização. A Cango objetivava a colonização da região com colonos vindos de regiões mais antigas, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O assentamento deles aconteceria através da distribuição de lotes para a produção agrícola voltada ao consumo interno, seguindo os ideais da Marcha para o Oeste. A Citla, por sua vez, objetivava implantar uma indústria de celulose na região.

Há um documento elaborado pela CITLA – Projeto Celulose – em que a mesma especifica os levantamentos preliminares realizados, bem como os projetos a serem implantados, já com o estabelecimento de prioridades. Nos levantamentos feitos constatou-se que havia na época mais de três milhões de pinheiros adultos industrializáveis, várias quedas d'água passíveis de serem aproveitadas, um número significativo de pés de erva-mate de exploração imediata, milhões de pés de madeira de lei, principalmente cedro e peroba e milhares de toneladas de nó de pinho, matéria-prima para a indústria de plásticos⁴⁷.

Nesse jogo de forças entre Citla e Cango, esta última tem uma derrota significativa em 31 de dezembro de 1953. Dez anos após sua instalação no Sudoeste, ela suspende a alocação de novos colonos para a Colônia, a mando da Divisão de Terras e Colonização (DTC).

As outras duas companhias imobiliárias atuantes na região, a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda. e a Imobiliária Apucarana Ltda., foram

⁴⁶ COLNAGHI, op. cit., 1984, pp. 56-57.

⁴⁷ Cf. GOMES, op. cit., p. 43. WACHOWICZ, op. cit., pp. 195-199 também aborda a questão.

juridicamente desmembradas da Citla. Isso porque, em sua segunda campanha eleitoral ao governo do Estado, Lupion ficou devendo grandes quantias a João Simões, diretor do Banco do Estado do Paraná, e a Jorge Amim Maia, prefeito de Apucarana. Assim, vendeu ao primeiro a Comercial e ao segundo a Apucarana⁴⁸.

As companhias imobiliárias eram classificadas de grileiras devido às irregularidades dos títulos de propriedade que emitiam, já que o seu direito de posse foi negado pela justiça e, mesmo assim, vendiam terras sem autorização legal, mediante falsas escrituras de propriedade⁴⁹. Os posseiros, por sua vez, eram alvo tanto das companhias grileiras quanto daqueles que reclamavam a titulação das terras.

Sobre as companhias grileiras, as opiniões de Rubens Martins divergem das de outros autores citados nesse trabalho. Para ele, a Comercial Agrícola Paraná utilizava ameaças e intimidações aos posseiros para forçá-los a atender seus objetivos. Já a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. usava métodos mais brandos de persuasão através de Júlio Assis Cavalheiro. Contudo, reconhece que a Citla tinha fortes ligações com o PSD em Francisco Beltrão, já que Júlio Assis Cavalheiro era diretor da Citla e presidente do diretório do PSD do município.

As companhias forçavam os posseiros a comprar as terras onde moravam, exigindo uma entrada para oficializar a transação e a assinatura de promissórias. Como os representantes das empresas sabiam que o que faziam era ilegal, tinham pressa em “acertar” a situação, arrecadando o máximo de dinheiro no menor tempo possível.

É aqui que surge a figura do jagunço, homem de índole duvidosa contratado para a manutenção da ordem imposta pelas companhias⁵⁰. Quando a situação não se fazia de forma “amigável”, ele era contratado para forçar os posseiros a saírem das terras ou a pagarem a dívida. Até mesmo os colonos que se instalaram na região através da Cango não estavam a salvo da disputa, já que estavam alocados nas mesmas áreas que a Citla dizia serem suas.

⁴⁸ COLNAGHI, op. cit., 1984, p. 101.

⁴⁹ MOTTA, Márcia. Grilagem. In: MOTTA, op. cit., 2005, p. 238.

⁵⁰ BARROS, Luitgarde. Jagunço. In: ibid., p. 267.

Mas é interessante observar que, na bibliografia consultada, todos os autores são unânimes em apresentar apenas o envolvimento de pequenos posseiros nas disputas de terras. Os grandes fazendeiros, por mais que suas propriedades fossem passíveis de questionamentos legais quanto a posse, pareciam não ser perturbados pelas companhias grileiras.

A violência começou a ser freqüente entre os jagunços contratados pelas companhias para atemorizar e os colonos que não sabiam o que fazer para garantir suas propriedades. Expulsões, espancamentos, estupros, assassinatos aconteciam e eram relatados através das rádios locais e de boca em boca. Para garantir que o direito de propriedade privada fosse respeitado, valiam os mecanismos de persuasão e de ameaça para que os posseiros reconhecessem quem eram os “verdadeiros” possuidores daquela área.

Geralmente, a violência que acompanha as ações grileiras e a luta pela democratização do acesso a terra não chega à justiça, quem dirá os executores dos crimes serem condenados, sob a justificativa de falta de provas⁵¹. E é o que se pôde constatar na Revolta dos Posseiros, pelos mesmos relatos citados, já que as companhias contavam com a conivência da polícia local. Poucos foram os casos de crimes que chegaram à justiça. Alguns inquéritos foram abertos após os acontecimentos de outubro de 1957, quando vários jagunços foram presos e interrogados⁵².

1.2.2 Articulação de interesses e o conflito de 1957

A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná não se constituiu em um movimento social organizado, permanente, com projeto político e diretrizes de ação, mas também não representou apenas uma forma simplificada de descontentamento popular que sofreu ou resultou em ações violentas. As experiências compartilhadas pelos envolvidos desde a época em que chegaram à região, juntamente com a vontade de permanecerem nas terras ocupadas, foram

⁵¹ MOTTA, Márcia. **A grilagem como legado.**

⁵² Sugiro ao leitor interessado em mais detalhes sobre esses assuntos procurar a bibliografia citada nesta pesquisa.

alguns dos fatores que os uniram em torno do conflito de 1957. Foi um grupo de pessoas que vivenciou e partilhou experiências comuns e, a partir disso, sentiu e articulou a identidade de seus interesses entre si contra outros que tinham interesses contrários aos seus.

Um dos conflitos entre colonos e jagunços aconteceu em 2 de agosto de 1957, no distrito de Verê.

Um grupo significativo de colonos se armou e veio marchando pela avenida principal em direção aos escritórios das companhias. Na frente da multidão vinha um colono forte, conhecido como alemão. Fora expedicionário e para mostrar o propósito pacífico da marcha, e assegurar-se de que não seria baleado, o alemão se enrolara numa bandeira do Brasil. Pois foi assim mesmo que morreu, atravessado pelas balas dos jagunços⁵³.

É importante ressaltar que, nessas reações dos colonos e posseiros, o sentimento popular não pode ser descrito como simples reação mecânica à exploração econômica das companhias grileiras sobre suas terras. Deve ser visto como uma procura por justiça contra atos que os atingiam diretamente em sua dignidade, quando atacavam suas famílias; e em seus direitos, quando tomavam suas terras ou lhes expulsavam dos espaços que haviam conquistado, do local de onde tiravam seu sustento. Enfatize-se, também, pelos relatos dos autores e dos próprios envolvidos, que a violência vinha como uma consequência, não como um objetivo. Quando um dos lados, seja dos jagunços seja dos posseiros, via-se em situação perigosa ou atentatória aos seus direitos, respondia com violência. No caso acima, percebe-se que os colonos intencionavam chamar a atenção para o drama que viviam.

Em meio à violência, alguns fatos repercutiram até mesmo na imprensa nacional e internacional e contribuíram para que colonos, posseiros e comerciantes se organizassem na denominada Revolta dos Posseiros de outubro de 1957. Entre esses fatos, têm-se o assassinato do vereador Pedrinho Barbeiro, a

⁵³ GOMES, op. cit., p. 71. Grifo da autora.

emboscada no município de Capanema e o espancamento de três crianças no Verê, desdobrados a seguir.

O vereador Pedro José da Silva, conhecido como Pedrinho Barbeiro, foi designado para ir ao Rio de Janeiro dar ciência ao governo dos problemas da região. No dia 21 de maio de 1957, contudo, foi assassinado em sua casa por jagunços. O assassinato só foi esclarecido posteriormente aos acontecimentos de outubro de 1957.

Um carro que transitava entre Santo Antônio do Sudoeste e Capanema foi alvejado numa tocaia preparada pelos posseiros. Sete pessoas morreram. Dessas, duas eram funcionários da Citla e o restante morreu porque os posseiros supunham que também trabalhavam para a companhia. Mas os funcionários haviam dado carona para colonos na estrada. Um dos mortos, inclusive, era pai de um dos posseiros da tocaia. O episódio ficou conhecido como “Tocaiá de Capanema”.

Os repórteres de *O Cruzeiro*, após “vencerem todos os obstáculos” para chegarem àquele longínquo sertão paranaense, descreveram dessa forma a emboscada:

Por fim, quando os posseiros souberam, por intermédio de um espião, que a Colonizadora Apucarana, uma das companhias, iria mandar uma camioneta cheia de “jagunços” para Lajeado Grande, onde ficava o seu escritório, prepararam uma “espera” que culminou na morte de sete pessoas. A notícia que lhes haviam dado, porém, era falsa e somente dois deles pertenciam realmente à Companhia⁵⁴.

Depois desse incidente, a revolta tomou conta da população em Santo Antonio e Capanema.

O município de Capanema foi invadido por mais de dois mil homens armados que se apossaram da cidade. A estrada que liga Santo Antonio a Capanema foi tomada pelos revoltosos, que impediram todo o tráfego pela mesma. Incendiaram o escritório da Companhia Colonizadora em Lajeado Grande, obrigando seus ocupantes a fugir para o

⁵⁴ MORAES, Mário de. Sangue no Paraná. *O Cruzeiro*, p. 70, 12 out. 1957.

mato. Os empregados das companhias recuaram e ficaram em Santo Antonio, aguardando os acontecimentos, armados e à espera de um ataque dos posseiros⁵⁵.

Vale a pena relatar como foi o primeiro contato dos repórteres de O Cruzeiro com os posseiros da região e o pedido para fazer suas reportagens. “Sobrevoamos o local e, ante a impossibilidade de aterrar, resolvemos tentar o campo de emergência, junto ao Iguaçu. Também desta vez não fomos felizes, pois o mesmo estava cheio de toros de madeira. Voltamos a Capanema e, noutra “rasante”, jogamos um bilhete, enrolado numa revista, comunicando que viríamos por terra e pedindo que nos deixassem passar”⁵⁶.

É interessante que, para O Cruzeiro, os foragidos da Justiça, como o argentino Pedro Santin, eram os jagunços, enquanto que para a imprensa paranaense eram jagunços aqueles que agiam a mando das companhias de terras. Em uma das reportagens feitas pela revista, conta-se o assassinato de Antonio Borges, rapaz de 19 anos, funcionário da Citla, o qual confessou ter praticado várias atrocidades contra colonos, a mando de seu chefe. Bandidos como ele eram escoltados até Foz do Iguaçu por posseiros, a mando do Coronel Alcebíades, representante do chefe de Polícia Pinheiro Junior na região. Relata o repórter:

Para levar Antonio até Foz do Iguaçu foram mandados Pedro Santini, Pedro Pinto e mais um colono. Os dois primeiros, conhecidos como “jagunços” em toda a região. Saíram pela manhã com o rapaz e voltaram no dia seguinte, também nas primeiras horas. O Coronel Alcebíades desconfiou, então, que algo havia acontecido, pois eles precisariam, no mínimo, de 4 dias para ir até Foz do Iguaçu e voltar. Combinamos uma saída, na manhã seguinte, pelo mesmo caminho que haviam tomado. (...) Não havíamos andado 300 metros quando encontramos o corpo de Antonio Borges, todo crivado de balas⁵⁷.

⁵⁵ Ibid., p. 70-1.

⁵⁶ Ibid., p. 75.

⁵⁷ Ibid., p. 80. A revista apresenta o argentino como Pedro Santini, a imprensa paranaense o reconhece como Pedro Santin.

Finalmente, o outro episódio que impulsionou a revolta aconteceu em 9 de outubro de 1957. Três crianças (uma menina e dois garotos, todos com dez anos) foram trazidas da localidade Águas do Verê para Pato Branco, após terem sido espancadas por jagunços com uma açoiteira por não revelarem o paradeiro dos pais. O estado das crianças provocou a revolta da comunidade, que foi chamada através da rádio local para uma reunião no pavilhão da igreja. O prefeito de Pato Branco, Waldir Harry Graeff, do PSD, sugeriu ir a Curitiba com uma comissão formada por pessoas de todos os partidos políticos do município⁵⁸.

Jácomo Trento, que assumiu o comando do levante em Pato Branco, em seu depoimento detalha esse episódio. Ele explica que um colono chamado Constante Tavares trouxe as crianças para Pato Branco e buscou sua ajuda. Assim, no dia 9 de outubro os dois e as próprias crianças foram até a Delegacia de Pato Branco falar com o delegado. Este, que segundo o depoente não era favorável aos colonos, teve que viajar e passou o comando para Alberto Geron, conhecido de Trento. Os dois combinaram que Geron iria para o interior e não interferiria nas ações que seriam tomadas.

Saí da delegacia. O Ivo Thomazoni estava no ar, ele colocou a propaganda e começamos a confabular. (...) Em poucos minutos, decidimos convidar o povo para vim para a cidade armado, conforme a gente tinha combinado. Avisamos os colonos de todo o sudoeste que se armasse e viessem para a cidade⁵⁹.

Trento explica que, a princípio, o objetivo era simplesmente enviar a comissão para Curitiba e exigir providências. Mas a precipitação do prefeito e um companheiro em ir antes para a capital despertou em Trento a desconfiança de que o governador enviaria policiais para abafar o movimento. Quando, na mesma tarde, o Major Reinaldo Machado chegou a Pato Branco, foi rendido pelos revoltosos para que iniciasse a conversação com Lupion. No dia seguinte, partiu para o interior da região com Trento e demais colonos para capturar jagunços.

⁵⁸ GOMES, op. cit., pp. 88-90.

⁵⁹ TRENTO, Jácomo. Entrevista concedida a Éverly Pegoraro, em 03 de maio de 2007, em Pato Branco.

Alguns líderes de Pato Branco e Francisco Beltrão, entre eles Trento e Luiz Prolo, permaneceram em contato, principalmente com o objetivo de escolher o momento apropriado para deflagrar um movimento, que deveria ter acontecido nos mesmos dias, conforme declara Trento.

Foi feito em conjunto. Só que por coincidência, por causa dessas três crianças, começou aqui em Pato Branco. Mas não era para começar aqui, depois ir pra Beltrão e depois na fronteira. Era para ser tudo num dia só. Eu que antecipei, pelo meu ato de loucura, que antecipei aqui em Pato Branco e estourou. Aí eles vieram, inclusive, o pessoal de Beltrão no dia 9. Mas quando eles chegaram aqui, nós estávamos naquela de esperar o doutor Graeff com os presidentes de partido ir a Curitiba. Então, nós não tínhamos dito a eles que nós íamos detonar, detonamos por causa do major que chegou de avião⁶⁰.

Em Pato Branco, após a reunião do dia 9 de outubro, formou-se uma Comissão Deliberativa composta por 26 pessoas, mais cinco que constituíram a Junta Governativa Provisória, com o intuito de assumir o comando das ações. É interessante destacar que Trento não reconhece a autoridade da Junta Governativa de Pato Branco. Para ele, a Revolta dos Posseiros centrou-se na captura e expulsão dos jagunços e no fechamento dos escritórios das companhias.

A Junta Governativa eram intelectuais. Você pode ver pela fotografia deles que eram todos engravatados. E resolveu num ponto. A rádio começou a comunicar que nós tínhamos formado uma Junta Governativa com 26 membros e com poder de mando. Aqui no Sudoeste do Paraná o governo Lupion não mandava mais nada, quem mandava era nós. Inclusive, que nós não queríamos mais pertencer ao Paraná, queria que voltasse o Território Federal do Iguazu. Na verdade, em favor do levante, para detonar o levante e durante o levante, eles não fizeram nada. Eles ficaram dentro do clube confabulando. (...) Fiquei sabendo uma semana depois eu fui nomeado delegado especial para o Sudoeste pela Junta Governativa. (...) Eu tava no mato prendendo jagunço, não tava interessado em burocracia⁶¹.

Porto Alegre registra a prisão de 37 jagunços, somente nos arredores de Pato Branco. Depois das prisões, o grupo efetuou o fechamento das companhias

⁶⁰ TRENTO, Jácomo. Entrevista ...

⁶¹ TRENTO, Jácomo. Entrevista ...

imobiliárias. Diferentemente do que aconteceu em Francisco Beltrão, como será relatado no segundo capítulo por Aurélio Negri, em Pato Branco não houve depredação nos escritórios das empresas imobiliárias.

O lacre do escritório da companhia era feito num papel, numa folha de papel ofício, colado na porta, assinado por mim e pelo major, eu como chefe revolucionário, e ele como delegado especial pelo Sudoeste, porque o Lupion enviou ele para cá como delegado especial. Depois nós providenciamos naqueles dias mesmo caminhão para levar os móveis e entregamos aqui na Justiça de Pato Branco, os móveis do escritório. Nós entendemos que nós tínhamos que fazer isso para evitar que alguém fosse assaltar os escritórios e roubar os móveis, depois os ladrões eram nós. Assim como nós fizemos, por exemplo, no Banco do Estado aqui, na Prefeitura, na Coletoria, em todos os órgãos federais, estaduais e municipais, nós pusemos gente comandando⁶².

No dia 10 de outubro, em comum acordo com o grupo que liderava o levante em Francisco Beltrão, iniciou-se um movimento para organizar piquetes nas principais estradas de acesso a Pato Branco e locais públicos. As casas comerciais emprestaram, mediante recibo, armas aos revoltosos. As armas que estavam no fórum e que foram utilizadas em crimes também foram tomadas, com certa conivência do juiz, favorável a causa dos posseiros. Comércio e indústria foram fechados como forma de protesto às violências das companhias. A comunidade, em um consenso mais amplo, estava a favor da revolta⁶³. O Major Reinaldo Machado, através de suas negociações, conseguiu, aos poucos, dismantelar a Junta Governativa Provisória, que havia sido formada para organizar a cidade.

Em Francisco Beltrão, simultaneamente, os colonos foram convocados pelo rádio para estabelecer um plano. As ações foram semelhantes às que ocorreram em Pato Branco. Os jagunços foram levados para fora da região em viaturas do exército, depois de um acordo com os líderes do levante de que não haveria violência. Os escritórios das companhias foram invadidos e depredados, todos os documentos, principalmente os que os colonos haviam assinados, foram

⁶² TRENTTO, Jácomo. Entrevista...

⁶³ Cf. WACHOWICZ, op. cit. e COLNAGHI, op. cit., 1984.

jogados nas ruas. Esta é, aliás, uma das cenas mais divulgadas em fotografias quando se fala em Revolta dos Posseiros de 1957.

Em Santo Antonio do Sudoeste, no dia 12 de outubro, à tarde, como uma forma de forçar as autoridades a se pronunciarem sob a questão das terras e a retirarem as companhias, os colonos cercaram a delegacia da cidade. Tomaram a casa do advogado da Citla e acabaram com todos os documentos encontrados. Também formaram uma comissão de 26 membros, de diversas agremiações políticas do município. Em seguida, destituíram o delegado e deixaram em prisão domiciliar o padre da cidade, por fazer abertamente propaganda da Citla em seus sermões ⁶⁴. Novamente, houve negociação com a comissão, que teve suas demandas atendidas, entre elas, anistia geral aos participantes do movimento, garantia de que não chegariam mais policiais a região e de que os colonos não seriam desarmados.

Entretanto, o governo enviou tropas policiais, alguns dias após os conflitos de outubro, fato que repercutiu negativamente na imprensa. Somente aos poucos a situação foi se normalizando. Instalou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar os acontecimentos. Em Pato Branco, Santo Antonio do Sudoeste e Capanema abriram-se inquéritos para apurar culpados pelos levantes. (A Figura 04 aponta os principais municípios envolvidos na Revolta dos Posseiros de 1957).

⁶⁴ GOMES, op. cit., p. 108.

Posteriormente, Luiz Carlos Tourinho, do Partido Social Progressista (PSP), apresentou projeto de lei à Câmara Federal para dar anistia ampla e irrestrita às pessoas envolvidas no conflito, no período de 1º de janeiro a 31 de outubro de 1957. Além disso, um projeto de desapropriação também foi elaborado, o qual chegou à Presidência da República em 2 de dezembro de 1957. Mas a situação permaneceu sem solução até 1961, quando os primeiros passos rumo à legalização das terras foram tomados.

Mesmo pessoas que não estavam diretamente envolvidas com a disputa de terras participaram ativamente do levante, a favor dos colonos e posseiros. Houve um consenso, um movimento de idéias em torno da revolta que os levou a tomarem esse partido. As relações sociais, além das econômicas, entre colonos e comerciantes influenciaram na participação destes e de outros profissionais liberais na Revolta de 1957. Mas há que se salientar que seus interesses não eram apenas baseados nas relações de amizade. Enquanto não houvesse paz na região, os agricultores teriam suas produções comprometidas, assim como as atividades comerciais⁶⁵.

Gomes tenta explicar a participação de diferentes sujeitos sociais na Revolta de 1957 pela sua identidade econômica, étnica, cultural e ideológica. Essa identidade, associada a revolta moral contra as barbaridades cometidas contra os colonos, explicita a solidariedade dos comerciantes no conflito e até mesmo antes disso, já quando as companhias de terra chegaram a região. Entretanto, a própria autora concorda que a participação dos comerciantes se justificava, em primeiro lugar, por objetivos econômicos. Enquanto as companhias estivessem atrapalhando a produção agrícola dos colonos, os próprios comerciantes estariam sendo prejudicados em seus negócios. Cabe, aqui, uma pergunta que será respondida ao longo da análise das matérias jornalísticas: esses são os atores da revolta que aparecem nos jornais? Como são retratados? Essas análises transparecem nos discursos jornalísticos dos veículos comunicacionais em questão?

⁶⁵ ABRAMOVAY, op. cit., pp. 86-87.

Além disso, o apoio de outros indivíduos, como o dos comerciantes, reitera a concepção de que o conflito também é uma negociação entre indivíduos que têm interesses pessoais específicos, além dos coletivos, construídos historicamente, e de que “o conflito faz parte da vida social dos homens, portanto, se constitui numa forma de relacionamento social, de (des)entendimento; de que não há solução para o conflito, há negociação, regulamentação, regras a serem aceitas pelos envolvidos no conflito...”⁶⁶.

Logo após os episódios de 1957, Lupion e seu aliado, o senador Gaspar Veloso, em entrevista coletiva organizada pelo próprio governo do Paraná, argumentaram que o direito a terra deveria ser respeitado, mesmo que fosse das companhias grileiras⁶⁷. Motta lembra que o respeito a propriedade privada geralmente representa o fator crucial na condenação das ações de posseiros e daqueles que questionam a manutenção da estrutura fundiária vigente, legitimando até mesmo as ações violentas de jagunços contratados.

Afinal, os posseiros ousam questionar um princípio constitucional, ainda que em nome de um outro princípio também consagrado em lei: a já desbotada função social da propriedade. Assim, para além de uma possível validade da crítica à concentração de terras em mãos de uma minoria, os pobres do campo não teriam razão, pois o que eles fazem – a ocupação de terras – fere as leis do país. Eles, os pequenos posseiros, seriam tão somente invasores das terras de outrem⁶⁸.

Na campanha eleitoral de 1960, uma comissão com representantes da região foi formada para conversar com os candidatos à presidência da República, buscando providências para a legalização das terras. Mesmo depois da revolta, com as companhias grileiras fora da área, a titulação ainda não havia acontecido. O marechal Lott, candidato pelo PSD e PTB, não quis assumir obrigações sobre o assunto. Jânio Quadros, que concorria pela UDN (União Democrática Nacional) e pequenos partidos, prometeu solucionar o problema se fosse eleito.

⁶⁶ MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros**: Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66). Niterói, 2002. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense/Unioeste, p. 39.

⁶⁷ VOLTOLINI, op. cit., pp. 331-361.

⁶⁸ MOTTA, Márcia. **A grilagem como legado**.

Praticamente todo o Sudoeste o apoiou, inclusive o PTB local. Jânio Quadros obteve mais de 80% dos votos da região⁶⁹.

Em 1961, o novo Presidente da República desapropriou as terras em litígio, declarando de utilidade pública as glebas Missões e Chopim e determinando regime de urgência para a desapropriação. Entretanto, foi somente em 1962 que o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste (Getsop) foi criado, pelo decreto nº 51.431 de 19 de março, para solucionar a questão de terras no Sudoeste.

Instituição com acentuada presença do exército⁷⁰, o Getsop tinha por finalidade executar as atividades de desapropriação. Entre as suas atribuições estavam: projetar e executar a colonização racional das glebas Missões e parte da Chopim e medir, demarcar e dividir em lotes as glebas objeto da colonização. Três meses depois de sua criação, União e Estado do Paraná assinaram um acordo, renunciando seus argumentos jurídicos de alegação de propriedade de terras. O Getsop atuou até princípios de 1974, quando foi extinto. No total, titulou 32.256 lotes rurais e 24.661 lotes urbanos⁷¹.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1960, poucos anos após o conflito que definiu os passos da legalização de terras no Sudoeste, havia no Paraná cerca de 33.700 posseiros, sendo que no Sudoeste localizavam-se cerca de 18 mil deles, mais de 50% do total do Estado. Já em 1970, dez anos depois, o número de posseiros do Paraná aumentou para aproximadamente 50 mil, e na região estavam apenas 3.070 deles, ou seja, 7.41% do total estadual⁷².

As décadas de 1950 e 1960 foram repletas de conflitos agrários no Paraná, frutos do descaso e/ou irresponsabilidade do governo. A disputa de terras foi um dos principais problemas enfrentados por Lupion, principalmente em seu segundo mandato como governador do Estado, época em que ocorreu a Revolta

⁶⁹ WACHOWICZ, op. cit., p. 281.

⁷⁰ Cf. MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 75; COLNAGHI, op. cit., 1991, p. 19.

⁷¹ GOMES, op. cit., p. 115.

⁷² Números obtidos em LAZIER, op. cit., p. 92.

dos Posseiros de 1957. Esses conflitos e a violência eram as armas de ataque de seus adversários, na tentativa de desestabilizar seu governo.

1.3 O GOVERNO LUPION

Homem de negócios bem sucedido e líder político, carismático, influenciado e influenciador, polêmico. Apenas algumas características que delineiam Moysés Willie Lupion de Tróia, governador do Paraná por duas vezes, senador e sócio de um grande grupo empresarial do Estado, que esteve à frente da administração estadual, durante um período de forte colonização, na década de 1950.

Lupion era filho de um imigrante espanhol que casou com a filha de uma tradicional família do interior do Paraná. Estudou em São Paulo, concluindo o curso de Guarda-Livros⁷³ e, posteriormente, de Contabilidade. Voltou ao Paraná para administrar, junto com seus irmãos e parentes, um grande grupo familiar de negócios: o Grupo Lupion. Entre as suas diversificadas atividades estavam extração e industrialização de madeira; fabricação de papel, fósforo e caixas; exportação de produtos, como erva-mate, madeira e minérios; agricultura; pecuária e participação em empresas de comunicação, entre elas a Gazeta do Povo e o jornal O Dia.

A aquisição de grandes áreas com árvores era uma das estratégias de negócios do Grupo Lupion, entre 1949 e 1951. Assim, a expansão para as regiões Oeste e Sudoeste, onde se localizavam as principais reservas de pinheiros do Estado, era inevitável. Foi dessa forma que o grupo envolveu-se com companhias de terras, entre elas, a Citla.

⁷³ O curso de guarda-livros foi importante nas décadas de 1930 e 1940. O profissional dessa área era encarregado da contabilidade, escrituração e até mesmo serviços jurídicos de estabelecimentos comerciais. Cf. SALLES, Jefferson de Oliveira. A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950: o caso do grupo Lupion. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **A construção do Paraná Moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930-1980**. Curitiba: SETI, 2004, p. 52.

Lupion e sua família desenvolveram laços de amizade com vários políticos influentes. Como resultado, em 1945, é lançado como candidato ao governo do Paraná pelo PSD. A família Lupion se envolveu com o PSD através do interventor Manoel Ribas que, aliás, ajuda a fundar o PTB no Paraná pouco tempo depois.

Durante sua primeira campanha ao governo do Estado, estava em ascensão um novo bloco econômico no Paraná, o do setor madeireiro industrial, com conseqüente queda do setor ervateiro tradicional. Assim, sua propaganda centrou-se no grupo madeireiro, do qual fazia parte, pois a madeira representou um dos pontos fortes dos negócios da família. Seu discurso de campanha caracterizava-o como o representante da modernização, um *business man*⁷⁴. Ele representava “um novo tipo de empresário, um verdadeiro *self-made man*, em contraposição aos empresários tradicionais, ligados às velhas oligarquias parentais. Sua geração não se vinculava à atividade extrativa da erva-mate, nem ao nascente cultivo do café, mas fundamentalmente ao *boom* da madeira”⁷⁵.

O governador Lupion teve dois mandatos políticos: o primeiro em 1946-1950 e o segundo em 1955-1959, com o apoio do PSD, Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido Trabalhista Nacional (PTN). Depois que seu primeiro mandato como governador terminou, Lupion só retornou à vida pública em 1954, como senador do Paraná pelo PSD. Seu governo, principalmente o segundo, foi marcado por denúncias de corrupção, incessantemente apontadas pela imprensa. O termo lupionismo designa a forma personalista do governo Lupion e era usado frequentemente pela imprensa para acusações de corrupção na sua administração.

Codato aponta uma série de conflitos internos no Paraná dentro do processo político do período.

Por exemplo, em 1950, o Paraná é assumido por um descendente político do governo intervencionista da década de trinta e membro do extinto partido regional da família Bento Munhoz. As denúncias de corrupção e fraude, contra os governos do PSD,

⁷⁴ Cf. *ibid.*, p. 96.

⁷⁵ COLNAGHI, *op. cit.*, 1991, p. 10.

dessa época, foram feitas pela UDN, acolhedora de alguns famosos membros do ex-partido regional e, maior opositora do governo Vargas.⁷⁶

Um dos mais ferrenhos opositores a Lupion era Othon Mader, fundador e líder da UDN no Paraná. Engenheiro por formação, foi Delegado de Terras na Região Oeste (1920-1924) e Delegado de Terras no Sudoeste (1926). Entre 1934-1936 foi Secretário Estadual de Agricultura. Mader elegeu-se senador pelo Paraná em outubro de 1950, com o apoio da coligação formada pela União Democrática Nacional (UDN), Partido Republicano (PR), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Libertador (PL) e Partido Republicano Trabalhista (PRT). Em 1955, disputou eleição para o governo do Estado, perdendo para Moysés Lupion. Em outubro de 1958, elegeu-se deputado federal⁷⁷.

Quem acompanha as brigas políticas entre Mader e Lupion no ano de 1957 pode não imaginar que havia ligações comerciais entre os dois, antigamente. Em 1943, as duas famílias participaram da fundação do banco Bamerindus. Em 1951, João Lupion Filho (irmão de Moysés Lupion) torna-se vice-presidente do banco e Mader diretor-presidente⁷⁸.

Em 1946, a UDN de Mader apoiou Lupion. Entretanto, em 1948, o grupo udenista no Paraná já estava desvinculado da coligação e fazia forte oposição ao PSD e a Getúlio Vargas. Alegando que o PSD não cumpriu os compromissos assumidos, vários partidos se articulavam em torno do candidato Bento Munhoz da Rocha Netto (PR), que venceu o candidato de Lupion, Angelo Lopes, nas eleições de 1950. Bento Munhoz contou com o apoio da UDN, parte do PTB e uma parcela do próprio PSD, que se dividiu para apoiar a candidatura de Vargas à presidência da República. Neste pleito, Lupion elegeu-se Senador⁷⁹.

Mader acompanhou como Senador da República a Revolta de 1957, proferindo violentos discursos contra o governo estadual. É dele o texto “A

⁷⁶ CODATO, Evandir. Organização do rural paranaense. In: FERREIRA, Yoshiya Nakagawara et. alii. Formação territorial do Paraná: raízes rurais e urbanas. Londrina: Humanidades, 2005, v.1, no prelo.

⁷⁷ ABREU, Alzira Alves de. (et.al.). **Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p.3423.

⁷⁸ SALLES, op. cit., p. 93.

⁷⁹ Mais informações sobre a política paranaense na década de 1950, conferir CODATO, Evandir. **PSD e UDN: articulação e conflito na política paranaense entre 1945 e 1950**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) USP.

rebelião agrária no sudoeste do Paraná”, discurso que fez no Senado logo após os acontecimentos de outubro de 1957. Seu nome será retomado repetidas vezes no terceiro capítulo, já que é figura recorrente nas matérias jornalísticas analisadas.

1.3.1 A política de colonização de Lupion

Frente a tantos conflitos agrários no Paraná, quais eram as atitudes do governador? Quais mecanismos utilizava para impulsionar a colonização e quais conceitos permeavam suas ações? Algumas respostas para essas perguntas podem ser obtidas nas mensagens do governador a Assembléia Legislativa, por ocasião dos inícios dos trabalhos parlamentares. Elas podem ser entendidas como documentos nos quais se registram oficialmente seus atos administrativos e planos de governo⁸⁰.

As mensagens, por mais que sejam consideradas textos oficiais, escritos justamente com o intuito de “ficarem para a História”, podem mostrar como ocorria a manipulação das informações, como as ações do governo não correspondiam às falas que Lupion expressava oficialmente. Nesses discursos, o governador expressa suas opiniões sobre as mais variadas áreas da administração estadual, assim como apresenta um relatório circunstanciado sobre as ações do ano anterior. Em alguns momentos, é possível perceber seus conceitos, expressos em meio às informações que apresenta, como quando fala em intrusos que vêm minar a paz do Estado. Apesar de citar alguns trechos de discursos seus do primeiro mandato, apresento principalmente os do segundo mandato, pois foi nessa época que os conflitos agrários foram mais intensos.

Lupion busca evidenciar em suas falas o progresso do Paraná e sua importância perante o país, propondo uma política modernizadora para o Estado (fruto dos conceitos herdados de seu “mentor” Manoel Ribas, interventor em 1932-1935 e 1937-1945 e governador em 1935-1937). Era a ânsia de povoar o

⁸⁰ CODATO, Evandir. **Apontamentos sobre o personalismo político paranaense**. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_atg8.htm.

Paraná e mostrar as potencialidades de um lugar em vias de crescimento e modernização.

Ele procura apresentá-lo como uma terra de oportunidades, com potencial que atraía brasileiros dos mais variados locais para trabalhar. O aumento da população implica suprimento de demandas essenciais para garantir a qualidade de vida. Assim, justifica-se a criação ou reformulação de órgãos de administração direta, encarregados de prestar auxílio aos migrantes e divulgar as potencialidades econômicas locais. Essa preocupação em povoar, mostrando as qualidades que o Paraná oferece, pode ser percebida em sua primeira gestão, por exemplo, quando Lupion estabelece um

... sistema racional de colonização para aqueles ocupantes nacionais, custeando-lhes o transporte das famílias e das bagagens e ferramentas para o novo local, provendo-lhes o fornecimento de mantimento, despesas estas que seriam computadas no valor total do lote, com moradia, a ser pago em prestações, suavemente, após a primeira colheita⁸¹.

Ao mesmo tempo em que levas de migrantes chegam ao Estado, somados aos seus benefícios, surgem diferentes problemas sociais que merecem ações rígidas de controle. Lupion demonstra até mesmo preconceito ao se referir a tais problemas, argumentando que foi com a chegada do outro, do diferente ao povo paranaense, que a situação se estabeleceu.

... bons e maus elementos, atraídos os primeiros pela fama de fertilidade das terras roxas paranaenses e, os segundos pelas facilidades dos negócios, deixaram os rincões de origem em São Paulo e Minas Gerais e vieram juntamente com muitos aventureiros, apossar-se abruptamente das melhores terras devolutas do Estado, assentando benfeitorias provisórias, desordenadamente a mais das vezes, em terras já tituladas ou comprometidas⁸².

⁸¹ PARANÁ. Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1948 pelo senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná, p.56. Apud IPARDES, Fundação Edson Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: IparDES/SEPL/Fuem, 1989, p. 32.

⁸² Ibid., p. 55. Apud IPARDES, op. cit., p. 33.

Lupion chega ao ponto de dizer que as doenças do meio rural eram resultantes do

... rápido desenvolvimento de nosso Estado e conseqüentes em grande parte da maior afluência de grupos populacionais de outros estados da União, principalmente no último ano, com grandes levas de Nordestinos (...). Recebemos esses irmãos do Nordeste, embora sabendo que nossos problemas surgiram sob o ponto de vista sanitário⁸³.

A suposta queda do padrão de saúde paranaense leva o governo a adotar não apenas medidas profiláticas, mas um programa de educação sanitária. Lupion sugere, então, a figura da “Visitadora-Sanitária”.

Um dos setores que merecia atenção especial do governo foi o de transporte e viação. A política de transporte pautava-se, sobretudo, em prioridades econômicas, como o escoamento das produções paranaenses e o esforço de atrair migrantes para as regiões interioranas do Estado. Assim, o volume de recursos que destinava ao setor, sob responsabilidade da Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP), era bem superior ao de outras áreas, “destinando-lhe um volume de verbas sempre superior ao da agricultura, educação e cultura, saúde pública e segurança, somados”⁸⁴.

Os conflitos agrários já estavam presentes em seu primeiro mandato e seu discurso oficial era “solucioná-los imediatamente”, destinando as terras agrícolas “àqueles que se proponham torná-las produtivas pelo trabalho”⁸⁵. As medidas adotadas por Lupion diziam respeito ao plano de colonização citado anteriormente. Para aqueles que ocupavam as terras e possuíam escrituras de compra e venda sem base em títulos legítimos, o governador encaminhou à Assembléia Legislativa um anteprojeto que se transformou em lei, que propunha:

... as posses com cultura efetiva e moradia habitual, mantidas por mais de 20 anos ininterruptos, sobre terras de domínio público estadual, habilitam seus detentores à obtenção de um título de domínio pleno, por doação, desde que sobre as mesmas terras

⁸³ PARANÁ, 1959, p. 103.

⁸⁴ IPARDES, op. cit., p. 45.

⁸⁵ PARANÁ, 1948, p. 55. Apud IparDES, op. cit., p. 49. Comentário do autor.

não incidam escrituras públicas de compra e venda ou documentos hábeis de sucessão hereditária⁸⁶.

Havia duas formas de colonização: uma tendo o Estado do Paraná como agente colonizador das terras devolutas; e outra através da iniciativa privada, sob responsabilidade de empresas de colonização. Myskiw salienta que os projetos de colonização das empresas privadas foram mais bem sucedidos do que o do governo estadual. As companhias de terras, além de possuírem mais experiência em colonização, sabiam que, se o serviço oferecido aos colonos (medição e demarcação das terras, assistência técnica, hospitalar e social, entre outros) fosse satisfatório, o negócio imobiliário e o desenvolvimento econômico da área teriam mais chances de darem certo⁸⁷.

Evandir Codato, ao discorrer sobre como se deu a organização do espaço rural paranaense ao longo de sua história, observa que a política agrária adotada pelos governos tinha preocupações sobretudo econômicas e não em resposta aos direitos sociais básicos dos trabalhadores. Para a historiadora,

... os governos dedicaram-se para criar infra-estrutura, visto que ela garantiria a exploração capitalista da terra, em arrecadar dinheiro para o cofre público, por meio da venda de terra devoluta, mas somente secundariamente providenciaram a garantia da produção agrícola. A maioria dos governadores não promoveu políticas públicas que atendessem direitos básicos dos trabalhadores⁸⁸.

Codato reitera as duas formas diferenciadas de colonização no Paraná, uma especulativa e outra agrícola. Suas diferenças baseiam-se: em sua capacidade de investimento, com empresas de colonização e de construção de estradas em oposição às pequenas propriedades agrícolas baseadas no trabalho familiar; no aparato político “segundo a capacidade de organização e mobilização e no acesso às formas de comunicação e informação, como jornais, rádios, administração pública, instituições políticas e partidárias”; e no amparo legal e

⁸⁶ Ibid., p. 57. Apud id.

⁸⁷ MYSKIW, op. cit., p. 67.

⁸⁸ CODATO, op. cit., 2005.

político disponível: “a lei de terras e a política agrária têm razões que se desviam do fundamento legal”⁸⁹.

Lupion inicia seu segundo mandato, em 1956, reiterando a prosperidade, presente e no futuro imediato, dos índices de vida paranaenses, motivo que atraía um fluxo migratório elevado para o Estado. “Suas vastas regiões de extraordinário potencial agrícola; a confluência de interesses industriais e o emprego cada vez mais acentuado de grandes capitais, vem favorecer uma imigração volumosa, planejada, capaz de trazer resultados plenamente benéficos para nossa terra e para o nosso povo”⁹⁰. Constata sua opinião apontando a taxa geométrica de crescimento anual do Paraná – 5,5% – entre o recenseamento de 1940 e o de 1950, a mais alta do Brasil.

Cabia ao governo do Estado, para Lupion, atrair esses migrantes e localizá-los de acordo com suas possibilidades de adaptação, para que trabalhassem as “terras férteis e promissoras”. Nesse sentido, a orientação do governo para a imigração e colonização era a de “propiciar o crescente aproveitamento de nossas riquezas naturais, pela dinamização de elementos que, constituindo imenso potencial de prosperidade, ainda não se integraram entre os que determinam, impulsionam e garantem o progresso do Estado”⁹¹.

Lupion ainda salienta as oportunidades que se abrem ao migrante no Paraná. Como exemplos de amparo proporcionados pelo Estado, cita a Divisão de Imigração subordinada a Secretaria de Agricultura, a qual dispõe inclusive de uma hospedaria capaz de abrigar cerca de 150 imigrantes mensalmente, e o Serviço de Colocação de Mão-de-Obra. Garante que eles recebam assistência médica, hospedagem, regularização de documentação pessoal, colocação no mercado de trabalho e assistência jurídica. Ainda auxiliavam esse trabalho o Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC) e a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração.

Contudo, de acordo com Myskiw, estes órgãos acabaram por gerar mais problemas à colonização paranaense, no que se refere à titulação de terras e ao

⁸⁹ Id.

⁹⁰ PARANÁ, 1956, p. 46.

⁹¹ PARANÁ, 1957, p. 117.

privilégio de alguns grupos econômicos interessados na apropriação de terras com fins lucrativos⁹².

Mas a mensagem do governador era de que, aos órgãos competentes do Estado, cumpria monitorar o imigrante, enraizando o homem ao solo, “estimulando e proporcionando-lhe meios para cultivá-lo e estudando também outras fórmulas para assegurar essa mesma fixação”⁹³. Lupion faz questão de enfatizar que o Paraná estava disposto a abrigar aqueles que tivessem disposição para trabalhar e, para isso, nada melhor que a imagem de um colono, imigrante ou descendente deste, trabalhador e comprometido com o trabalho. Para isso, era-lhe dado solo agricultável, “aos que têm o firme e sincero propósito de explorá-lo, trabalhando para produzir e promovendo o engrandecimento do Estado”⁹⁴.

As ações do governo recaíam, sobretudo, sobre as pequenas e médias propriedades, voltadas à agricultura familiar, evitando o êxodo rural. O governo chegou a aprovar, em 4 de outubro de 1956, um Plano de Colonização, cujo objetivo era “proporcionar ao agricultor a aquisição da pequena propriedade, facilitando-lhe todos os meios, e assegurando-lhe, outrossim, vida melhor...”⁹⁵. Assim, a preferência era para expedição de títulos de pequenas áreas. A portaria nº 55/57, por exemplo, recomendava que todos os responsáveis pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização atendessem com preferência e urgência os pedidos de compras de lotes coloniais inferiores a 50 hectares.

1.3.2 1957: dificuldades provisórias e clima de insatisfações

Lupion procurou aparentar tranqüilidade em seu discurso de abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa em 1958. Os conflitos que culminaram com a Revolta dos Posseiros de 1957, para ele, foram atos esporádicos e inflamados pela sua oposição política. Claro que fatos tão chocantes não mereceriam ser citados em um discurso que pretendia enaltecer suas ações administrativas do ano

⁹² MYSKIW, op. cit., pp. 66-67.

⁹³ PARANÁ, 1957, p. 118.

⁹⁴ Id..

⁹⁵ Id..

anterior. Entretanto, era necessário reiterar, ainda que exaustivamente, a idéia que o levante era mera manobra política da oposição.

O governador chegou a sinalizar que o ano de 1957 foi marcado por duas características. De um lado, a prosperidade e ascensão do Estado, de outro, o esforço de superar dificuldades transitórias. Mas enganam-se aqueles que pensam que tais dificuldades refiram-se aos episódios registrados no Sudoeste em outubro do ano anterior. Para o governador, houve outros problemas que, apesar de transitórios, segundo suas palavras, foram mais relevantes para serem registrados em seu discurso introdutório. São eles: as dívidas do governo anterior, o aumento de despesas com o funcionalismo público (aliás, alvo freqüente de críticas por parte de Lupion) e a queda da arrecadação do Estado, fruto das condições climáticas desfavoráveis e da política do Instituto Brasileiro do Café. Nada que estivesse ao alcance de suas mãos modificar ou solucionar.

Ao fim do discurso introdutório, apenas ao elogiar os serviços de segurança pública do Estado, aponta a “eficiência e serenidade da ação dos serviços de segurança pública no caso do sudoeste”, fator condizente com “os foros de civilização da nossa terra”⁹⁶. Sua intenção era mostrar que, apesar de os conflitos agrários terem sido assunto para a mídia nacional e internacional, que identificou o Paraná como uma terra de violência e de jagunços, esses imprevistos não podiam alterar a imagem de um Estado moderno, promissor e civilizado.

São esses fatos, segundo o governador, que propiciavam críticas injustas, formuladas com “a informação deficiente ou o espírito tendencioso”, favorecendo “um clima fácil para insatisfações, campo onde medram fertilmente as plantas cuja semente a maledicência e a demagogia espalham e cultivam...”⁹⁷.

Numa tentativa de mostrar que seu governo não estava agindo erroneamente ou de forma omissa, Lupion apresentou, em seu relatório, um extenso histórico sobre a ocupação de terras no Paraná. Utilizou os termos de seu mentor Manoel Ribas, para quem era necessário “fazer vibrar nosso imenso

⁹⁶ PARANÁ, 1958, p. 12.

⁹⁷ Ibid., p. 7.

sertão”⁹⁸ de forma racional para justificar as ações governamentais através do Departamento de Geografia, Terras e Colonização da Fundação Paranaense de Imigração e Colonização.

Para ele, a história de alienação das terras devolutas do Estado divide-se em três períodos. O primeiro refere-se à formação de latifúndios, muitas vezes improdutivos. Esse primeiro período finaliza-se com a Revolução de 30 que, “sem dúvida alguma, marca um ponto importante de transição na evolução nacional, quando fica definitivamente para trás o ambiente econômico, social e político que possibilitava aquelas alienações e propriedades imensas, sem nenhum benefício social”⁹⁹.

Seguindo seu raciocínio, o segundo período é marcado pela presença de empresas particulares de colonização, as quais teriam os seus interesses privados, é claro, mas não deixavam de servir ao desenvolvimento do Paraná. Para Lupion, o Estado deve agradecimentos ao trabalho por elas desenvolvido: “... é fora de toda a dúvida, que o Paraná lhes deve e ao interesse particular assim mobilizado uma parte fundamental de seu desenvolvimento. As empresas chegaram, por vezes, a ter em suas mãos grandes áreas, mas para dividi-las e subdividi-las”¹⁰⁰.

Contudo, a expansão do Estado passou a ser motivo de atração de pessoas do país inteiro, resultando no terceiro período, o do “fenômeno da intrusão de terras devolutas de nosso Estado”. Foi dessa forma, na visão de Lupion, que começaram conflitos esporádicos e sem maior significação, por todo o Estado. Tais problemas seriam, então, resolvidos com acordos entre os “intrusos” e os proprietários, através de compra por preço razoável ou da indenização aos “intrusos”.

Foi, porém, aproveitando disso que certos elementos interessados politicamente contra nós, e interessados diretamente no assunto, insuflaram e armaram o movimento que agitou recentemente o sudoeste paranaense, manifestamente organizando os intrusos da

⁹⁸ Ibid., p. 109.

⁹⁹ Id..

¹⁰⁰ Ibid., pp. 109-110.

região em um movimento semi-armado, para dar uma falsa impressão dentro e fora do Estado¹⁰¹.

Lupion não menciona, porém, que muitos dos “intrusos” por ele denominados chegaram antes das companhias colonizadoras, um dos motivos da Revolta de 1957.

O governador apresenta uma série de justificativas para as ações de sua administração durante o conflito. Primeiramente, como as terras estavam em discussão judicial entre empresas particulares, Estado e União, não poderiam ser dadas aos “intrusos”. Contudo, as mesmas terras foram cedidas à Citla, anteriormente, sob questão judicial.

Outro argumento levantado por Lupion era de que, uma vez que os “intrusos” conflagraram um movimento semi-armado com a chacina de Capanema (já mencionada neste trabalho) o “papel do Estado só podia ser o de restabelecer a ordem e providenciar a punição dos culpados”¹⁰². Mas é necessário salientar que o movimento armado se insuflou em virtude de uma série de fatores, acontecidos antes do incidente mencionado pelo governador.

E, por último, Lupion tenta mostrar que os conflitos não abalariam seu governo. “Em terceiro lugar, esqueciam-se os nossos adversários de considerar que crises assim superficiais e locais, criadas artificialmente, com malícia e má fé, são completamente sem conseqüências na ordem geral, mal arranham a superfície e cessam com o alarido que propositadamente se construiu para dar uma falsa impressão de tumulto generalizado. Triste capítulo da nossa educação política”¹⁰³.

Caberia, então, às inspetorias de terras a responsabilidade de organizar as posses registradas e cadastradas, vistoriar tais terras, entre outras determinações. Entretanto, como já foi comentado acima, o problema dos posseiros do Sudoeste do Paraná ficou sem solução definitiva até meados de 1960.

¹⁰¹ Ibid., p. 110.

¹⁰² Id..

¹⁰³ Ibid., p. 111.

Em 1961, Ney Braga, sucessor de Lupion no governo estadual, expediu mandatos de prisão contra este, sob acusação de corrupção. O ex-governador exilou-se na Argentina até 1962, quando retornou ao Brasil e elegeu-se deputado federal pelo PSD. Teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, em 1964, pelos mesmos motivos citados anteriormente. Recuperou seus direitos políticos em 1974.

2. A VOZ DE UM CONFLITO: A RÁDIO COLMÉIA NA REVOLTA DOS POSSEIROS DE 1957

“O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras”¹⁰⁴.

Pierre Bourdieu

Como a imprensa se relaciona com a história do tempo presente? Como o jornalismo contribui para a construção da narrativa histórica contemporânea, já que trabalha com narrativas fragmentadas? Até que ponto as notícias selecionadas pela mídia podem ser consideradas como narrativas históricas? Qual a dimensão do poder simbólico do jornalismo?

Em meio às observações teóricas que trago neste capítulo, apresentarei os depoimentos de personagens que fazem parte, diretamente, dos conflitos de 1957. Alguns deles atuaram na imprensa sudoestina daquela época. Suas considerações ajudarão a esclarecer a participação e a influência da imprensa enquanto poder simbólico formador de discurso histórico, além de apontar algumas diferenças

¹⁰⁴ BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 166-167.

significativas entre a participação da imprensa regional e da capital na Revolta dos Posseiros.

A imprensa, na sociedade contemporânea, assume funções que ultrapassam o conceito de mera transmissora de acontecimentos. Sua influência vai, até mesmo, além do direcionamento interpretativo. A própria condição de existência de um acontecimento está atrelada a sua publicidade. O historiador Pierre Nora chega ao ponto de dizer que, para haver acontecimento, é necessário que ele seja reconhecido como tal pela e através da imprensa, pois somente ela tem a sua disposição possibilidades infinitas de manipulação da realidade¹⁰⁵. Nelson Traquina, teórico da comunicação, tem uma opinião semelhante. Ele lembra que os assuntos não pautados pela mídia são condenados à inexistência social, pois a imprensa direciona o que, como e quando comentar¹⁰⁶.

A imprensa adquire, assim, um papel significativo na construção da narrativa histórica contemporânea, já que os meios de comunicação assumem o papel de intermediários para que o acontecimento marque agora a sua presença. “E mesmo com muito mais força na medida em que os *media* impõem imediatamente o vivido como história, e que o presente nos impõe em maior grau o vivido”¹⁰⁷.

A abordagem dos acontecimentos mediados e criados pela imprensa por parte dos historiadores do tempo presente é diferenciada. A eles fica a responsabilidade de perseguir significações na produção em massa de acontecimentos que a mídia elabora diariamente. O acontecimento, que agora é exterior ao trabalho do historiador, torna-se um indício, para que se possa desvendar a forma como as sociedades históricas se relacionam com o seu passado e projetam o seu futuro. É buscar, além do acontecimento, um conjunto

¹⁰⁵ NORA, Pierre. O retorno do fato. In: NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques. **História**: novos problemas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, pp. 181-182.

¹⁰⁶ TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002, p. 22.

¹⁰⁷ NORA, op. cit., pp. 183-184.

de fenômenos sociais que poderiam passar despercebidos, se não fossem analisados a partir de uma perspectiva histórica¹⁰⁸.

Sendo assim, como estabelecer uma relação entre o que a imprensa publicou e a sua constituição como narrativa histórica? O professor Luiz Gonzaga Motta, ao discorrer sobre o jornalismo e a configuração narrativa da história do presente, lança uma série de questionamentos sobre a relação entre a produção jornalística diária, que apresenta notícias fragmentadas, e a possibilidade de uma construção narrativa unitária dessas notícias, pela recepção. Mesmo que a ênfase do professor seja o texto objetivo, construído nos moldes da pirâmide invertida¹⁰⁹, característica que não pode ser aplicada em todos os discursos da minha análise, vou me ater à essência de seu argumento, por ser o que me interessa para confirmar a hipótese de que o discurso jornalístico contribui para a construção da narrativa histórica.

O jornalismo constrói significações que são projetadas na imaginação do receptor. Quando me refiro a receptor, quero dizer ouvinte, telespectador e/ou leitor. Ao apreender conteúdos simbólicos contidos no discurso jornalístico, ele percebe e simultaneamente experimenta o mundo. Essa recepção torna-se, então, um ato mediador de construção de sentidos, através de um pano de fundo cultural, ético e moral¹¹⁰.

Assim, é a possibilidade de apreensão por parte do receptor, com sua bagagem simbólica, que permitirá ao discurso jornalístico constituir-se como narrativa. As notícias são fragmentos de histórias que envolvem personagens e ações, conflitos e tensões, contadas diariamente, inseridas em uma dinâmica temporal daquele momento. Mas esses fragmentos apresentam falhas, lacunas de sentido que serão apreendidas, conectadas, de acordo com a possibilidade do receptor, que podem estar inseridos em uma dinâmica temporal diferente e

¹⁰⁸ MAUAD, Ana Maria. **Dimensões do Presente**: palavras e imagens de um acontecimento, os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono, em 11 de setembro de 2001. Primeiros Escritos nº 9, Niterói, UFF, LABHOI. Disponível em www.historia.uff.br/labhoi.

¹⁰⁹ O texto jornalístico construído em forma de pirâmide invertida privilegia a informação principal em seu começo, respondendo às perguntas quem, quando, que, como, onde e por quê.

¹¹⁰ MOTTA, Luiz Gonzaga. **Jornalismo e configuração narrativa da História do Presente**. Disponível em www.compos.org.br/e-compos.

posterior ao momento de produção da notícia, já que o discurso jornalístico se constitui como fonte histórica.

O discurso jornalístico pode ser entendido como o poder simbólico de construir versões da realidade, interpretando, privilegiando e dando visibilidade a sujeitos e situações, procurando, com isso, a própria legitimação de seu discurso perante a sociedade, através de sua função mediadora.

A capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objectivado, visível, dizível, e até mesmo oficial, aquilo que, por não ter acedido à existência objectiva e coletiva, permanecia em estado de experiência individual ou serial [...] representa um considerável poder social, o de constituir os grupos, constituindo o senso comum, o consenso explícito, de qualquer grupo¹¹¹.

Entretanto, é necessário salientar que a palavra por si só não tem poder. Sua eficácia simbólica depende de seu porta-voz e da credibilidade que este dispõe no campo social.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto, o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário¹¹²

Esses conceitos abordados permitem compreender a participação da Rádio Colméia no conflito de 1957. Único veículo de comunicação do Sudoeste na época, o poder de discurso de seus locutores foi preponderante na mediação do conflito e na sua transformação em notícia.

Apesar de não ser o foco principal de meu trabalho discorrer a respeito da Rádio Colméia, não poderia deixar de apresentar a emissora, já que havia uma grande distância – não apenas geográfica – entre a imprensa da capital e o público do Sudoeste. Assim, procurei estabelecer algumas ligações da imprensa

¹¹¹ BOURDIEU, op. cit., 1989, p. 142.

¹¹² Ibid., p. 14.

regional e do poder por ela desempenhado na construção histórica do conflito, além de tecer comparações com a participação da imprensa da capital, como uma forma de suprir a deficiência da falta de discursos do rádio, já que não há arquivos sonoros da época.

São duas formas diferentes de comunicação, postas em ângulos diferentes de observação e registro do mesmo conflito. A rádio estava presente na região, fazia parte do dia-a-dia dos colonos e posseiros (na maioria analfabetos, portanto, sem acesso a periódicos impressos) e seus radialistas tornaram-se, por isso, lideranças do movimento. Por outro lado, a imprensa escrita acompanhava da capital, produzida e direcionada para o público da capital. Mesmo quando alguns repórteres foram mandados para o Sudoeste, é possível perceber diferenças na sua forma de apresentar o assunto.

A década de 1950 foi marcante para o rádio. O incentivo ao consumo levava cada vez mais brasileiros a adquirirem o aparelho. O crescimento do rádio enquanto veículo de comunicação acontecia quantitativa e qualitativamente. A informação ganhava espaço nas programações, através de um radiojornalismo mais dinâmico e envolvente. O rádio mexia com a imaginação dos ouvintes, principalmente nos meios rurais era o único elo de ligação com o mundo exterior.

Para falar sobre a Rádio Colméia de Pato Branco, conversei com Inelci Pedro Matiello, que iniciou como sonoplasta na emissora aos 15 anos; Ivo Thomazoni, radialista e liderança construída ao longo do conflito; e Jácomo Trento, que trazia os relatos ouvidos dos próprios colonos e os transmitia ao Thomazoni para serem noticiados pela rádio. Justamente por se tornar esse elo de ligação, Trento ganhou a confiança dos colonos e assumiu a liderança da revolta, embrenhando-se pelas matas para prender jagunços durante os dias do levante.

Já sobre a Rádio Colméia de Francisco Beltrão, infelizmente, os sócio-fundadores da emissora não vivem mais. Para suprir a falta de seus depoimentos, conversei com dois dos seus ouvintes, o caminhoneiro Aurélio Antonio Negri e a esposa de Valter Alberto Pécoits, Manoela Sarmiento Silva Pécoits, a qual

participou ao lado do seu marido do levante, já que ele, além de médico, foi uma das lideranças do movimento e acionista da rádio¹¹³.

É importante salientar que, mesmo que os relatos sejam baseados em memórias individuais, eles são, por natureza, sociais também, pois os entrevistados estão inseridos em um grupo que compartilha experiências comuns. Além disso, falam de assuntos, situações que, se não tivessem significação na memória coletiva, não seriam compreensíveis. A memória individual é, também, resultado de um processo coletivo.

Cabe salientar que, mesmo com um elenco de assuntos a questionar, as entrevistas tornaram-se longas conversas, nas quais os entrevistados discorreram, com riqueza de detalhes, sobre uma emissora que conta com poucos documentos escritos a respeito de sua história. História que renderia, por si só, uma dissertação à parte, objetivo que não tenho a pretensão de desenvolver no momento. Apresento, aqui, alguns aspectos dessa história tão rica, que pretendem colaborar para o entendimento da participação da imprensa na construção da narrativa histórica da Revolta dos Posseiros de 1957.

2.1 QUANDO A IMPRENSA PARTICIPA DA HISTÓRIA

Trinta e um anos depois da instalação oficial da radiodifusão no Brasil¹¹⁴, a pequena comunidade de Villa Nova (que futuramente passaria a ser chamada de Pato Branco) recebe o primeiro veículo de comunicação do Sudoeste do Paraná: a Rádio Colméia. Até então, os poucos habitantes que o vilarejo possuía tinham apenas o telégrafo e o alto-falante instalado na praça central como formas de divulgação de notícias, além das conversas informais, é claro.

¹¹³ Anexos ao artigo encontram-se os roteiros semi-estruturados das entrevistas gravadas com os depoentes (anexos 01, 02 e 03).

¹¹⁴ 20 de abril de 1923 é a data de instalação da radiodifusão no Brasil. Um ano antes, em 7 de setembro de 1922, o rádio tem suas primeiras transmissões experimentais no Rio de Janeiro, como parte das comemorações ao Centenário da Independência.

Os irmãos gaúchos Paulo e Otávio Rotilli, além de Norberto Bonher e Venignus Elisius Winkelmann, formaram sociedade para administrar a concessão da rádio, que foi autorizada pela portaria número 119 do Diário Oficial de 16 de fevereiro de 1954, a funcionar na frequência 1520 KHz com potência de 100 watts¹¹⁵.

Otávio Rotilli já tinha experiência na administração de rádios, pois dirigia a Três Passos, no Rio Grande do Sul. Foi ele quem viajou ao Rio de Janeiro, disposto a conseguir de Getúlio Vargas, com quem pretendia falar pessoalmente, uma concessão para uma emissora em Pato Branco. Após várias tentativas, conseguiu permissão para instalar três: uma em Pato Branco, uma em Toledo e outra em Francisco Beltrão, todas no Paraná. Posteriormente, foram autorizadas outras para várias cidades, como Campo Mourão, União da Vitória e Cascavel, resultando na Rede Colméia de Rádios¹¹⁶.

A Rádio Colméia de Pato Branco, portanto, foi a primeira do conjunto, passando a funcionar em caráter experimental em 31 de maio de 1954 e inaugurada oficialmente em 31 de julho do mesmo ano, tendo como diretor administrativo Otávio Rotilli e diretor técnico Francisco Norberto Bonher.

Um dos primeiros funcionários foi Inelci Pedro Matiello, que iniciou carreira profissional como sonoplasta e, posteriormente, como radialista esportivo e comentarista televisivo. Ele é natural de Sarandi, Rio Grande do Sul. Chegou a Pato Branco com sua família aos 14 anos de idade, mesma época em que começou a trabalhar na Rádio Colméia.

O seu depoimento, obtido através da metodologia da História Oral, ajudou a esclarecer o início do rádio no Sudoeste e a importância que adquiriu na Revolta dos Posseiros de 1957. Justifico minha escolha por esse radialista por ser um dos poucos funcionários da Rádio Colméia ainda vivo. O seu testemunho deu sustentação ao meu trabalho como fonte histórica valiosa, já que a metodologia

¹¹⁵ MIOTTO, Cirene Vanzella. **Rádio Celinauta 50 anos: ondas que unem o Sudoeste do Paraná**. Pato Branco: Fadep, 2004, p. 43.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 18.

da História Oral pode “...devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental mediante suas próprias palavras”¹¹⁷.

O início da era do rádio no Brasil exigiu de seus profissionais muita versatilidade. Muitas vezes, não era possível escolher ou especializar-se em um único segmento. Matiello conta que até 1963, quando chegou ao jornalismo esportivo (sua verdadeira paixão), trabalhou em variados setores da rádio. “Eu era redator, eu compilava notícias, por exemplo, da Guaíba, do Correspondente Renner, eu tinha programa de auditório, eu tinha programa jovem, e transmitia também a missa aos domingos. Inclusive isso. Então, um pouco de tudo”¹¹⁸.

As poucas condições tecnológicas também exigiam muita criatividade e esforço dos profissionais do rádio. Um exemplo é lembrado por Matiello, em história vivida por seu companheiro e radialista Ivo Thomazoni, um dos nomes certos em todas as citações sobre a Revolta dos Posseiros de 1957. Este, de origem catarinense, ingressou na emissora pato-branquense em meados de 1954. Após um teste como locutor, que fez por brincadeira, recebeu o convite dos diretores para trabalhar lá. Thomazoni morava e trabalhava em Francisco Beltrão, em uma casa de comércio. Aceito o convite, mudou-se para Pato Branco. Trabalhou na redação e na locução, tornando-se, em pouco tempo, responsável pelo departamento informativo. Entrava ao ar às 12h30min, para retransmitir informações colhidas das rádios Farroupilha, Nacional, Gaúcha e do Repórter Esso. É dele a primeira reportagem externa da emissora, na inauguração da Igreja dos Ucrâinos. Cobertura de eleições, jogos de futebol, corridas de cavalos, além da transmissão de rituais católicos, também fazem parte de sua experiência como locutor da Rádio Colméia de Pato Branco. Conta Matiello:

... nós não tínhamos gravador. O Thomazoni ouvia a rádio do Rio, o Repórter Esso, e através da taquigrafia, ele anotava, ele não tinha tempo de virar a página tão rápido, ele jogava no chão, eu juntava do chão, depois ele transcrevia na máquina. Tinha uma notícia lá, Rio de Janeiro, era só a letra R, ele fazia a notícia, depois ele pegava o conteúdo da notícia e depois transcrevia. Isso até 1960, por aí, quando o Frei Policarpo

¹¹⁷ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 25.

¹¹⁸ MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista gravada concedida a Éverly Pegoraro em 7 de julho de 2006, em Pato Branco.

resolveu comprar um gravador Geloso, eu trabalhei com esse gravador Geloso, um gravador italiano, de rolinho, e gravava no rádio, e ficava copiando as notícias, e tal. (...) esse trabalho de copiar de uma emissora de rádio foi durante 16 anos, os noticiários, um pela manhã e o outro à tarde, não tinha recursos, os jornais de Curitiba vinham com um dia, dois de atraso.¹¹⁹

O surgimento do rádio representou mudanças significativas, “foi a manifestação mais precoce da era eletrônica na comunicação de massa”¹²⁰. Para o rádio, o início da era televisiva, na década de 1950, exigiu a busca de novos rumos para garantir seu espaço na sociedade. A linguagem popularizou-se mais, buscando uma identificação maior com o seu público, em grande parte analfabeta ainda. Fortaleceram-se o radiojornalismo e a prestação de serviços¹²¹, aliás, duas áreas fortes da Rádio Colméia em Pato Branco. O radiojornalismo da emissora tinha uma peculiaridade, revelada por Matiello:

Na região, nós tínhamos correspondentes. A dona Erta era correspondente em Chopinzinho. Ela mandava pelo correio as notícias, os avisos, as notícias de um fato extraordinário. A dona Nelza Braun, que é esposa do Olívio Braun, era correspondente em Mangueirinha. (...) E as notícias daqui nós mesmos procurávamos por aí e tal. E as notícias de fora do Paraná nós cortávamos do jornal, o “gilete press”, nós cortávamos com gilete para dar notícias principais, então, mesmo com atraso, passava a gilete para divulgar no rádio¹²².

É interessante observar que os próprios ouvintes tornavam-se repórteres e editores das informações que, posteriormente, fariam parte do conteúdo jornalístico da Rádio Colméia. Repórteres porque esses correspondentes iam atrás dos fatos, procurando por pessoas que pudessem dar informação. Editores porque funcionavam como filtros das notícias que achavam mais interessantes ao público, da qual faziam parte também. Era um trabalho voluntário feito por

¹¹⁹ MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista ...

¹²⁰ MEDITSCH, Eduardo. **A nova era do rádio: o discurso do radiojornalismo enquanto produto intelectual eletrônico**. Disponível em <http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/meditsch-novaera.html>.

¹²¹ ORTRIWANO, Gisela. O rádio no Brasil. In: **A informação no Rádio**. São Paulo: Summus, p. 21.

¹²² MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista ...

correspondentes que gozavam de credibilidade por parte dos locutores, segundo Matiello.

Nós colocamos um aviso no ar, quem se interessava em ser correspondente da Rádio Celinauta¹²³. Muitas pessoas vinham para cá e não tinha ordenado nenhum, faziam isso por amor, quer dizer, o rádio até hoje é forte, era mais forte ainda, não tínhamos televisão, então faziam esse trabalho por amor, gratuitamente para a rádio. Essas pessoas, tínhamos em Beltrão, Vitorino, Clevelândia, Mariópolis, não tínhamos asfalto, era uma coisa... Mas funcionava direitinho (...) não tinha outro recurso, absolutamente, não tinha telefone, não tinha nada. Era através disso¹²⁴.

Vale ressaltar que os jornais da capital demoravam muito para chegar a Pato Branco. Na década de 1950, ainda não existia asfalto nas estradas que conduziam o Sudoeste à capital. Assim, uma viagem até Curitiba poderia demorar vários dias, ao contrário das cerca de seis horas que leva atualmente. Assim, praticamente não havia interatividade entre a imprensa do interior e a da capital.

Os jornais não divulgavam, Pato Branco era uma cidade pequena, pouca gente conhecia, *onde é que fica isso e tal...* Então nós realmente, posso garantir, não tínhamos comunicação na época. Tínhamos um jornal, que eu não me recordo o nome, o único jornal que vinha com atraso, vinha pelo ônibus da empresa Kovaleski, saía de Curitiba pela manhã, chegava de noite em União da Vitória, chegava à noite do outro dia com o jornal em Pato Branco. Então a única comunicação era realmente isso. Absolutamente não havia aquele laço de comunicação nos meios de comunicação, digamos, em rádio, Pato Branco e Curitiba¹²⁵.

A Rádio Colméia abria suas transmissões às seis horas da manhã, com programações até as 22 horas, já que seu funcionamento dependia de uma locomotiva a lenha, o locomóvel, que trabalhava ininterruptamente até esse horário. De acordo com Thomazoni, durante o dia, os programas eram voltados

¹²³ A Rádio Colméia passou a denominar-se Rádio Celinauta em fins de 1957, como explicarei mais adiante. Nessa declaração, Matiello quer referir-se a Rádio Colméia ainda.

¹²⁴ MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista ...

¹²⁵ MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista ...

para o pessoal que morava no interior, com música sertaneja, recados e notícias. À noite, a programação procurava atingir o ouvinte da cidade, com música clássica, programas românticos de tangos, boleros e poesias.

Ele explica que, à noite, dificilmente a comunidade do interior do município conseguia sintonizar a faixa da Rádio Colméia, pois havia muita interferência de emissoras argentinas. Apesar de sua baixa potência (os 100 watts iniciais subiram para 250 watts em 12 de novembro de 1955), conseguia abranger toda a região, pois era a única. Essa exclusividade garantia aos locutores da Rádio Colméia uma fama digna de artistas.

Era Deus no céu e rádio na terra. Uma cidade pequena, um sertão, digamos assim, com uma rádio. Os locutores eram tidos assim como verdadeiros astros (...) Eram personalidades até, eu diria assim, personalidades. Porque não tinha televisão, não tinha telefone, não tinha internet, não tinha jornal... O rádio era uma coisa extraordinária¹²⁶.

O alcance regional era outro fator que garantia a interatividade, pois moradores de diversas cidades acompanhavam a programação e admiravam os artistas da Colméia. Assim, se alguém precisava dar um aviso a um parente ou amigo que morava em uma cidade vizinha, utilizava este veículo de comunicação. Credita-se a essa interatividade e respeito, inclusive, a participação ativa da Rádio Colméia na Revolta dos Posseiros, assunto que tratarei mais adiante.

... inclusive uma época, em 55, que eu me lembro bem, que o Nilton Gotli era locutor da rádio também, ele abria o estúdio, as pessoas entravam no estúdio e davam o recado. *Aqui é a Fulana de Tal, o Fulano de Tal, quero avisar meu pai, não sei aonde, meu irmão, Fulano, venha a Pato Branco amanhã, ou estarei aí amanhã, me encontre na encruzilhada.* O próprio povo ia para o microfone, se identificava e dava o aviso. Sem cobrar nada, veja a importância!¹²⁷

¹²⁶ MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista ...

¹²⁷ MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista ...

A Rádio Colméia de Pato Branco gozou de exclusividade até o início de 1957, quando surgiu a Rádio Colméia em Francisco Beltrão. Além do conflito de terras que permeou a história do Sudoeste em 1957, outro fator marcou a trajetória da Rádio Colméia nesse ano. Os frades franciscanos, que há algum tempo manifestavam interesse em comprar a emissora de Otávio Rotilli, finalmente conseguiram adquiri-la. Matiello revela que Rotilli, assim como Thomazoni e outros envolvidos com a revolta, corriam risco de vida, sendo constantemente ameaçados. Então, Rotilli achou por bem vender a emissora de Pato Branco e de outras cidades também¹²⁸.

Dessa forma, em outubro de 1957, justamente no mês em que os colonos tomaram as cidades do Sudoeste como manifestação contra as companhias grileiras de terras, a Província Franciscana adquiriu oficialmente a Rádio Colméia de Pato Branco por 1 milhão e 800 mil cruzeiros. No Livro das Crônicas dos Franciscanos em Pato Branco, consta como objetivos da compra da emissora os seguintes: “unicamente acabar com a propaganda protestante e espalhar o bem”. Nessa venda, houve a mudança do nome de Rádio Colméia para Rádio Celinauta, cujo significado é “aquela que conduz ao Céu” (Coeli = céu e Nauta = navegante), como desejavam seus novos proprietários.

2.2 A MEDIAÇÃO DA RÁDIO COLMÉIA DE PATO BRANCO NO CONFLITO DE 1957

Apesar da relutância de Otávio Rotilli em se envolver nas questões referentes aos colonos, posseiros e companhias grileiras, a Rádio Colméia desempenhou um papel central no conflito, tanto a de Pato Branco como a de Francisco Beltrão, pois eram os únicos veículos de comunicação que a comunidade dispunha.

¹²⁸ MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista ...

Como já foi comentado, os assuntos não pautados pela imprensa são condenados à inexistência social, pois ela direciona o que, como e quando comentar. Assim, foi quando a Rádio Colméia começou seus manifestos, que o conflito ganhou contornos mais nítidos e colonos e posseiros começaram a ganhar voz.

A insistência de Jácomo Trento, de quem falarei a seguir, convenceu os dirigentes da emissora sobre a importância de divulgar o que estava ocorrendo. Ele tinha contato mais direto com os colonos e posseiros, já que passava a semana inteira percorrendo o interior e tentando convencê-los a comprar seus equipamentos radiofônicos. Porto Alegre, como era mais conhecido, relatava ao Thomazoni e ao Rotilli o que ouvia, as violências e as injustiças cometidas.

E o Porto Alegre vendia rádios no interior, com um jipe se enfiava vendendo rádio a bateria (...) e foi ouvindo dos colonos o direito de posse. Quer dizer, o colono estava lá na terra dele, foi ouvindo as lamentações, os crimes, as pessoas que os jagunços matavam, e foi alimentando esta idéia e trazendo notícias para o Thomazoni. Diz: *‘olha, você é o único que pode, através de comentários, aí nos defender, pelo amor de Deus’*. E o Thomazoni, com 26 anos de idade, com revólver na cinta, levou comentários, com policial na porta da rádio, no corredor da rádio, polícias na porta do estúdio, e eu ali, na sonoplastia, eu era sempre o sonoplasta do Thomazoni, e o Porto Alegre vinha com as notícias, mataram o Fulano, mataram o Ciclano. (...) Então, a Rádio Colméia, hoje Celinauta, ela foi realmente quem se levantou porta-voz dos colonos.¹²⁹

Porto Alegre chegou a Pato Branco em 1953 para trabalhar como mecânico. Alguns anos mais tarde, juntamente com o sócio Otávio Bertinatto, investiu na compra da Casa Rádio, pertencente aos mesmos proprietários da Rádio Colméia e que funcionava no andar térreo da emissora. Nas suas andanças pelo interior, muitas vezes Porto Alegre chegava a pernoitar nas casas dos colonos, fator que propiciava um clima de confiança e confidências.

Quando eu estava às vezes num hotel, restaurante, ou na cidade, juntava colono ao redor de mim e eles confiavam, mas tudo eles diziam que era o Porto Alegre que tinha dito,

¹²⁹ MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista ...

que tinha falado, que ia fazer. Porque eu dizia que fazia, *eu dizia que nós estávamos se organizando*. (...) E aí os colonos acreditavam em mim, eu passei a ser confidente deles, só que as minhas confidências eu fazia no público e as deles eles me faziam na casa deles¹³⁰.

Porto Alegre garante que confirmava os relatos com outros colonos antes de transmiti-los ao Thomazoni. Se mentiras fossem ao ar, justifica, sua morte seria certa, já que passava a semana inteira no interior. Além disso, perderia a confiança que os colonos depositavam nele. Isso também seria ruim para o seu próprio negócio. Ele conta que aconselhava os colonos a manterem a calma e aguardarem por notícias que seriam transmitidas pela emissora. Quando Porto Alegre fala que *estavam se organizando*, percebe-se que a idéia de um movimento já estava começando a ser delineada. Mas até a morte do vereador Pedrinho Barbeiro, já citada no primeiro capítulo, a única ação efetiva de Porto Alegre a favor dos colonos era relatar ao Thomazoni as violências e injustiças, para que este transmitisse através da Rádio Colméia. Foi o assassinato que despertou em Jácomo Trento a vontade de liderar o movimento.

E aí 21 de maio assassinaram o Pedrinho Barbeiro. (...) Então, naquele dia, entrei, até dia 21 de maio, eu sou um João Ninguém, porque eu era um simples... primeiro mecânico, depois motorista, depois fiquei um ano e pouco com uma serraria que não deu certo, tive que vender ela, e aí entrei sócio nessa Casa Rádio. Eu não tinha projeção nenhuma. (...) Eu não tinha vínculo político nenhum, nem empresarial, nem nome eu tinha. Eu tinha nome que era o Porto Alegre, o bom de festa, era bom de baile, bom de farra, mas não tinha projeção nenhuma¹³¹.

E é justamente esse “anonimato social” que, na opinião de Porto Alegre, favoreceu sua atuação no levante. O mesmo não aconteceu com o vereador Pedrinho Barbeiro, que foi assassinado porque estava organizando um abaixo-assinado para levar ao presidente, Juscelino Kubitschek. Ele tinha o apoio dos colonos do distrito do Verê, sua própria localidade, que estavam recolhendo uma

¹³⁰ TRENTO, Jácomo. Entrevista concedida a Éverly Pegoraro em 03 de maio de 2007, em Pato Branco. Grifo meu.

¹³¹ TRENTO, Jácomo. Entrevista...

ajuda financeira para patrocinar sua viagem. Portanto, seu nome era bem conhecido na região.

Quando eles [jagunços] viram que o abaixo-assinado estava quase pronto, mandaram ele [Pedrinho Barbeiro] para o cemitério. Foi aí que eu entrei para a briga. Comecei a orientar os colonos que aguardassem, que ouvissem, que sintonizassem sempre a Rádio Colméia, no horário do meio-dia e meia, pra o Ivo Thomazoni informar eles do que estávamos fazendo. Eles sabiam que nós estávamos nos organizando pra isso (...) Eles não davam importância para o que eu estava fazendo, eu era muito aloprado, novo, 25 anos de idade, pesava 55 quilos, muita energia, e eu não escondia o que eu estava fazendo. Então eu acho que eles achavam que era até meio doidinho, sabe? E não acreditavam que tinha força de aglutinar esse povo e eu também não sabia onde ia parar. (...) Por que eles mataram o vereador? Porque ele era um vereador, eu era um João Ninguém. Quer dizer, eu fui subestimado. E, por ter sido subestimado, é que conseguimos fazer o movimento¹³².

Porto Alegre reitera que a Rádio Colméia foi o instrumento da mobilização popular. Ele explica que, quando o Major Reinaldo Machado foi rendido (conforme explicado no primeiro capítulo), foi levado até a emissora em Pato Branco, para transmitir, via rádio, a toda a população que ele estava ali para mediar a negociação entre o governo do Estado e os revoltosos. Além disso, foi através do rádio que os colonos e posseiros foram chamados para a cidade.

A gente fez o comunicado confiando que o povo ia aderir. E aderiu. Eu tinha certeza, eu não tive um segundo de medo. O Ivo Thomazoni disse: *e se o povo não vem? O povo vem*, eu disse, *pode chamar que o povo vem*¹³³.

Para que a rádio não tivesse seu funcionamento suspenso durante o levante, houve um acordo entre Porto Alegre, Thomazoni e Rotilli, o proprietário da emissora.

¹³² TRENTTO, Jácomo. Entrevista...

¹³³ TRENTTO, Jácomo. Entrevista...

O Thomazoni tinha que ficar como obrigado a falar, por causa da rádio. Na hora, o dono da rádio disse *vocês têm que dizer que essa rádio vocês tomaram ela, e que o Thomazoni é prisioneiro de vocês e tá falando na marra*. Essa parte foi combinada, porque senão eles tomavam a rádio. (...) Eu dei entrevista no Dentel e falei que eu tinha liderado um monte de coisas, que o Ivo Thomazoni era obrigado a falar o que a gente queria. Mas claro que não, isso aí foi para defender a rádio. Porque senão o Otávio Rotilli não ia perder só essa rádio. Ia perder todas as cinco que já tinha instalado e a concessão das outras cinco que ia instalar¹³⁴.

Porto Alegre diz que a vitória do levante e o prestígio junto aos colonos não foram suficientes para despertar em si o desejo de seguir carreira política. Argumenta que não dispunha de “jogo de cintura” para lidar com o assunto e pouca escolaridade. Assim, preferiu convencer Thomazoni a lançar-se candidato.

O Ivo era uma pessoa mais esclarecida do que eu. Lidava com a imprensa, tinha o ginásio, eu só tinha o primário. Tudo isso eu somei, e joguei em cima dele. (...) Tinha o negócio da firma também, da Casa Rádio. Então, eu era mais ligado para o lado do comércio, da iniciativa privada¹³⁵.

A voz de Thomazoni era conhecida por todos aqueles que ouviam os programas da emissora. Entretanto, foi com a Revolta de 1957 que o seu nome passou a ser mais respeitado pelos colonos, que procuravam a rádio em busca de ajuda, e odiado pelos políticos aliados a Lupion, já que Thomazoni tornou-se seu inimigo, falando abertamente contra ele através de seu programa ironicamente chamado “Não atacamos, comentamos”. O motivo principal dos ataques, de acordo com o locutor, era o fato de Lupion e outros pessedistas da região estarem ligados a Citla, uma das companhias que promovia a discórdia no Sudoeste.

Por mais que Thomazoni insistia em dizer que não gostava de política na época, não há como separar os seus interesses políticos do intento de auxiliar os colonos. “Eles quiseram nos comprar para que não fizéssemos oposição, mas nós víamos que a população inteira, com exceção dos homens do PSD, que eram

¹³⁴ TRENTTO, Jácomo. Entrevista...

¹³⁵ TRENTTO, Jácomo. Entrevista...

ligados a Citla e ao governo, em todos o desejo ardente, o desejo era de que as terras tivessem uma definição”¹³⁶. Em meados de 1956, ele reorganizou diretórios da UDN em Pato Branco e demais municípios do Sudoeste, partido de forte oposição ao PSD, do governador do Estado, e também ao PTB. Anteriormente, o partido já havia tentado formar uma representatividade no município, mas não havia dado certo.

Matiello também declara que o envolvimento da emissora não tinha finalidades políticas. A solidariedade aos colonos e posseiros e o reconhecimento de sua causa como justa são, na opinião de Matiello, os dois principais motivos da participação da rádio no levante, apesar de o proprietário Rotilli ser relutante ao envolvimento a ponto de vender a emissora aos franciscanos.

Eu lembro bem que o Thomazoni conversou com o dono da rádio, o Rottili, que não queria que a rádio entrasse na revolta, mas, o apelo popular, do próprio Porto Alegre, e tanta gente... eu me lembro de uma senhora que perdeu o marido e quatro filhos....isso eu me lembro bem. Chegou na rádio e eu me lembro, falando com o Thomazoni, pedindo *pelo amor de Deus, justiça!* Então a rádio se encaminhou pra esse lado, perigosamente se encaminhou pra esse lado...¹³⁷

Entretanto, a mediação da emissora no conflito, por si só, já representa uma opção política e uma manifestação de poder. Principalmente se analisarmos que a própria língua é um suporte de poder e quem a domina, quem tem condições de produzir o discurso, detém o poder não apenas sobre a língua, mas também sobre o seu capital. A palavra por si só não tem poder. Sua eficácia simbólica depende de seu porta-voz e da credibilidade que este dispõe no campo social.

No caso da Rádio Colméia, os seus locutores, ou porta-vozes do conflito, dispunham de credibilidade suficiente para serem ouvidos e influenciar, conseqüentemente, detinham poder. Constata-se, assim, a presença de um discurso detentor de poder de legitimação, através de sua função mediadora.

¹³⁶ THOMAZONI, Ivo. Entrevista gravada concedida a Éverly Pegoraro em 12 de setembro de 2006, em Curitiba.

¹³⁷ MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista ...

Portanto, a coerção aconteceu de forma indireta, sob o efeito da detenção do poder simbólico, que foi exercido a partir do discurso radiofônico. Uma luta simbólica que impôs, sim, uma definição de mundo social que mais se adequou aos interesses (individuais e coletivos) daqueles que representavam a rádio.

A própria saída de Thomazoni da emissora foi por motivos políticos, em meados de 1958.

Eu deixei a rádio porque o Lupion exigiu que eu fosse posto pra rua, porque ele me considerava inimigo número um do governo do PSD, em razão do movimento armado que nós fizemos contra a Citla da qual ele era um dos donos. (...) E a história que me contou o Frei Inocêncio, ele fumava um cachimbo, era velhinho, um franciscano de alma pura, extraordinariamente bom, um dia ele chegou na rádio e disse: *Ivo, eu lamento muito em dizer a você que o Bispo pediu que nós o dispensássemos*. Eu disse: *não, não tem problema*. O Frei Inocêncio me disse: *Ivo, desculpe, mas nós estamos dispensando você a pedido do bispo*. Porque o bispo não pôde honrar um compromisso que ele tinha junto ao Banco do Estado do Paraná, dinheiro para a construção do Palácio Episcopal de Palmas. E ele veio ao Banco do Estado e pediu renovação do empréstimo. E a que teriam dito: *não, nós renovamos o empréstimo, desde que o Ivo Thomazoni não esteja mais na rádio, não nos incomode mais*. E eu saí imediatamente, sem problema nenhum, voltei pra Francisco Beltrão, voltei pra mesma Casa de Comércio e, meses depois, eles me chamaram, os padres me chamaram de volta¹³⁸.

A participação da emissora acontecia de duas formas. A primeira com as intervenções do próprio Thomazoni, que emitia suas opiniões e denunciava os crimes, principalmente através do programa Repórter ZYS 37, às 12h30min, que era patrocinado pela Casa Rádio, de Jácomo Trento. A segunda quando os próprios colonos e posseiros iam até a rádio e desabafavam as injustiças que sofriam ao Thomazoni. Entre os depoentes, não houve consenso quanto ao uso direto ou não do microfone pelos colonos e posseiros. Entretanto, ainda que eles não tenham falado diretamente no microfone, os relatos (mesmo mediados pelo radialista) serviam para aproximar os ouvintes, propiciando um efeito de realidade e uma gama de sentimentos, como revolta, indignação, solidariedade,

¹³⁸ THOMAZONI, Ivo. Entrevista ...

simpatia do público pela causa dos colonos e posseiros. “A função mediadora que o jornalismo assume - entre os diversos discursos produzidos na sociedade e o seu público - faz com que processe e absorva em seu conteúdo os atos de fala de diferentes atores sociais”¹³⁹.

Vale a pena destacar o depoimento de Matiello quando conta como os posseiros utilizavam-se do microfone. A declaração serve para reforçar a citação acima. O rádio servia como mediador entre o discurso dos próprios posseiros e os ouvintes. O jornalismo é mediação, construído para ser legitimado como verdade, utilizando argumentos e declarações de entrevistados como provas para sua credibilidade. O discurso jornalístico possui sua eficácia simbólica na construção da realidade com palavras.

Os posseiros sabiam da abrangência e da força que o veículo possuía na região. Além disso, confiavam nos radialistas que tanto admiravam. Esses assumiam, aos olhos dos posseiros, a representação de heróis, de justiceiros capazes de ajudá-los numa luta na qual o Estado parecia não estar do seu lado.

Então, os colonos passaram a confiar neste veículo de comunicação e no locutor que representava os colonos. (...) Contavam, choravam o que eles passavam. A maioria que perderam filho, perderam filha, perderam mulher, ou filho chorando a morte do pai, porque a comunicação era tão estreita... (...) quando o Thomazoni começou a fazer o comentário dele “Não atacamos, comentamos”, os colonos vinham a Pato Branco, e eram entrevistados pelo Ivo na rádio, contando suas histórias, que perderam a terra, que incendiaram a casa, que mataram o gado, que mataram filhos e tal.¹⁴⁰

Thomazoni comenta que a possibilidade de falar sobre o problema que enfrentavam era mais que um desabafo para os colonos, era uma maneira de tentar enganar os jagunços das companhias. Ao mesmo tempo, acredita que a sua posição como locutor era um ponto positivo para os colonos, pois representava ameaça aos jagunços a possibilidade de irem ao ar os problemas da região.

¹³⁹ MEDITSCH, op. cit..

¹⁴⁰ MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista ...

Não raras vezes eles iam lá e diziam: *por favor, avisa a minha família que eu estou viajando, que eu viajei e só volto na semana que vem, mas vocês cuidem de mim aqui, porque se eu for lá agora eles vão estar lá me pressionando e vão querer me bater. E agora não estou preparado, quero que eles pensem que eu fui buscar o dinheiro lá ou fazer alguma coisa.* Mas isto era toda semana, nós tínhamos desses pedidos. (...) Todas as queixas eles queriam que fossem ao ar. Eles se sentiam bem quando o nome deles era citado, porque eles achavam que amedrontava o pessoal da Citla, porque a Citla passou a entender que eles tinham um bom relacionamento conosco, com o Porto Alegre, comigo, com o pessoal. Porque o Porto Alegre sempre passava na casa deles e trazia as notícias quando eles não vinham, e eu divulgava.¹⁴¹

Em 1957, a Rádio Colméia de Pato Branco ainda não dispunha de aparelhos gravadores. Portanto, não possui arquivo sonoro sobre as intervenções de Thomazoni ou outras formas de manifestação. Em seu depoimento, Matiello comenta que o discurso assumido pela emissora era de mostrar o que acontecia, mas não apontar possíveis soluções. Assim, o locutor pretende afirmar que a emissora primava pela objetividade do discurso jornalístico.

A partir da reiteração de que seu discurso é objetivo, a imprensa constrói uma realidade, apresentando-a aos receptores e almejando, dessa forma, conquistar a sua confiança e transmitir credibilidade. Matiello fala que a postura da Rádio Colméia era criticar os atos da Clevelândia Industrial e Territorial Limitada. Tais atos, para ele, eram fatos objetivos e suas denúncias não podiam ser tomadas como partidarismo da emissora.

[A emissora] era incisa, ela era ortodoxa, digamos, ela criticava, mostrava fatos, nome de quem era assassinado, de quem perdeu a casa, o local aonde aconteceu e tal. Absolutamente uma crítica, em cima, direta, para a Citla. (...) Então ela tinha uma meta realmente voltada para a verdade. O Thomazoni não chegava na rádio e falava...não, ele tinha fatos, fatos. Então ela defendia o colono, o direito de posse, analisava o fato e irradiava o que aconteceu aqui e acolá¹⁴².

¹⁴¹ THOMAZONI, Ivo. Entrevista....

¹⁴² MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista ...

O envolvimento mais explícito de Thomazoni na política aconteceu depois do conflito. O principal objetivo da UDN era fazer oposição à famosa família de Manoel Martins, que comandava politicamente a região e residia em Clevelândia. Seus dois genros estavam em lados aparentemente opostos. O deputado Antonio Anibelli militava pelo PTB e o deputado Cândido Machado de Oliveira Neto pelo PSD.

Eles tinham representação na Assembléia Legislativa, mas eram genros do mesmo homem, que mandava de Clevelândia para o Sudoeste inteiro, com um genro quando o partido dele estava no poder, e com o outro genro quando o partido do outro estava no poder. (...) Eu tinha 27 anos, era guri, não entendia nada de política, não gostava de política. Mas depois do movimento de 57 nós achamos que era necessário começar um movimento para pôr uma cunha e tirar Clevelândia do trono do Sudoeste¹⁴³.

Em 1959, Thomazoni, que havia ficado na primeira suplência na Assembléia Legislativa, assume como deputado estadual, no lugar de João Vargas de Oliveira, que pediu afastamento. Utilizando-se novamente dos conflitos que haviam acontecido em 1957 no Sudoeste e da situação pendente dos colonos, pois a legalização ainda não havia ocorrido, discursava contra Lupion. Seus discursos na Assembléia Legislativa eram retransmitidos na Rádio Colméia de Pato Branco, projetando seu nome como candidato a prefeito do município, cargo que disputou com Alberto Pozza, do PTB, e Osvaldo Caldart, pelo PSD.

Em 1960, com uma vantagem de 72 votos, Thomazoni foi o primeiro prefeito de Pato Branco que chegou até o fim do mandato, os dois anteriores renunciaram antes. Mais uma evidência que o levante construiu uma liderança regional. Posteriormente, elegeu-se novamente deputado estadual em 1966, 1970, 1974 e 1978. Não chegou até o fim do último mandato em função de um enfarte que o afastou da vida política.

Mas sua atuação como líder da Revolta dos Posseiros havia alcançado repercussão nacional. Assim, quando precisou afastar-se da vida política, seu

¹⁴³ THOMAZONI, Ivo. Entrevista...

amigo pessoal, Ney Braga, lhe ofereceu um cargo no Tribunal de Contas do Paraná, local onde trabalhou até se aposentar.

2.3 A RÁDIO COLMÉIA DE FRANCISCO BELTRÃO NO CONFLITO DE 1957

Simultaneamente ao empenho na causa dos colonos que a emissora de Pato Branco exercia, um outro grupo de pessoas trabalhava em outra Colméia, em Francisco Beltrão. Apesar de pertencerem à mesma rede de emissoras, as duas rádios tinham acionistas distintos e formas diferenciadas de atuação, pelo que se pôde constatar através dos relatos dos depoentes.

Também em Francisco Beltrão, a Rádio Colméia gozava de exclusividade. O município, elevado a essa categoria em 1952, contava com a apuração de informações da emissora para saber dos últimos fatos, que se transformavam em notícias pelas denúncias de seus próprios ouvintes. O caminhoneiro Aurélio Negri comenta que brigas e tumultos eram um dos “pratos cheios” nos noticiários:

... uma briga de pistoleiro, aquele tempo, era um povo diferente de hoje, aquele povo sem cultura, dava essas brigas nesses botecos, lá no interior, brigavam, se esfaqueavam, se baleavam, e de repente a Rádio Colméia noticiava: *olha em tal lugar, aquela coisa toda, barbaridade, fulano foi pra bala, o outro morreu.* (...) Então era o comentário transmitido pela rádio, era a única organização que comunicava alguma coisa, porque não tinha jornais, revistas, nós não tínhamos televisão, não tinha nada¹⁴⁴.

Negri chegou do Rio Grande do Sul ao distrito de Verê em 1947. Dez anos depois, estava estabelecido com sua esposa e filhos no distrito de Nova Concórdia, a doze quilômetros de Francisco Beltrão. Sua profissão o obrigava a

¹⁴⁴ NEGRI, Aurélio Antonio. Entrevista concedida a Éverly Pegoraro em 7 de março de 2007, em Francisco Beltrão.

permanecer longos períodos longe da família, mas isso não o impediu de estar sempre inteirado dos problemas que aconteciam no Sudoeste. Seu maior medo era deixá-la sozinha em casa, principalmente porque seus filhos eram pequenos. Quando estava na região, era através do rádio que ficava sabendo das violências praticadas por jagunços. Pessoalmente, diz nunca ter visto nada, mesmo quando exerceu a ocupação de subdelegado no distrito onde morava.

Simplesmente eu ouvi falar, lá no Verê, vamos dizer, ou lá em Vista Alegre, ou lá em Dois Vizinhos, aonde que mais acontecia as barbaridades, que a gente ouvia dizer que os jagunços chegavam nas casas, tomavam conta das casas, faziam barbaridades nas casas. (...) Era um comentário, e de onde saíam esses comentários? Através da rádio, a maioria das vezes¹⁴⁵.

Ao que parece, diferentemente da Colméia de Pato Branco, na emissora de Francisco Beltrão o posicionamento da emissora a favor dos colonos acontecia através de seus acionistas. Entre eles, cita-se Valter Pécoits, Luiz Prollo e Ricieri Cella. Eles não tinham programas fixos, através dos quais defendessem a causa dos colonos e posseiros. Mas, sempre que convidados, concediam entrevistas. Pécoits tornou-se uma das principais lideranças do movimento em Francisco Beltrão, assim como Prollo, descrito pela revista *O Cruzeiro* como “‘presidente da Comissão do Levante dos Posseiros de Francisco Beltrão’, um lavrador sem letras mas de uma inteligência impressionante”. (Como se o fato de ser analfabeto e inteligente ao mesmo tempo fosse algo extraordinário).

Thomazoni chega a afirmar que não havia proximidade de relacionamento entre as duas emissoras. Por outro lado, a imprensa da capital do Estado dependia das rádios da região para lhes fornecer informações, já que os repórteres de alguns periódicos da capital chegaram ao Sudoeste apenas no momento mais crítico do conflito.

¹⁴⁵ NEGRI, Aurélio Antonio. Entrevista ...

A rádio de Francisco Beltrão em nenhum momento se aventurou a falar em nome do povo contra os poderosos que comandavam lá os escritórios da Citla. Talvez temessem represálias. Então, o relacionamento nosso com Beltrão quase que não existia. Tanto que eu de Pato Branco fui pra Beltrão, os proprietários eram outros, eu poderia ter solicitado ter trabalhado lá, eu não fui porque havia uma diferença, não era ideológica, mas sei lá se era comercial ou não, eles estavam mais interessados em obter também anúncios do pessoal ligado a Citla, mas a verdade é que não havia um relacionamento estreito. (...) E a imprensa [escrita] que se opunha ao Lupion era da outra área, eles sempre perguntavam e procuravam saber das coisas na região e, não sei porque, nós é que dávamos as coordenadas, isto vai bem, aquilo não vai bem¹⁴⁶.

Pelos depoimentos obtidos em Francisco Beltrão, pode-se perceber que essa opinião não procede. Pode até ser que os radialistas não ousassem defender diretamente os colonos e posseiros, como o radialista de Pato Branco fazia, entretanto, ao convidar entrevistados que estivessem a favor da causa já era uma forma de problematizar todo o conflito. Por outro lado, diferentemente de Pato Branco, parece que a emissora de Francisco Beltrão aceitava conceder espaços publicitários para as companhias. Mais uma vez, saliento que conto apenas com os relatos dos depoentes, pois as duas emissoras não dispõem de arquivos para constatar essas informações.

A manifestação a favor dos colonos através da rádio pode ser percebida pelo relato de Negri. Ele participou ativamente do levante, transportando os colonos em seu caminhão do interior do município até o centro de Francisco Beltrão.

Quando vinha retornando de mais uma viagem, ao chegar em União da Vitória, começou a ouvir pelo rádio de seu caminhão que uma revolta se organizava em Francisco Beltrão. Sua angústia em voltar para casa aumentou, pois a família estava sozinha. Negri conta que, ao longo do caminho, os colonos haviam organizado várias barreiras, para impedir a passagem.

E vim furando bloqueio, eu vim desde Palmas, Clevelândia, Mariópolis, Pato Branco. (...) *Tenho que passar, a minha família está em Nova Concórdia. Olha, graças a Deus,*

¹⁴⁶ THOMAZONI, Ivo. Entrevista ...

eu furei o bloqueio, me correram atrás, mas não pegaram, passei a cidade. Fui embora, fui pra Nova Concórdia. Cheguei em casa, a minha família, graças a Deus, estava tudo bem¹⁴⁷.

Durante o retorno, Negri diz que ouvia o médico Pécoits chamar, através da emissora, os colonos à cidade para defenderem suas terras.

[Pécoits] chamava: *venham, a ordem do juiz*, eles falavam em nome do delegado, do juiz, *venham para defender o que é nosso, pra defender as nossas terras*. (...) Então, essa organização, começando pelo Valter, chamavam: *venham defender, nós temos que nos livrar da Citla e dos jagunços, que estão matando nossas famílias, estão tomando o que é nosso, aquela coisa toda*¹⁴⁸.

Quando chegou ao escritório de seu chefe, Negri conta que, em frente ao edifício, havia dezenas de colonos. Eles queriam ser transportados para o centro, atendendo, assim, ao chamado de Pécoits. O caminhoneiro conta que seu patrão não queria ceder ao pedido dos colonos para não se envolver, já que também tinha adquirido terras da Citla. Então, por conta, Negri decidiu transportá-los.

... mandei: *embarquem no caminhão*. Encheu o caminhão, por cima do reboque, e vim embora. Descarreguei a primeira carga (...) Mulher tinha menos, mais era homem, mas tinha criança também. Descarreguei, *vou buscar outra carga*. Cheguei lá, em Nova Concórdia, *embarquem!* Mais uma “caminhonada”... Descarreguei. *Vou voltar, tem mais, né*. Fiz 3 viagens. Trouxe “tudo”¹⁴⁹.

Segundo Negri, a praça da cidade já estava cheia de colonos, muitos deles chegaram a passar a noite ali, à espera do levante. Mas sua participação não acaba aí. Depois de transportá-los, Negri conta que ainda ajudou a quebrar os escritórios das companhias.

¹⁴⁷ NEGRI, Aurélio Antonio. Entrevista ...

¹⁴⁸ NEGRI, Aurélio Antonio. Entrevista ...

¹⁴⁹ NEGRI, Aurélio Antonio. Entrevista ...

E daí entrei junto com todo mundo, *vamos ajudar a quebrar o que tem*, eu participei, ajudei a quebrar, a jogar tudo pra rua, fiz tudo o que eu devia fazer. (...) Nós não batemos em ninguém. Só destruímos, jogamos tudo pra rua. Tiraram fora uma parede da Comercial, e dentro da parede colocaram muitas armas, era Mosquetão, era fuzil, era metralhadora, era granada. Eu vi e ajudei a jogar tudo lá na rua. Arreventamos aqueles armários, aquelas gavetas, forramos a rua de documentação, os papéis, mas a rua ficou forrada de documentação. Máquina de escrever, cofre, outros móveis, com chave, aquela coisa toda. O que tinha com chave foi tudo pra rua¹⁵⁰.

Depois do quebra-quebra, funcionários e jagunços das companhias foram expulsos da cidade, sob vaias do povo.

De repente, então foi preso todo mundo. Os jagunços, diretores da Comercial, da Citla, inclusive o doutor Rubens, o primeiro prefeito de Beltrão, Rubens da Silva Martins, foi preso junto, nós acompanhamos, eles embarcaram em uns pares de *jeeps*, e foi organizado um desfile até a saída da cidade. Então, nós organizamos uma fila nas laterais da rua, uma fila de cada lado, de fora a fora, e daí depois veio as viaturas com os jagunços e essa gente desordeira, jagunços, e chefe, então passavam pelo meio, o povo nas laterais e daí todo mundo apontava o revólver, a espingardinha, o facão, e diziam “nomes”¹⁵¹.

Negri faz questão de salientar que sente orgulho de ter participado desse processo. Além disso, afirma que, mesmo que sob liderança de Pécoits e de sua comissão, todas as atitudes que tomou foram por contra própria, sem interferência de ninguém. Isso contraria um discurso comum na imprensa da época, de que o povo agiu a mando de políticos inescrupulosos.

O que eu fiz eu não fiz mandado por ninguém, eu fiz de minha autoria, de minha vontade. Eu me sinto orgulhoso, porque na minha cabeça eu fiz coisa boa. (...) Eu fiz coisa que não serviu só pra mim, pelo contrário, serviu pra uma comunidade, eu fiz em defesa da comunidade¹⁵².

¹⁵⁰ NEGRI, Aurélio Antonio. Entrevista ...

¹⁵¹ NEGRI, Aurélio Antonio. Entrevista ...

¹⁵² NEGRI, Aurélio Antonio. Entrevista ...

A Rádio Colméia funcionava como uma espécie de quartel general do levante, já que Pécoits e seus companheiros ficavam no edifício da emissora, um pequeno prédio em madeira de dois andares, no centro da cidade. Quando o representante do governo estadual chegou a Francisco Beltrão, foi escoltado até a rádio, onde conversou com Pécoits e o nomeou delegado de polícia, a pedido dos colonos. Foi através da rádio, segundo Negri, que o médico anunciou a população que o representante estava na cidade e foi neste local onde se deu o entendimento para cessar o conflito.

Manoela Pécoits acompanhou de perto toda a negociação entre os participantes do levante e o representante do governo estadual. Ela conta, inclusive, que a princípio foi contra a nomeação de seu marido como delegado de polícia, fato que os repórteres de O Estado do Paraná e O Cruzeiro narraram.

Eles [os colonos] nomearam o Valter delegado, que eu não queria por nada no mundo, porque primeiro de tudo eu achava bem ele por médico, segundo, delegado é uma coisa muito ruim (...) Eu não tinha medo, pelo contrário até, eu acho que daria uma certa segurança pra ele. (...) Eles estavam lá na janela da rádio e nomearam, ele aceitou¹⁵³.

Nessa época, ela era uma mulher de 26 anos, que usava calça jeans, bota e revólver na cintura. Todos esses acontecimentos relatados por Negri foram também vividos diretamente por ela pois, como Manoela faz questão de frisar, estava sempre ao lado do marido, seja no hospital ou na luta pela posse de terras.

Ela e o marido vieram do Rio Grande do Sul em 1952. Valter já era médico, e a esposa o auxiliava nas cirurgias, atendia a farmácia e administrava o hospital. Desde que chegaram à cidade, o casal também foi adquirindo o direito de posse sobre vários terrenos. “A gente comprava de proprietários, assim não tinha escritura, não tinha nada, era no papelzinho, davam ali, *vendi para o doutor Valter por tanto, o lote número tal*”¹⁵⁴. Mas além do interesse particular de que as terras fossem regularizadas, o casal desenvolveu laços de amizade com os colonos, fruto do convívio diário e do trabalho no hospital.

¹⁵³ PÉCOITS, Manoela. Entrevista concedida a Éverly Pegoraro, em 7 de março de 2007, em Francisco Beltrão.

¹⁵⁴ PÉCOITS, Manoela. Entrevista ...

Naquele tempo a gente atendia o colono e o comerciante com quem o colono trabalhava era quem garantia a conta. (...) Então, o pessoal vinha muito, chamava muito em casa também, ele atendia muito doente em casa, e ele era muito assim de falar, se dava muito bem com os colonos¹⁵⁵.

Além disso, entre 1954 e 1957, Valter elegeu-se vereador pelo PTB, sendo uma de suas principais bandeiras de luta a legalização das terras. Foi com a chegada das companhias, como já foi explicado no capítulo anterior e reiterado por Manoela, que a situação no Sudoeste foi ficando mais complicada. A posição do marido como político e médico o colocava como homem de grande influência entre os colonos. Ele se aproveitava disso para denunciar as irregularidades das companhias e aconselhar os colonos a não assinarem nenhum documento.

Eles [os funcionários das companhias imobiliárias] começaram a ameaçar os colonos, exigir que dessem as terras, ofereceram pro Valter não sei quanto de terras, ele não precisava fazer nada, só não aconselhar os colonos, porque o Valter aconselhava os colonos que não assinassem, porque eram terras que estavam em discussão entre o governo federal, o governo estadual e as companhias. Todo mundo se achava dono. Então, ele dizia, *olha, vocês não assinem, porque vocês vão perder isso*. E foi, quando a gente viu, foi se envolvendo cada vez mais nisso aí. (...) Aí as reuniões [na Câmara de Vereadores] eram uma briga, ele ia armado, porque ameaçavam ele, ia pra sala de cirurgia com o revólver na cintura porque era ameaçado todo dia¹⁵⁶.

A Rádio Colméia também era utilizada como porta-voz dos colonos. Além de ser um dos acionistas da emissora, Pécoits era frequentemente chamado para dar entrevistas sobre o conflito e, claro, como oposição política, criticar o governador Lupion. Todavia, Manoela salienta que, ao contrário que muito pensam e divulgam até hoje, não havia um código secreto divulgado nas programações da rádio para chamar os colonos. “O pessoal das companhias e o pessoal que estavam ao lado das companhias, eles sempre achavam que a gente

¹⁵⁵ PÉCOITS, Manoela. Entrevista ...

¹⁵⁶ PÉCOITS, Manoela. Entrevista ...

chamava os colonos pela rádio. Mas não chamavam. Eles [pessoas ligadas a rádio] só falavam os problemas”¹⁵⁷.

Manoela enfatiza que a ação dos colonos foi, acima de tudo, espontânea, principalmente nos dias do levante, com a sua vinda para a praça central de Francisco Beltrão.

Eles começaram a vir espontaneamente, porque a situação estava insustentável, estava cada vez pior. Então, eles vieram vindo, se reunindo ali na praça. (...) Eles vinham vindo, falavam um pro outro e vinham. *Olha, o pessoal tá indo pra Beltrão, vamos pra Beltrão*, eles vinham com essas espingardinhas, facão, revólver, a maioria tinha revólver¹⁵⁸.

Depois desses acontecimentos, Manoela narra que a paz voltou a reinar na região, mesmo que o processo de regularização das terras tenha demorado mais alguns anos. Apesar de toda a insegurança pela qual passou ao longo do período, temendo principalmente pela vida do marido, Manoela diz que foi gratificante participar dessa etapa da história do Sudoeste do Paraná. “Todo mundo sempre diz que, de todo movimento de terra, o único em que a parte mais fraca, que é a parte do povo, do colono, ganhou, foi esse movimento aqui do Sudoeste (...) E a gente participar disso é gratificante”¹⁵⁹.

Mesmo depois do levante, Valter continuou defendendo a legalização das terras. A sua liderança, que se reforçou em meio à luta pela terra, continuou, elegendose deputado anos mais tarde. Entretanto, com a ditadura militar, teve seus direitos políticos cassados.

A atuação das Rádios Colméia de Pato Branco e Francisco Beltrão e as desavenças entre Thomazoni, Porto Alegre, Pécoits e Lupion foram tão marcantes que o governador Lupion ameaçou fechar as emissoras. A alegação era de que a rádio era perturbadora da ordem pública e tinha tendências subversivas, de acordo com a entrevista que Thomazoni forneceu ao O Estado do Paraná em 13 de novembro de 1957.

¹⁵⁷ PÉCOITS, Manoela. Entrevista ...

¹⁵⁸ PÉCOITS, Manoela. Entrevista ...

¹⁵⁹ PÉCOITS, Manoela. Entrevista ...

Ele explicou que tudo começou em Francisco Beltrão, quando o delegado Rubens Martins denunciara a emissora daquele município, exigindo seu fechamento. Isso causou revolta na população rural, com prejuízos para o PSD, que tinha como liderança o próprio Martins.

Magoado por não poder controlar também essa emissora, procurou com elementos das companhias colonizadoras e provavelmente com políticos de Pato Branco fazer pressão junto às autoridades federais visando o fechamento da Rádio Colméia. Usaram então das últimas centelhas do prestígio do Sr. Moysés Lupion e este passou a exigir que sejam lacrados com urgência os transmissores das Rádios Colméia de Pato Branco e Francisco Beltrão¹⁶⁰.

Thomazoni fazia previsões sombrias se a ação fosse adiante e as emissoras fechadas, considerando o papel central do veículo de comunicação no desenrolar dos acontecimentos.

... o governador do Estado e seus asseclas estão cometendo um grave erro. Está o senhor Moysés Lupion reavivando ódios, o que poderia inclusive contribuir para um novo levante na região, que poderia assumir proporções calamitosas desta vez, pois não estaríamos mais aqui para conciliar e deter a população irada contra tantas façanhas menos dignas do governador e seus comandados. (...) O momento não é oportuno para se atentar contra a imprensa. O povo não tomaria qualquer iniciativa contra as autoridades instituídas. Mas essas devem respeitar a opinião pública e evitar contradizê-la nessa hora difícil¹⁶¹.

Cinquenta anos depois dessas declarações, é Matiello quem lembra como as emissoras contornaram a situação:

Foi o Dentel que mandou um representante, um fiscal, que veio pra fechar a rádio. Espertos, o Thomazoni e o Rottili, embarcaram esse fiscal, encheram o homem de presentes e o embarcaram o homem de Foz do Iguaçu de volta para o Rio de Janeiro.

¹⁶⁰ Tentativa de fechamento da Rádio de Pato Branco. **O Estado do Paraná**, 13 nov. 1957, p. 16.

¹⁶¹ Id..

Mas ele veio por determinação do Dentel, aceitando um pedido do governo do Estado do Paraná, pra lacrar a rádio, tirar o cristal da rádio, pra rádio não funcionar¹⁶².

Os relatos permitiram confirmar a participação da Rádio Colméia de Francisco Beltrão e de Pato Branco no Levante dos Posseiros. Mesmo que alguns dos depoentes não tenham trabalhado diretamente na emissora, foi possível perceber o papel relevante das emissoras como porta-vozes e mediadoras dos colonos e posseiros, em todo o Sudoeste do Paraná.

¹⁶² MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista ...

3. AS PALAVRAS DE UM CONFLITO:

Discursos sobre a Revolta dos Posseiros de 1957
nas páginas da imprensa paranaense

“As violências praticadas na região por elementos a que ali se denominam de jagunços e farrapos, personagens também de outro drama social, chegaram ao auge. O ódio vicejou. Até crianças foram armadas. A constatação é tremendamente contristadora. Tão hediondos acontecimentos parecem estar abrindo no Paraná os caminhos para o cangaço”.

O Estado do Paraná, 2 de outubro de 1957.

“Eis aí, em resumo, o que foi a ‘revolta’ do Sudoeste: uma aventura a mais, desta vez, porém, muito séria, de homens que não sabem nem querem apreender as normas do convívio civilizado e democrático, mas preferem continuar agindo sob as solicitações dos seus impulsos de primários e violentos despeitados”.

Gazeta do Povo, 18 de outubro de 1957.

A imprensa apresenta-se como referenciadora do mundo e das suas transformações, pautada principalmente pelo imediato, é verdade, mas consciente de que seus registros legam ao futuro uma maneira de recordar o presente (que será lido como passado). Pode-se dizer que o jornal é uma espécie de memória escrita que retém o excepcional de uma determinada sociedade. Ele capta,

descreve, analisa e registra informações cotidianas que julga serem dignas de se tornarem informações públicas. Dessa forma, produz conceitos, fundamentados através de discursos, construindo e reconstruindo identidades, noções, imagens. Nem sempre é o que se gostaria de ver, mas aquilo que se escolheu mostrar.

Ao se constituir como documento de uma época, o jornal é um lugar fundador da memória contemporânea. A imprensa, ao selecionar acontecimentos, age como construtora seletiva de memória e detentora de poder, este manifesto na seleção do que deve ser lembrado e, automaticamente, na exclusão de outros tantos acontecimentos, personagens, que ficam em zonas de sombra e silêncio. Os agentes dessa operação seletiva são, portanto, detentores de poder, senhores da memória e do esquecimento¹⁶³.

Os dois jornais em questão nessa pesquisa, a Gazeta do Povo e O Estado do Paraná, podem ser vistos como senhores da memória. Sobre a Revolta dos Posseiros de 1957, os periódicos deram visibilidade a conflitos e personagens de acordo com seus interesses, em detrimento de outras situações e pessoas que foram silenciadas. O que se tem, nos discursos jornalísticos, são memórias selecionadas pelos agentes que, no caso, são os dois periódicos. Esses discursos, entendidos como fontes históricas e como registros de memória, possibilitam saber o que tem sido lembrado sobre o assunto e permitem reconstruir versões sobre o conflito, de acordo com o ponto de vista social de onde se parte para reorganizar a leitura do passado, já que a sua reconstrução não é estática.

Sabe-se que numa sociedade há várias memórias, muitas delas em disputa. Assim como há discursos antagônicos, há memórias antagônicas sobre o passado. Mesmo assim, a memória é uma fonte histórica, que auxilia na compreensão e reconstituição das experiências passadas. As memórias registradas pelos depoimentos coletados e pelos discursos jornalísticos a respeito da Revolta de 1957 podem dar um exemplo disso. Desconstruir os discursos jornalísticos e confrontá-los é uma forma de deslegitimar um passado construído, também, por

¹⁶³ Cf. BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público**. (Os diários do Rio de Janeiro – 1880 – 1920). Tese (Doutorado em História). Niterói, 1996. Universidade Federal Fluminense; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A História do seu Tempo**. A imprensa e a produção do sentido histórico. Rio de Janeiro, 1966. Dissertação. (Mestrado). ECO/UFRJ.

essas memórias. Afinal, “...ao contrário da memória, a história busca uma representação crítica do passado”¹⁶⁴, na qual o conflito é tão importante quanto o consenso.

Ao expressar opiniões, ao formular conceitos, ao transformar relatos em verdades inquestionáveis, imortalizadas pela palavra impressa, os jornais formam consenso em torno dessas idéias. O periódico apresenta-se como a verdade, como se não tivesse sido manipulado, como se não existisse produção intermediária entre o fato e o leitor. Nos dois periódicos analisados, seus discursos faziam questão de enfatizar que eram a expressão da verdade dos fatos que reproduziam. Além disso, o próprio fato de serem impressos lhes dava um status de documento e veracidade ao que publicavam.

Entretanto, o que pode ser notícia em um veículo de comunicação pode não ser em outro. Para entender o que é notícia para um determinado jornal, é necessário compreender o significado daquele assunto para o seu grupo de leitores e produtores. Da mesma forma, pensar em como se construiu o discurso jornalístico em torno de determinada notícia é refletir no seu papel na representação da realidade elaborada a partir da subjetividade de sujeitos históricos e recebida por outro sujeito subjetivo e histórico. “O fazer jornalístico tem uma atuação ‘conjuntural’; não é simples reflexo nem explicação de estruturas sociais, ele interfere em ações e na produção de significados”¹⁶⁵.

O jornalismo exerce um papel crucial na produção de uma idéia comum de historicidade, não só porque aponta aqueles que, dentre todos os fatos da realidade, devem ser memoráveis no futuro (ou seja, aqueles que teriam relevância histórica), mas também porque se constitui ele mesmo em um dos principais registros ditos “objetivos” do seu tempo¹⁶⁶. Entender as operações discursivas através das quais o jornalismo atribui sentido aos fatos da atualidade é essencial para dar conta de como os meios de comunicação produzem uma

¹⁶⁴ MOTTA, Márcia. História e Memórias. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História: pensar e fazer**. Niterói: Laboratório Dimensões da História, 1998, p. 76.

¹⁶⁵ BUITONI, Dulcília H. Schroeder. Jornalismo: o tecido e o acontecido. In: **Revista USP**. São Paulo, junho/agosto 1990, p. 177.

¹⁶⁶ RIBEIRO, op. cit., p. 28.

idéia de história e como, no mesmo processo, constroem-se e legitimam-se como lugar social.

A análise dos discursos manifestos nos jornais propicia acompanhar o movimento das idéias que circulam em uma determinada época, o ideário e a prática política dos representantes da imprensa e de quem eles representam e como seus objetivos se aproximam e se afastam segundo conveniências do momento¹⁶⁷. Nessa reflexão, muitas vezes mais importante que o conteúdo informativo do periódico é o comentário interpretativo que o rodeia. É uma luta simbólica, que envolve a capacidade de definir o acontecimento e legitimar sua interpretação.

Procurei “desmontar” os discursos jornalísticos sobre a Revolta de 1957, com o intuito de trazer à tona uma pluralidade de leituras possíveis, já que o discurso é uma zona tensional de diversificadas vozes, nunca tem um sentido único, uma voz solitária. A análise dos textos se baseou na metodologia comparativa proposta pelo argentino Eliseo Verón. Ele observa que “os discursos sociais se co-determinam”¹⁶⁸. Para explicar certas propriedades e intenções do texto, é necessário compará-los a outros textos, de outros veículos de comunicação. Pela comparação das diferenças, é possível indicar quais as propriedades de cada um.

Verón salienta que toda análise de discurso não é completa, ou seja, é um objetivo ilusório afirmar que a análise discursiva esgotou as possibilidades de leitura do texto. Para o autor, a análise textual não se fundamenta em propriedades imanentes ao texto, mas sim em um sistema de relações entre o texto, sua produção, circulação e consumo. “Em outras palavras, o texto é justamente o *lugar em que tal sistema se constitui enquanto produção discursiva de sentido*”¹⁶⁹. Assim, as condições de produção do texto deixam seu “rastro” no próprio texto.

¹⁶⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolin. **A imprensa na História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

¹⁶⁸ VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005, p. 133.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 101.

O autor diferencia um aspecto essencial na análise textual na imprensa escrita, sobre o enunciado e a enunciação. O enunciado diz respeito ao conteúdo informativo, enquanto a enunciação refere-se aos modos de dizer esse conteúdo, os quais produzem efeitos de sentido, que nunca serão únicos.

Para o teórico, ler é fazer. Verón explica que todo suporte impresso contém várias estruturas enunciativas que lhe conferem uma identidade e constituem um contrato de leitura que o suporte propõe ao leitor, o qual se cumpre essencialmente no plano das modalidades do dizer, e não no plano do conteúdo. Dessa forma, cria-se um *vínculo* entre o suporte e seu leitor. O enunciativo de discursos, através do contrato estabelecido pode, por exemplo, propor um lugar para o destinatário do discurso: participante da mensagem, expectador passivo, receptor mais ou menos informado, mais ou menos culto, mais ou menos capaz de notar alusões.

O conceito de contrato de leitura implica que o discurso de um suporte de imprensa seja um espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor. (...) Ao longo de todo o seu percurso, o leitor reencontra personagens diferentes, que lhe propõem atividades diversas e com os quais ele sente mais ou menos desejo de estabelecer uma relação, conforme a imagem que eles lhes dão, a maneira como o tratam, a distância ou a intimidade que lhe propõem¹⁷⁰.

A análise de discurso dos dois periódicos procurou tecer relações de sentido estabelecidas entre o que o texto disse e o que ele não disse, mas poderia dizer, e entre o que ele disse e o que o outro periódico disse. “Os sentidos que podem ser lidos, então, em um texto não estão necessariamente ali, nele. O(s) sentido(s) de um texto passa(m) pela relação dele com outros textos. (...) Saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constituiu significativamente”¹⁷¹.

Assim como o rádio desempenhou um papel relevante na mediação do levante, a imprensa escrita, principalmente da capital paranaense, também

¹⁷⁰ Ibid., p. 236.

¹⁷¹ ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1988, p. 11.

participou da construção do discurso histórico a respeito da revolta. Nesta etapa, apresentarei os dois jornais diários paranaenses que utilizo como principal fonte histórica: a Gazeta do Povo e O Estado do Paraná. Mostrarei como nasceram e algumas de suas características, como a linha editorial adotada, que auxiliarão a compreender seu posicionamento perante a Revolta de 1957. Entretanto, a tarefa de contá-los encontra algumas barreiras, pois nenhum dos dois veículos de comunicação possui um arquivo totalmente organizado e suas coleções apresentam falhas. Além disso, há pouco embasamento bibliográfico sobre a trajetória desses periódicos, pois as primeiras pesquisas sobre o seu surgimento começam a despontar agora.

Para a análise dos textos selecionados, nos meses de setembro, outubro e novembro de 1957, separei três temáticas principais, que foram observadas nos dois jornais: colonos e posseiros, violência e panorama político. A opção baseou-se, principalmente, no fato de serem esses três tópicos os principais assuntos abordados nas matérias. Entretanto, saliento o que foi dito anteriormente: como a análise discursiva nunca se esgota, nada impede que outros temas sejam abordados em outros trabalhos, dentro ou não do mesmo recorte.

3.1 O ESTADO DO PARANÁ NA REVOLTA DOS POSSEIROS DE 1957

Polêmico, irônico, opositor. Essas eram algumas das definições de O Estado do Paraná, em seu surgimento no início da década de 1950. O jornal tinha objetivos declaradamente políticos. Em 1951, o governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, não contava com o apoio da imprensa.

‘O Dia’ era propriedade de seu inimigo político Moysés Lupion, que detinha também 50% do capital da ‘Gazeta do Povo’ enquanto o ‘Diário da Tarde’ era controlado por

outro grupo rival. (...) O cunhado do governador, Fernando Camargo, que era advogado da Caixa Econômica Federal, juntou dois empresários amigos, o Aristides Merhy e o José Luiz Guerra Rego para montarem um jornal e dar sustentação ao governo....¹⁷².

Assim, correligionários do governador incentivaram a criação de um veículo de comunicação que desse respaldo ao governo estadual. O empreendimento iniciou com um capital de Cr\$ 2 mil. O periódico também contou com o apoio do comércio e indústria.

Nas vésperas da edição do primeiro número, João Baptista Moraes [nomeado diretor-superintendente do jornal] e os demais organizadores percorreram o comércio e as indústrias para oferecer publicidade. (...) Representantes da indústria e do comércio, políticos e pessoas de outros setores foram convidados para a inauguração do jornal. A primeira máquina foi acionada pelo governador Bento Munhoz da Rocha¹⁷³.

Assim, contando com o amparo oficial, surge O Estado do Paraná em 17 de julho de 1951. Um dos diferenciais que o jornal procurou manter em relação a seus concorrentes foi oferecer cobertura regional de acontecimentos, abrangendo as várias regiões do Estado. Isso acontecia através de correspondentes, ou observadores da região, nas mais diversas cidades do Paraná, que mandavam notícias através do correio ou telegramas. Uma página inteira diariamente era dedicada às notícias do interior.

Essa preocupação, refletida na linha editorial e na circulação do novo jornal, guardava relação com a proposta política de Bento Munhoz. O então governador estava empenhado em integrar as nascentes cidades paranaenses que surgiam na rota do

¹⁷² OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. **Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: “Gazeta do Povo” e “O Estado do Paraná”**. Retirado de www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd3/midia/elzaaparecidadeoliveirafilha.doc.

¹⁷³ O Estado profissionalizou o jornalismo. **O Estado do Paraná**, 17 jul. 1997, p. 4.

crescimento da cafeicultura porque grande parte da movimentação da nova riqueza se fazia pelo Porto de Santos¹⁷⁴.

Cada edição ainda apresentava editorias de esporte, sobretudo turfe e futebol; feminina, literatura, internacional, agricultura, cinema, política e educação.

É do diretor de redação José Ericksen Pereira o primeiro editorial do periódico. Afirmava que o propósito do novo jornal era contribuir para o “fortalecimento da imprensa estadual, proporcionando-lhe instrumento de opinião e que possa objetivamente espelhar a vontade e o pensamento de todas as classes”¹⁷⁵. Salientava ainda que O Estado do Paraná não pouparia esforços para fornecer “amplo, completo e aperfeiçoado serviço informativo da capital e do interior do estado, do país e do mundo”¹⁷⁶. Numa época em que se pregava o progresso e o desenvolvimento do Estado, nada mais certo que lançar um jornal que assegurasse refletir as “inevitáveis e justas aspirações do povo do Paraná, operoso e progressista”¹⁷⁷.

Mesmo que o governador do Estado e seu grupo político tenham dado todo o apoio para a criação, o primeiro editorial ainda afirmava que era “rigorosamente independente de quaisquer partidos políticos”¹⁷⁸. Tratava-se de um jornal de opinião, que garantia ter “escopo fundamental e precípuo de prestigiar e defender o regime às instituições representativas vigentes”, bem como de pregar “pela consecução dos objetivos que visa assegurar às classes que produzem e que trabalham a exata posição que lhes cabe dentro da democracia brasileira”¹⁷⁹.

¹⁷⁴ OLIVEIRA FILHA, op. cit..

¹⁷⁵ Rumos e diretrizes. **O Estado do Paraná**, 17 jul. 1951. Editorial de capa.

¹⁷⁶ Id..

¹⁷⁷ Id..

¹⁷⁸ Id..

¹⁷⁹ Id..

O Estado do Paraná tomava para si a responsabilidade de exigir do governo e do parlamento melhores condições políticas e econômicas para as “classes produtoras”, com as quais se identificava. Dizia ter tendências liberais,

... em consonância com as tradicionais inclinações da índole e da mentalidade do nosso povo no que se refere às relações entre o capital e o trabalho, O Estado do Paraná numa posição de justo equilíbrio com a finalidade de atenuar o mais possível através de uma política social condizente com o ritmo atual de evolução, os antagonismos e choques entre as classes, e em suas colunas encontrarão sempre (...) todas as iniciativas tendentes a satisfazer os reclamos da coletividade¹⁸⁰.

A equipe de O Estado do Paraná preparou uma edição experimental dez dias antes de o novo jornal ser lançado. O objetivo era entrosar o grupo, formado principalmente por pessoas pouco experientes na área. “Na época do lançamento de O Estado, a redação do jornal não possuía repórteres. Os textos eram feitos ou copidescados (reescritos) por cinco redatores, exceto nos setores especializados, como esporte e sociedade. Havia apenas um fotógrafo”¹⁸¹. A equipe ainda contava com cinco revisores e um menino de 11 anos, Dante Alberti, que coletava as notícias internacionais, as quais muitas vezes eram recebidas em Código Morse.

O grupo responsável pelo jornalismo logo ganhou reconhecimento por sua qualidade profissional e, constantemente, o jornal vangloriava os méritos de seus repórteres e fotógrafos, algo que não foi percebido na Gazeta do Povo.

Em 1956, o primeiro Prêmio Esso de Jornalismo para o Paraná foi conquistado pelo jornalista e médico Percival Charquetti, o mesmo que cobriu a Revolta dos Posseiros. A matéria vencedora do prêmio máximo do jornalismo brasileiro da época descrevia o garimpo no Rio Tibagi. Em 1968, outro prêmio, dessa vez ao fotógrafo Edison Jansen. A imagem vencedora do Prêmio Esso de Fotografia demonstrava o movimento de estudantes contra a ditadura.

¹⁸⁰ Id...

¹⁸¹ Capital ganha veículo independente. **O Estado do Paraná**, 17 jul. 1997, p. 3.

O jornal possuía poucos recursos, pois a equipe não tinha carro próprio. Além disso, outro problema afetava a produção: o racionamento de energia em Curitiba, que acontecia diariamente, às 23h. “Com isso, todos precisavam ficar esperando a volta da energia, o que provocava o atraso do jornal. Em algumas ocasiões, o Estado chegava às ruas apenas às 15h”¹⁸².

O jornal iniciou com o dono de cartório Nestor Ericksen Pereira em sua direção. Em 1955, Fernando Alves de Camargo e Aristides Mehry assumem o comando da editora. A partir de outubro de 1956, a chefia das reportagens de O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná fica sob responsabilidade de Milton Camargo de Oliveira, enquanto que João de Deus Freitas Netto chefia a redação de 1951 a 1968. Este também foi presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná.

Em 1956, o mesmo grupo de O Estado do Paraná lançou o vespertino Tribuna do Paraná, com uma cobertura voltada principalmente para o esporte e o policial. Em 1962, Paulo Pimentel comprou a editora dos dois periódicos. Ele foi secretário de Agricultura, governador do Estado e deputado federal.

Em 1957, o jornal proferia violentos discursos contra o governo do Estado e, principalmente, contra Lupion, como se observa no editorial “Terra de Ninguém”, no qual o governador é comparado com um personagem bíblico, o traidor Judas Iscariotes:

E o mais doloroso é perceber, num prelúdio representado antes da abertura do pano de boca, a mão cobiçosa do governador do Estado a instigar e acobertar a opressão dos colonos, pelos trinta dinheiros que se destinam sempre, ao final de tudo, tanto com Judas como agora, para a abertura de cemitérios onde repouse o que sobrou de vidas ceifadas¹⁸³.

¹⁸² Id..

¹⁸³ Terra de ninguém. **O Estado do Paraná**, 26 set. 1957, p. 4.

A contragosto da direção, que achava a empreitada perigosa demais, Percival Charquetti e Osvaldo Jansen foram para o Sudoeste cobrir os conflitos de terras da região¹⁸⁴. As notícias dos correspondentes despertaram o ânimo da dupla para verificar pessoalmente o que acontecia. Assim, “em avião especialmente fretado pelo O Estado do Paraná”¹⁸⁵, foram para o Sudoeste e produziram a série de reportagens que fez parte do especial “Os sangrentos acontecimentos que conturbaram o sudoeste”.

3.1.1 Colonos e posseiros

Terra de ninguém, governada pelo regime do bacamarte, com disputa de terras a ferro e fogo. É nesse ambiente, segundo O Estado do Paraná, que viviam colonos e posseiros no Sudoeste.

Como os detentores da lei, aqueles que por direito poderiam decidir com quem ficariam as terras, perdiam espaço de ação para os jagunços, que estavam no comando, só restava aos colonos fugirem. Assim o jornal os apresenta, descrevendo-os como amedrontados, que preferiam fugir e abandonar suas famílias a lutar. “Centenas de posseiros, deixando esposas e filhos para escapar da perseguição, refugiaram-se nas matas ribeirinhas do Capanema, vivendo de caça e frutos silvestres, para que não os alcance o longo braço das companhias colonizadoras, mais longo que o da Justiça dos homens...”¹⁸⁶. Um quadro bem diferente do que será observado na Revolta dos Posseiros de outubro, quando os “amedrontados” empunham armas e expulsam as companhias de terras.

O sofrimento de colonos e posseiros “oprimidos” também aparece nas descrições das crueldades cometidas: “... é familiar o espetáculo de cadáveres juncando a poeira dos caminhos, com as faces retorcidas num rictus atroz de

¹⁸⁴ O Estado do Paraná, 17 jul. 1980, p. 12.

¹⁸⁵ Realmente grave a situação no sudoeste do estado. O Estado do Paraná, 15 out. 1957, p. 7.

¹⁸⁶ Terra de ninguém. O Estado do Paraná, 26 set. 1957. Editorial, p. 4.

agonia e os corpos mutilados pelas violências ou perfurados em vários pontos pelas balas certas que nunca se perdem”¹⁸⁷.

Enquanto o jornal descrevia os praticantes de violência como jagunços e cangaceiros, o Chefe de Polícia, Pinheiro Junior, admitia apenas coações por parte dos funcionários das companhias, quando explicava sua forma de promoverem uma guerra de nervos contra os colonos. Contava que chegavam às casas destes em grupos de três ou quatro, dando prazo de 24 a 48 horas para procurarem os escritórios das companhias e legalizarem as terras. Enquanto isso, montavam guarda ao redor das propriedades para amedrontar. É interessante observar que Pinheiro Junior falava em violências cometidas contra colonos e não contra posseiros, estes últimos, entendidos como aqueles que praticavam crimes, como na Tocaia de Capanema.

As matérias apontam que colonos e posseiros não queriam deixar de pagar por suas terras, pelo contrário, faziam questão de quitar as dívidas, mas a quem por direito deveria receber.

Houve gente naturalmente recrutada entre as pessoas mais cordatas que foi levada a escritórios da Apucarana e da Citla para assinar certos papéis em branco que representariam, segundo os agentes dessas companhias, o termo de compromisso dessas terras na forma já referida – 30% à vista e o resto em poucos meses mais. Isso sobre os 80 mil cruzeiros exigidos por conta das colônias de 10 alqueires. Os que não aquiesceram aos agentes das empresas foram surrados, ameaçados de mortes repetidas vezes¹⁸⁸.

As primeiras notícias sobre um possível levante armado aparecem em fins de setembro de 1957 em O Estado do Paraná. Explica o jornal que, com o objetivo de exercer represálias, mais de 2 mil colonos se reuniram para coordenar um movimento armado, mas que não havia sido bem sucedido. “O pensamento dos colonos, depois de se verem espezinhados, era o de fazer justiça pelas

¹⁸⁷ Id..

¹⁸⁸ Os sangrentos acontecimentos que conturbaram o Sudoeste. **O Estado do Paraná**, 4 out. 1957, p. 16.

próprias mãos, já que a autoridade judiciária está sem garantias para assegurar o respeito aos direitos desses lavradores”¹⁸⁹.

Apesar de o periódico falar em represália, no sentido de vingança por tudo o que colonos e posseiros estavam vivendo, não entendo ser esse o seu objetivo principal, mas sim buscar uma solução para injustiças de toda espécie, e não simplesmente vingança a atrocidades.

Essa não é a única vez que as atitudes de colonos e posseiros são descritas como simples vinganças. Após a Tocaia de Capanema, Pinheiro Junior falou em revide. “Esses colonos de Capanema, temendo a punição resultante da apuração desse fato teriam decidido organizar-se em grupos armados, para enfrentar um ataque, que diziam iminente, dos empregados da companhia, e impedir o ingresso da força policial no município”¹⁹⁰. Já O Estado do Paraná afirmava que eles agiam assim porque estariam “cegos pelo medo e pelo desespero”, como se suas atitudes não fossem pensadas, mas simples reflexos de colonos “humildes e rústicos”¹⁹¹.

Quando colonos e posseiros não eram descritos como amedrontados que fugiam para o mato, apareciam como organizados em “quadrilhas” (seriam eles bandidos?), interessados em vingança com derramamento de sangue. Entretanto, como suas idéias divergiram entre si, não conseguiram chegar a consenso sobre a vingança para a Tocaia de Capanema, pois uma parte deles estava interessada em tranqüilidade e trabalho na lavoura. Era isso que o Chefe de Polícia relatava a imprensa.

Expressões como “primitivismo quase absoluto”, viver “de caça e pesca” e necessidade de “evolução cultural”, comuns em O Estado do Paraná, dão o sentido de como se pensava serem os colonos e posseiros da região, indivíduos atrasados culturalmente, inferiores em sua educação, embora dispostos ao trabalho honesto.

A primeira reportagem em que O Estado do Paraná deu voz às principais vítimas do conflito no Sudoeste aparece no dia 2 de outubro. O próprio jornal

¹⁸⁹ Admite o Chefe de Polícia as violências da CITLA. **O Estado do Paraná**, 26 set. 1957, p. 9.

¹⁹⁰ Id..

¹⁹¹ Legítima defesa. **O Estado do Paraná**, 27 set. 1957. Editorial, p. 4.

reconheceu que, somente quando presenciou pessoalmente a situação, ouvindo dos colonos, posseiros e foragidos a tragédia que viviam, é que pôde ter uma noção mais concreta do drama. “Ao contrário de toda a primeira fase de cobertura, baseada em notícias de fontes fidedignas, posteriormente confirmadas, esta narrativa de hoje contém impressões colhidas no contato ao vivo com os participantes dos acontecimentos. (...) Só a reportagem de quem esteve no local bosqueja o panorama da região dando as cores distintas e exatas”¹⁹².

A matéria mereceu uma chamada de capa, com foto estourada¹⁹³ de dois refugiados no território de Misiones, na Argentina. São duas pessoas, provavelmente pai e filho, armados, enfatizando que até mesmo as crianças estavam envolvidas com a violência. Os foragidos “ainda não desarraigaram de seus espíritos a tragédia de que foram personagens”. Mesmo em território estrangeiro, temiam novas emboscadas e, por isso, não se aventuravam sem armas por estradas como a Carretera Ciento y Uno, retratada na fotografia. Diz a legenda: “O homem de hoje, participante dos sangrentos acontecimentos, e o outro, o garoto, homem de amanhã, mas já vítima da tragédia da conquista dos sertões do sudoeste, imita os grandes, empunhando também a sua arma”¹⁹⁴.

A página interna apresenta mais quatro fotografias, tão emblemáticas quanto a da capa. Na primeira, Pedro Santin, o homem que se dizia um dos chefes dos posseiros. Tratava-se de um foragido da justiça argentina que foi “importado” para atuar como comandante na luta contra os jagunços. Ele aparece em mais de uma reportagem, inclusive com esposa e filhos. Na Argentina, segundo consta, era conhecido como Pedro Capeleti¹⁹⁵. O Estado do Paraná vangloria-se de ter sido o único jornal a entrevistá-lo. Explica a legenda:

Os relatórios oficiais execram a figura desse homem, ainda moço, que veio da Argentina, do território de Misiones mesmo, para tomar parte ativa nestes episódios que banharam de sangue o sudoeste do Paraná. Pedro Santin foi o chefe da Revolta dos

¹⁹² Inquérito sobre o oeste. **O Estado do Paraná**, 2 out. 1957. Editorial, p. 4.

¹⁹³ Jargão jornalístico para a foto que toma extenso espaço na página.

¹⁹⁴ Os sangrentos acontecimentos que conturbaram o Sudoeste. **O Estado do Paraná**, 2 out. 1957, legenda de foto de capa.

¹⁹⁵ Os sangrentos acontecimentos que conturbaram o Sudoeste. **O Estado do Paraná**, 4 out. 1957, p. 16.

Colonos de Capanema. Não se pode historiar os acontecimentos do sudoeste sem considerar a participação desse homem nos mesmos¹⁹⁶.

E não foi apenas Pedro Santin o único foragido que lutou ao lado dos colonos e posseiros. O jornal mostra que, como a justiça não deu auxílio à causa, houve homens que, mesmo devendo à lei, eram corajosos o suficiente para liderarem revides aos jagunços. Tanto os colonos e posseiros quanto o jornal os consideravam como heróis por sua valentia e serviços prestados.

Os irmãos Bello, famosos pelos antecedentes da família no Rio Grande do Sul, estão na região e se puseram ao lado dos colonos. O argentino Robertinho, também com culpa na justiça de seu país, morando numa ilha do rio Iguazu, também estava ao lado dos colonos. Foi a esses homens que os jagunços temeram. Como notou um dos repórteres que nos acompanharam a região, ali nos acontecimentos do sudoeste se confrontaram homens de dois mundos completamente diversos: o nordestino, o pau-de-arara e o sulino. Aquele vítima de um grande drama social, foi amparado pelas agências de grilagem, desde sua chegada a região, iludido por uma carta de alforria, para ocupar a terra (...) O nordestino ficou sabendo que um dia poderia surgir a necessidade de empunhar armas. Fez-se jagunço por obrigações com as companhias, as quais os ampararam com segundo intenções, as piores intenções¹⁹⁷.

Nessa mesma reportagem, uma das fotos internas ressalta a participação dos filhos de colonos nas brigas armadas com “jagunços e farrapos, personagens também de outro drama social” que, segundo a legenda, “parecem estar abrindo no Paraná os caminhos para o cangaço”¹⁹⁸. Sobre a denominação farrapos, é o próprio repórter quem explica: “Farrapos é a designação que se dá nessa zona a indivíduos foragidos da Justiça que se escondem nos sertões do baixo Iguazu”¹⁹⁹.

A segunda e a terceira fotografias mostram os vestígios na estrada da Tocaia de Capanema, sendo observados por repórteres que, a essa altura dos acontecimentos, já infestavam a região.

¹⁹⁶ Os sangrentos acontecimentos que conturbaram o Sudoeste. **O Estado do Paraná**, 2 out. 1957, p. 16.

¹⁹⁷ Os sangrentos acontecimentos que conturbaram o Sudoeste. **O Estado do Paraná**, 5 out. 1957, p. 16.

¹⁹⁸ Os sangrentos acontecimentos que conturbaram o Sudoeste. **O Estado do Paraná**, 2 out. 1957, legenda na página 16.

¹⁹⁹ Cf. **O Estado do Paraná**, 5 out. 1957, p. 16.

Em outra reportagem especial, há uma das fotos mais divulgadas até hoje sobre o conflito. Mostra seis caixões com as vítimas da Tocaia de Capanema. “Os mortos, todos personagens da tragédia que macula as regiões de pioneirismo, mesmo o jagunço, que está bem no meio, foram sepultados em seu traje de trabalho, inclusive calçados de botas”²⁰⁰, diz a legenda.

O enviado especial de O Estado do Paraná relatou suas impressões ao conversar com os habitantes, chegando a conclusão de que os motivos eram mais profundos do que os argumentos apresentados na capital. Ele afirma que percorreu a área do conflito, tanto do lado brasileiro como do argentino, onde se encontravam os refugiados, enfoque principal da sua primeira matéria. É a partir daí que os relatos se tornaram mais “humanos”, ou seja, é a partir da vivência direta do jornalista com os colonos, posseiros e foragidos, que as narrativas jornalísticas apresentaram, em detalhes, os dramas desse povo. É o próprio repórter quem reconheceu isso.

Nosso contato com a gente que participou desses acontecimentos, que ainda estão sendo debatidos, também foi de deixar profunda impressão. Ao longo da fronteira com a Argentina, no território desse país, desde Casablanca a Três Hermanos, se encontram famílias brasileiras, nem todas essas famílias estão completas, pois os colonos na hora da fuga não tiveram tempo de levar a esposa ou os filhos. Seja como for, o que se observa é que essas famílias estão vivendo uma situação de penúria que faz dó. O brasileiro se choca ao defrontar-se com homens que ontem tinham seus sítios e suas criações, o seu pequeno mundo, e que hoje permanecem em chão estranho, sem nenhum recurso, na miséria mesmo, vivendo tão somente por obra da caridade dos habitantes das pequenas povoações argentinas²⁰¹.

Pedro Santin é o único personagem que aparece com nome nessa narrativa jornalística, embora nenhuma declaração sua ou de qualquer outra pessoa entrevistada tenha sido utilizada. O repórter construiu suas matérias baseado nos relatos e em impressões mas, ao contrário das demais reportagens produzidas na

²⁰⁰ Os sangrentos acontecimentos que conturbaram o Sudoeste. **O Estado do Paraná**, 3 out. 1957, legenda na página 16.

²⁰¹ Os sangrentos acontecimentos que conturbaram o Sudoeste. **O Estado do Paraná**, 2 out. 1957, p. 16.

capital com pessoas que detinham algum cargo público, como o Chefe de Polícia, deputados ou senadores, as transcrições dos entrevistados não são apresentadas *ipsis litteris*.

Essas pessoas não sabiam se expressar “apropriadamente”? Não detinham uma especialidade que lhe conferisse autoridade em seu campo de atuação? Ou não eram importantes pela sua individualidade para aparecerem como personagens? Intencional ou não, ficam aqui os questionamentos sobre tal atitude. Na construção jornalística, é mais adequado falar com o representante legitimado do que procurar por várias vozes não legitimadas sobre o assunto. O que lhes confere legitimidade, nesses casos, geralmente são as posições que ocupam na sociedade. Isso ajuda a reproduzir, em um círculo vicioso, a legitimidade de instituições e autoridades.

Uma família de foragidos tornou-se assunto principal em uma das matérias do conjunto intitulado “Os sangrentos acontecimentos que conturbaram o Sudoeste”. Na legenda da foto de capa que acompanha a matéria, revela-se que o chefe da família foi espancado pelos jagunços. As crianças, aquelas “que o acaso ajudou”, conseguiram fugir. “Esse homem, com a esposa e o neném, varou o rio Santo Antonio, fazendo-o a nado na calada da noite, pois as águas, devido às chuvas, estavam cheias. Enquanto as meninas se ocultavam no mato, uma das moças (...) foi levada pelos jagunços, que só a soltaram depois de a brutalizarem”²⁰².

Um “velho colono”, foragido em Casablanca, na Argentina, também relata ao repórter sua situação, ganhando destaque em foto na reportagem do dia 5 de outubro. Ele foi expulso, a coronhadas de revólver de seu sítio, fugindo de canoa com a família pelo rio Iguaçu. “Não tem que dar satisfação nem a CITLA e nem a Apucarana, pois entrou na região em 1940, como muitos outros, antes do próprio INIC entrar”²⁰³, diz o periódico, ao repetir a fala do senhor.

²⁰² Os sangrentos acontecimentos que conturbaram o Sudoeste. **O Estado do Paraná**, 3 out. 1957, legenda de fotografia de capa.

²⁰³ Os sangrentos acontecimentos que conturbaram o Sudoeste. **O Estado do Paraná**, 5 out. 1957, legenda de fotografia na página 16.

O interesse de O Estado do Paraná pelo lado “humano” do conflito durou pouco tempo. Logo após os acontecimentos de outubro, colonos, posseiros e foragidos sumiram das páginas dos jornais. Apenas notícias esparsas, como o medo dos revoltosos por represálias da polícia – que não parava de enviar contingente para a região –, e da fuga de mais alguns colonos e posseiros do Sudoeste, nada mais se falou sobre eles. Não há reportagens que dêem voz àqueles que, como o jornal mesmo publicou, “empunharam armas” para defender seus direitos.

3.1.2 Violência

Dentro do recorte cronológico analisado, a primeira vez que O Estado do Paraná fala sobre a situação de conflito e violência no Sudoeste paranaense foi em 4 de setembro. Mesmo assim, o assunto é referido indiretamente, já que é uma entrevista com o padre Hermogênio Borin, que fugiu de Guaíra, cidade da região Oeste do Paraná, ameaçado de morte por dois jagunços de uma companhia imobiliária.

A matéria ganhou destaque central na capa do segundo caderno. O vigário dizia que tentava alertar os colonos sobre os golpes das companhias de terras da região. Na entrevista, afirmava que o drama que ele, como líder da igreja vivia, era uma forma de denunciar ao país os conflitos que aconteciam no Estado em virtude das disputas de terras. “Se houve um atentado de morte contra um padre, o que não acontece com os pobres e indefesos colonos e posseiros no interior de Pato Branco, Capanema, Francisco Beltrão, etc.?!”,²⁰⁴ questionava.

Mas o curioso é que essa notícia foi contestada no dia 19 de setembro. O jornal trazia uma matéria com vários depoimentos de pessoas que afirmavam que o padre mentiu e que era louco. Depois disso, o assunto não é mais abordado. Por mais “insanas” que fossem suas justificativas, que o levaram a fugir para o Rio de Janeiro, suas declarações mostram que ele tinha conhecimento dos conflitos de terras entre colonos, posseiros e companhias grileiras, até mesmo em outras

²⁰⁴ O Estado do Paraná, 4 set. 1957, p. 16.

regiões do Estado. Entretanto, o jornal pareceu não se interessar em averiguar as denúncias do vigário. O que ficou foi a imagem de um padre louco, que não poupou disparates em suas declarações. O fato de haver vários depoimentos que atestaram a sua loucura são um exemplo de como as afirmações de especialistas ou pessoas de prestígio social têm peso e são extremamente válidas para amparar o discurso jornalístico, conferindo-lhe a impressão de veracidade.

O perfil editorial de O Estado do Paraná não cedia espaço para o sensacionalismo. Assim, mesmo em matérias que descreviam as atrocidades do conflito, dava-se um jeito de dar um viés político ao assunto.

Sobre a Tocaia de Capanema, abordada no primeiro capítulo dessa pesquisa, apesar de a chamada afirmar que o chefe de polícia do Estado reconhece a gravidade da situação no Sudoeste, o jornal sugeria que o governo se recusava a admitir que algo grave acontecia na região. Até mesmo na imprensa o assunto ainda não era pauta constante no mês de setembro. Quando houve a Tocaia de Capanema, foi citada como um entre muitos graves e sangrentos episódios entre “elementos denominados na região de posseiros e interessados das companhias que loteiam glebas na zona”²⁰⁵.

Em entrevista coletiva à imprensa, Pinheiro Junior falou sobre as ações que o governo tomou para acalmar os ânimos. Ele afirmou ter enviado reforço policial para a região e iniciado uma campanha de desarmamento entre colonos e funcionários das companhias de terras. Ainda disse que pediu aos dirigentes das companhias a suspensão de suas atividades por algum tempo para serenar os ânimos. O apelo não foi aceito, sob o argumento de que as companhias haviam investido “grandes capitais” na região. “Evidentemente, a Polícia não poderia interferir no trabalho de tais empresas”, justificou Pinheiro Junior. Mais adiante, ele relatou como se deu a tocaia, “quando um *bando* armado atacou de surpresa funcionários da companhia Apucarana”²⁰⁶.

Toda a notícia baseou-se apenas no relato do chefe de polícia que, pelos trechos apresentados, fez recair a culpa nos posseiros. Entretanto, pela pesquisa

²⁰⁵ Reconhece o Chefe de Polícia a gravidade da situação no sudoeste do Paraná. **O Estado do Paraná**, 15 set. 1957, capa do segundo caderno.

²⁰⁶ Id.. Grifo meu.

de autores que estudaram a Tocaia de Capanema, chega-se a conclusão que os funcionários da companhia já sabiam que a emboscada estava preparada. Por isso, não havia dirigentes da companhia no automóvel que foi alvejado de balas. O motorista deu carona a colonos e posseiros. Portanto, por mais que o plano tenha sido armado contra a companhia, esta já sabia previamente do que poderia acontecer e planejou um revide que se tornou o que já foi abordado no primeiro capítulo, a morte de inocentes. A contextualização e a causa da tocaia, em nenhum momento, são questionadas pelo jornal ao chefe de polícia.

A própria palavra *bando*, pronunciada por Pinheiro Junior, sugere que seria um grupo de bandidos, com intenções violentas. Por outro lado, a ação das companhias, de acordo com a declaração, foge a alçada da polícia, mesmo porque elas têm o seu direito de trabalho garantido pelo *grande capital* que investiram e não poderiam perder.

As notícias sobre o Sudoeste geralmente chegavam à redação através de informantes que gozavam de credibilidade. Muitas vezes, os próprios deputados recebiam telegramas de seus correligionários e os divulgavam na imprensa.

No dia 20 de setembro de 1957, diz O Estado do Paraná que, “segundo informações que nos chegam diretamente das zonas conflagradas, pela luta entre posseiros de terras e esbirros da CITLA e suas subsidiárias”, o sangue voltava a correr na região. As mortes de mais pessoas são caracterizadas como violentas e bestiais, numa área completamente abandonada a sua própria sorte: “... a região continua à mercê de bandoleiros, sem que se possa oferecer a menor proteção às famílias desabrigadas dos colonos oprimidos”²⁰⁷.

Era justamente esta imagem que o governo do Estado não queria que transparecesse, que a região era reduto de violência, e que o poder constituído era inoperante. Em setembro, assegurava Pinheiro Junior que reforços policiais já tinham embarcado para a região por via aérea. Ele chegou a declarar que os colonos e posseiros contavam falsas histórias de atos cruéis dos jagunços,

²⁰⁷ Volta a correr sangue no oeste do Estado. **O Estado do Paraná**. 20 set. 1957, p. 4. Em algumas matérias, tanto O Estado do Paraná como a Gazeta do Povo utilizam o termo *oeste* para se referir ao *sudoeste* do Paraná.

enquanto que estes *apenas* faziam coações e ameaças, como se estas fossem permitidas ou não causassem danos.

É interessante observar que, mesmo que o chefe de polícia tivesse relações pessoais com Lupion e fosse um dos diretores da Gazeta do Povo, jornal concorrente, O Estado do Paraná considerava as suas afirmações como convincentes. Até a chegada dos repórteres a zona de conflito, o jornal não questionava os esforços da polícia em acalmar os ânimos ou até mesmo a inoperância policial na zona conflagrada, tão denunciada pelos colonos e posseiros. Até então, Pinheiro Junior era uma fonte segura de informações.

É a partir do episódio de Capanema que O Estado do Paraná desperta sua atenção para o Sudoeste, destinando muitas de suas capas para o assunto. Contudo, era sempre a primeira página do segundo caderno, pois o primeiro destinava-se às notícias internacionais ou nacionais.

A entrevista de um morador da região, o advogado Edu Potyguara Bublitz, forneceu um novo panorama da situação. Ele era considerado um dos defensores dos colonos e posseiros e, por isso, perseguido pelas companhias grileiras. Jácomo Trento o apresenta como um dos líderes do levante na fronteira entre Paraná e Argentina – aí, a revolta aconteceu principalmente nos municípios de Capanema e Santo Antonio do Sudoeste.

Bublitz apontou um povo entregue à sanha de companhias de terras, com assassinatos e estupros feitos por “cangaceiros”. A chamada do jornal falou em “polícia associada ao império do crime” e relatou o “êxodo” de muitas famílias amedrontadas para a Argentina. “Enquanto na Capital do Estado a vida transcorre mansamente, naquela fronteira reina descabro, a ameaça, o desassossego e a intranqüilidade nos lares ...”²⁰⁸, dizia o advogado.

O Instituto Nacional de Imigração e Colonização também acusava a polícia de inoperância, chegando a declarar que a situação dos posseiros fugia ao seu controle e que, justamente pela falta de cooperação policial, o Inic não tinha poderes para barrar a atuação ilegal das companhias de terras²⁰⁹.

²⁰⁸ Implantado o terror no sudoeste do Paraná. **O Estado do Paraná**, 24 set. 1957, capa do segundo caderno.

²⁰⁹ Ilegal a atuação das empresas colonizadoras. **O Estado do Paraná**, 2 out. 1957, matéria de capa.

Após mostrar a situação de perigo que *ele* vivia, Bublitz narra algumas ocorrências para justificar o terror que a matéria destacava. De acordo com o relato, o povo vivia em constante sobressalto por causa dos “capangas” que infestavam a região, vangloriando-se com os assassinatos que praticavam.

É voz corrente na cidade de Santo Antonio que uma viúva, ao querer defender sua filha única de tentativa de violação pelos cangaceiros da Cia. Apucarana, em Capanema, foi assassinada a pauladas.

Um pai de família achava-se refugiado na Argentina, segundo é público e notório em Santo Antonio, não sabendo o fim de sua mulher. As suas duas filhas menores, com 14 e 16 anos de idade, foram violadas e carregadas pelos cangaceiros²¹⁰.

Cabem aqui algumas reflexões acerca das denominações que os jagunços receberam de Bublitz. Ele utilizava, primeiramente, o termo *capanga*, para designar aqueles que as companhias contratavam para executar ameaças e crimes. Andavam em *jeeps*, em grupos, com as armas à mostra. Ele salientava que tais indivíduos orgulhavam-se com os crimes que cometiam, espalhando fama como matadores e causando terror. Mas é o segundo termo que chama a atenção: *cangaceiros*. A palavra é usada para designar os bandidos do sertão nordestino. Lupion já dizia em seus discursos que a chegada de muitos do Nordeste ao Paraná tinham trazido problemas ao Estado. Entretanto, pelo que consta, os jagunços não eram apenas de origem nordestina, mas provenientes de várias regiões, como Norte do Paraná e Argentina. A fala demonstra preconceito para com o nordestino na região.

Bublitz também falou sobre as várias famílias que estavam fugindo para a Argentina, “com crianças a chorar de fome”. Aliás, a situação de abandono e miséria era outro aspecto citado várias vezes pelo periódico, mas sem a profundidade que o assunto merecia.

A Argentina oferecia terras a preços mais baixos e naturalização gratuita. A fuga de centenas de pessoas para o país vizinho gerou muita repercussão na

²¹⁰ Implantado o terror no sudoeste do Paraná. **O Estado do Paraná**, 24 set. 1957, capa do segundo caderno.

mídia nacional e internacional, esta última intitulando o conflito de “revolta agrária no Brasil”. Alguns jornais chegaram a falar em 1.300 refugiados, que receberam apoio da Província de Misiones²¹¹.

As graves ocorrências mereceram até mesmo um artigo de Coelho Junior, que se identificava como um dos desbravadores do Sudoeste, juntamente com Francisco Beltrão e Edmundo Mercer. De sertão, um verdadeiro Eldorado, “com moradores esparsos e quase divorciados da civilização, quando não constituindo bárbaros valhacoutos de bandidos”, o lugar tornara-se um inferno “de violentas agressões a colonos indefesos, por bandos de capangas armados de metralhadoras”²¹².

O autor do artigo finaliza lamentando a imagem negativa para o Estado “de um clima de descrédito e uma forma degradante de desordem, na única implantação de cangaço no Brasil meridional”²¹³. Em vários momentos, a impressão que se tem é que as arranhaduras a imagem do “Paraná Modelo” eram mais enfocadas que a triste situação vivida pelos colonos e posseiros. Não somente o jornal, em seus editoriais, mas políticos em seus discursos na Câmara e, principalmente, o governo, lamentavam que o Estado tivesse virado manchete na imprensa internacional pela revolta agrária que estava em curso.

É a partir de fins de setembro, quando os crimes no Sudoeste já se tornaram mais violentos e constantes, que O Estado do Paraná começou a questionar o clima de tranqüilidade que os representantes do governo queriam mostrar. Eram os “observadores da região” quem forneciam informações ao jornal e que contrariavam as declarações oficiais. “De todo o oeste do Estado, as informações desmentem a calma que estaria restabelecida. O desarmamento e a cessação dos conflitos seriam apenas aparentes, pois a CITLA e suas associadas continuam a oprimir os colonos, com espancamentos e toda sorte de sevícias”²¹⁴.

Em fins de outubro, depois da Revolta dos Posseiros, a polícia encontrou um arsenal escondido entre as paredes dos escritórios da Companhia Comercial e

²¹¹ Angustiosa situação no Sudoeste do Paraná. **O Estado do Paraná**, 27 set. 1957. p. 16.

²¹² COELHO JUNIOR. De paraíso a inferno. **O Estado do Paraná**, 25 set. 1957. Artigo, p. 4.

²¹³ Id..

²¹⁴ Admite o Chefe de Polícia as violências da CITLA. **O Estado do Paraná**, 26 set. 1957, p. 9.

Agrícola do Paraná, como confirmou o depoimento de Aurélio Negri. O Estado do Paraná deu ampla cobertura ao fato e questionou a origem de tal armamento. “Não resta dúvida de que é por demais estranhável que aquela Cia. dispusesse de tal arsenal, principalmente em se tratando de armas de uso privativo das forças armadas, inclusive da Polícia Militar”²¹⁵.

Quando um dos principais jagunços da região foi preso, fato que repercutiu internacionalmente, ele confessou algumas das atrocidades. A foto de Porto Alegre e Virgílio Pedro Carbonera correndo atrás do jagunço, feita por Osvaldo Jansen de O Estado do Paraná, foi publicada pela revista Life, em sua versão espanhola.

... foi preso nos sertões do sudoeste, perto dos rios Iguaçu e Jaracatiá o jagunço Lourenço José da Costa, mais conhecido pela alcunha de “Maringá” (...) Interrogado confessou ter trucidado uma família, matando a mulher, dois filhos, sendo o menino de dez anos e uma menina de dois, conseguindo o marido fugir a sanha do assassino, embora baleado pelo mesmo. Revelou o criminoso que sabe quem matou o vereador petebista de Pato Branco, e a pessoa encontrada morta no rio debaixo de uma ponte, com uma pedra amarrada aos pés, de identidade desconhecida. Maringá não foi preso pela polícia, mas pelos senhores Jácomo Trento, o “Porto Alegre”, e Virgílio Pedro Carbonera, por iniciativa própria²¹⁶.

A violência também deixou de ser assunto de interesse para O Estado do Paraná depois dos conflitos de outubro, mesmo porque, como os jagunços foram expulsos da região, não havia mais o clima tenso e violento de antigamente. O jornal acompanhou as atitudes do governo sobre o ocorrido, criticando a prisão de alguns envolvidos diretos, mas que lutavam ao lado dos colonos e posseiros, como a do advogado Bublitz. O enfoque passou, então, para o grande contingente policial que, seguidamente, era enviado para a região. O jornal questionava que o clima do Sudoeste estivesse em tão perfeita calma como supunha o governo, mas o discurso ficava apenas nas críticas.

²¹⁵ **O Estado do Paraná**, 25 out. 1957. Panorama Político, p. 4.

²¹⁶ Verdadeiro arsenal encontrado em Francisco Beltrão. **O Estado do Paraná**, 25 out. 1957, p. 5.

3.1.3 Panorama político

Foi sobre o panorama político de toda a situação no Sudoeste que O Estado do Paraná focou suas matérias. O periódico dedicou uma atenção superior (considerando-se o espaço do jornal) ao assunto. Como enviou repórteres para cobrir *in loco* o conflito, criou uma seção especial do jornal para as matérias e fotografias enviadas pelos correspondentes.

A página quatro do periódico destinava seu tema central para a Sessão da Assembléia Legislativa, era uma espécie de editoria fixa sobre política. Nela também estavam o editorial e a coluna Panorama Político. Nenhuma delas vem assinada, mas o repórter parlamentar editorialista do jornal que fazia a mais pesada oposição a Lupion era José Augusto Ribeiro.

O assunto principal ou mais polêmico da reunião legislativa tornava-se chamada principal e os discursos dos deputados eram transcritos (muitas vezes na íntegra). Nas notas da Sessão da Assembléia Legislativa, como o objetivo era apenas transcrever e descrever os trabalhos dos parlamentares, não havia aprofundamento e questionamento por parte do jornal aos assuntos apresentados pelos deputados. A coluna Panorama Político trazia notas sobre a política no Estado. Em alguns casos, boatos e “alfinetadas”, em outros, comentários e desdobramentos de notícias ou dos discursos proferidos na Assembléia Legislativa.

Os editoriais – o espaço “oficial” do jornal para que os dirigentes declarem suas opiniões – geralmente eram dedicados para o envio de recados nada amistosos a Lupion. A maioria deles, no período analisado, referia-se a situação conflitante no Sudoeste.

É sob o título “Labéu Infamante”, por exemplo, que o jornal traz a informação sobre como anda a disputa de terras entre Citla e União. A notícia, que vinha da sucursal do Rio de Janeiro, afirmava que o governo havia ganho mais uma instância para ficar com as terras. Em nota, o jornal fazia questão de reiterar que a Citla pertencia ao governador e que toda a transação da companhia de terras era ilegal. E fazia toda sorte de acusações sérias, como a de que Lupion

isentou a si próprio de pagar impostos²¹⁷. O texto não dá detalhes nem contextualiza a situação, pressupondo que o seu leitor tem conhecimentos prévios do assunto e/ou concorda com o posicionamento do jornal. Verón define isso como o contrato de leitura que se estabelece entre veículo de comunicação e público receptor, ou seja, quando o periódico estabelece uma posição para o seu leitor.

Um ponto que O Estado do Paraná reiterou até a exaustão era mostrar que o governo tinha um discurso ameno com relação ao Sudoeste, ao passo que a situação era de conflito. A imprensa situacionista também não era poupada pelo jornal, que a acusava de acobertar a gravidade do assunto para defender o governo. O Estado do Paraná repetidas vezes transcreveu discursos de deputados da oposição que, é claro, afirmavam isso, ou apontou o fato na coluna Panorama Político.

O efeito cumulativo da enorme quantidade de informações sobre um mesmo assunto com que a imprensa bombardeia seus leitores acaba gerando uma percepção anestesiada. E essa constatação serve para ambos os periódicos, tanto para a Gazeta do Povo, ao insistir que a imprensa de oposição intencionava inflamar os ânimos para derrubar o governo; quanto para O Estado do Paraná, ao acusar Lupion de ser omissos com o Sudoeste.

Em uma dessas situações, este último jornal interpretou que “o Governo pretendeu ocultar das autoridades federais acontecimentos graves e comprometedores”, pois o telegrama do chefe de Gabinete do Ministro da Justiça assegurava que estava em “absoluta tranqüilidade o estado de coisas na zona conflagrada”²¹⁸. Já o telegrama do Procurador do Instituto de Colonização e Imigração afirmava que, em novo conflito entre posseiros e funcionários da Companhia Colonizadora de Apucarana, morreram três pessoas.

As denominações que O Estado do Paraná dava a Lupion não eram nada amistosas. Entre os aspectos que fazia questão de reiterar, estava o de

²¹⁷ Lupion isentou-se a si próprio (sic) de impostos. **O Estado do Paraná**, 9 nov. 1957, p. 5.

²¹⁸ O problema das terras no oeste. **O Estado do Paraná**, 14 set. 1957. Panorama Político, p. 4.

incompetência administrativa, um governador preocupado primeiramente com os negócios particulares que, por sinal, iam de mal a pior, declarava o jornal.

Como as bolas de neve que aumentam na descida da montanha, e se avolumam até dimensões gigantescas na precipitação encosta abaixo, assim vão os negócios de nosso mui nobre e leal Governador Moysés Lupion, Barão de Arapoti, morgado de Missões e Chopin (...) e, nas horas vagas, para entretenimento seu e de todos nós, “administrador” do Paraná Modelo e costureiro de novos figurinos para a vida pública, especialidade em que pretende atualmente lançar a linha D. Quixote, reproduzindo o seu estado de ânimo de Cavaleiro da Triste Figura²¹⁹.

Após a Tocaia de Capanema, alguns deputados levantaram a bandeira da intervenção federal no Paraná. Entre eles, o deputado Antonio Anibelli (PTB), que vociferava na tribuna da Assembléia Legislativa, com destaque em O Estado do Paraná, a gravidade da crise no Sudoeste, a incompetência do Chefe de Polícia e o comprometimento de Lupion com a Citla. Ele salientou que há tempos alertava sobre o problema de terras na região, sem ser ouvido pelo governo ou pela polícia.

O senador Mader chegou a sugerir o *impeachment* do governador como “único remédio capaz de salvar o Paraná”,²²⁰. Com o decorrer dos acontecimentos, a idéia ganhou adeptos, como o deputado Newton Carneiro.

Lupion assegurava, em suas entrevistas, que não era ligado a Citla e suas subsidiárias. Tentava, a todo custo, afirmar que a situação estava normalizada no Sudoeste. O jornal ironizava essas afirmações, chamando o governo paranaense de acéfalo²²¹, o qual pintava a “a situação com cores rosa, quase chegando a dizer que os colonos confraternizavam com as companhias”²²².

Ao mesmo tempo em que Lupion procurava desvencilhar-se de uma possível ligação com a Citla, negando seu envolvimento com a mesma, O Estado do Paraná buscava provar a relação entre os dois. “A trajetória psicológica do

²¹⁹ Bola de neve. **O Estado do Paraná**, 15 set. 1957. Editorial, p. 4.

²²⁰ Sugere o senador Othon Mader o afastamento do Governador. **O Estado do Paraná**, 24 set. 1957, p. 12.

²²¹ De asiática. **O Estado do Paraná**, 29 set. 1957. Editorial, p. 4.

²²² **O Estado do Paraná**, 28 set. 1957. Panorama Político, p. 4.

governador neste caso é curiosa. Houve época em que não escondia ou negava sua associação com as companhias de terras, que então eram apenas uma, a CITLA. Para obter o crédito bancário, chegou mesmo a expedir folhetos onde arrolava os bens do grupo Lupion, incluindo neles a CITLA, com especificação de capitais e propriedade”²²³.

O jornal acreditou que a Tocaia de Capanema havia sido o ápice do conflito. Assim, em um de seus editoriais, o periódico comentou que ainda demoraria muito tempo para que os envolvidos pudessem esquecer os sangrentos conflitos. Além disso, mesmo que o governo lhes desse a garantia de propriedade, ainda ficaria o medo de que, a qualquer momento, novas companhias grileiras voltassem a aterrorizá-los. E sugeriu que a solução estaria no “estabelecimento de um autêntico plano de colonização, onde a assistência creditícia e técnica do governo apresse a evolução cultural e, conseqüentemente, os padrões sociais daquela vasta zona de primitivismo quase absoluto”²²⁴.

Porém, em outros momentos, o periódico fez terríveis prognósticos a respeito do conflito. Palavras como guerra, combatentes e inimigo eram utilizadas com freqüência, na tentativa de exprimir a gravidade da situação. “A cessação de fogo não significa, necessariamente, que a guerra tenha acabado. Pode significar, também, que os combatentes tomam fôlego, ou escamoteiam as intenções para surpreender o inimigo”²²⁵.

A formação de uma Junta Governativa de emergência para governar Pato Branco nos dias do levante foi descrita em *O Estado do Paraná* como “dotada de poderes ditatoriais”²²⁶. Logo após o espancamento das crianças do Verê e a fuga de seu pai (acontecimento explicado na primeira parte dessa pesquisa), o comércio cerrou as portas em atitude de protesto e a cidade foi sitiada pelos colonos. Esses acontecimentos e a narração de outros assassinatos pela região também ganharam destaque. Os telegramas enviados pela Junta Governativa aos governos federal e estadual foram transcritos na íntegra.

²²³ Contra toda a evidência. *O Estado do Paraná*, 10 out. 1957. Editorial, p. 4.

²²⁴ O pior de tudo. *O Estado do Paraná*, 5 out. 1957. Editorial, p. 4.

²²⁵ Omelete em Curitiba. *O Estado do Paraná*, 9 out. 1957. Editorial, p. 4.

²²⁶ Pato Branco dominada por uma Junta Governativa de emergência. *O Estado do Paraná*, 11 out. 1957, p. 5.

O jornal lamentou mais este capítulo da história do Paraná em editorial. Afirmou que, ao contrário do que a imprensa situacionista insinuava, não tinha orgulho em noticiar tais acontecimentos, mas orgulhava-se por ser um veículo de divulgação e alerta à sociedade do grave conflito no Sudoeste.

Muitos não de pensar que nos embandeiramos em arco para noticiar estes lutosos acontecimentos, que nos alegamos pelo desprestígio que a situação acarreta ao governo, que pretendemos alarmar inutilmente. (...) Entretanto, os fatos nos dão razão às carradas. Se não fosse por nossas advertências cotidianas, pela argumentação que desenvolvemos com a serenidade que o clima de tragédia nos permite, as autoridades não seriam alertadas ...²²⁷

O jornal comentou que o governo ficou desorientado depois dos acontecimentos de Pato Branco e que, finalmente, Lupion resolveu desistir dos interesses da Citla, para não perder o restante de seus negócios. Ainda culpou a ganância do governador como a principal causa da crise financeira e social na qual o Paraná estava mergulhado. “E o que faz o senhor Moysés Lupion diante dos protestos de toda a Nação escandalizada? Declara-se injuriado, afirma que o objetivo de seus acusadores é subversão do regime! (...) O ridículo da tangente usada pelo senhor Moysés Lupion e pela sua imprensa causa gargalhadas”²²⁸.

No dia 16 de outubro, estampada na capa de O Estado do Paraná, está a conhecida chamada “Francisco Beltrão ocupada por 4 mil pessoas”. Diz o texto que os habitantes do município, a exemplo de Pato Branco, arregimentaram-se e, com armas em punho, tomaram providências para acabar com os abusos das companhias imobiliárias de propriedade do governador do Estado. “Desde sábado, o município de Francisco Beltrão é governado por 4 mil armas, empunhadas por homens e mulheres que também abandonaram os seus lares para lutar contra os jagunços contratados pelas companhias imobiliárias. Francisco Beltrão tornou-se, nas últimas horas, no centro da revolta que se estende pelo sudoeste do Paraná”²²⁹.

²²⁷ Nós e o oeste. **O Estado do Paraná**, 11 out. 1957. Editorial, p. 4.

²²⁸ Paraná desgovernado. **O Estado do Paraná**, 13 de out. 1957. Editorial, p. 4.

²²⁹ Francisco Beltrão ocupada por 4 mil pessoas. **O Estado do Paraná**, 16 out. 1957, matéria de capa.

Através de uma narrativa cinematográfica, o texto mostra como se deu a ocupação da cidade. Pode-se notar que, mesmo com a tomada dos escritórios e com sua depredação, os “revoltados” não cometeram violência contra seus principais inimigos: os jagunços. Estes foram presos, “sem serem molestados”, enfatizou o texto, e expulsos da cidade sob os cuidados do exército.

Às 11 horas de sábado, o grande grupo armado que se formara empunhando facas, revólveres, carabinas, espingardas e armas improvisadas marchou contra os escritórios da CITLA que ficam no centro da cidade. Ali os colonos revoltados destruíram o que puderam encontrar, rasgando documentos, quebrando móveis e apossando-se do “jeep” da companhia. Depois de depredarem as instalações da CITLA, os colonos insurgidos dividiram-se em grupos e dirigiram-se a delegacia e a prefeitura. O prefeito de Francisco Beltrão, Ângelo Camiloto, não foi encontrado, pois fugiu apressadamente. O delegado Rubens da Silva Martins também abandonou seu posto. O edifício do fórum também foi fechado. Os colonos respeitaram os edifícios públicos, que não sofreram qualquer dano. (...) A população prendeu durante o dia quatro jagunços contratados pela CITLA. Esses não conseguiram fugir como seus chefes e foram conduzidos a cadeia sem serem molestados. (...) Cerca de 100 homens, funcionários da CITLA, foram expulsos do município sob proteção do exército, sob vigilância dos colonos²³⁰.

Após os acontecimentos de Pato Branco e Francisco Beltrão, o Chefe de Polícia declarou a imprensa que a situação já estava normalizada, mas que contingentes da Polícia seriam mandados para a zona de conflito. A melhor alternativa seria essa para o governo. Assim, diariamente grande número de soldados dirigia-se para o Sudoeste. Em suas críticas, O Estado do Paraná rebatia que o problema no Sudoeste era social e não para ser resolvido por força policial. Além disso, não acreditava que a situação estivesse resolvida, já que tantos policiais deslocavam-se para a região, dedicando várias matérias a justificar sua opinião.

A briga estendia-se entre o jornal e a Gazeta do Povo. O Estado do Paraná usava a “objetividade” fotográfica para amparar suas opiniões. Dizia que as fotografias de seus correspondentes eram as provas mais contundentes para

²³⁰ Id..

desacreditar o governo, o Chefe de Polícia e a imprensa situacionista. Uma foto do Palácio Iguazu, com legenda extremamente irônica, exemplifica a situação:

...nós preferimos publicar fatos colhidos onde eles acontecem, registrando-os também com fotografias, publicadas às dezenas neste jornal. A que estampamos é por demais significativa. Apesar de estar tudo em calma no Paraná, o Governador resolveu reforçar até o próprio Palácio Iguazu, onde passou a residir. Flagrantes como este podem ser obtidos em todas as entradas da sede do governo: um soldado da polícia portando uma metralhadora portátil. Calcule-se que os acontecimentos sangrentos estão se registrando lá na fronteira da Argentina, a mil quilômetros de Curitiba...²³¹

A essa altura dos acontecimentos, não era só o governador do Estado que sofria críticas. Sob o título “E ‘ele’ voltou...”, Rubens Requião, advogado e tradicional político paranaense, declarava pesadas ofensas ao Chefe de Polícia Pinheiro Junior. No texto, Requião mostrava as ligações (proibidas por lei) de um funcionário público em empresa privada – Pinheiro Junior era diretor da Gazeta do Povo. Além disso, acusava o jornal de receber grandes verbas publicitárias do governo do Estado. A ligação não passava despercebida de outros adversários políticos.

O senhor Newton Carneiro, como divulgamos em outro local, vai ingressar em juízo criminal contra o diretor da Gazeta do Povo, Pinheiro Junior, que também é Chefe de Polícia do Estado. Veremos, assim, um Chefe de Polícia ser processado por crime de imprensa²³².

Mader também afirmava que iria processar o periódico situacionista pelas acusações contra si, principalmente no que se referia a sua suposta ligação com a Citla há vários anos. A política e seus representantes têm razões que a própria razão desconhece. Por incrível que pareça, o próprio senador, mais ferrenho opositor a Lupion e denunciador da ilegalidade da Citla, vários anos antes dos ocorridos de 1957, tivera realmente transações financeiras com a referida

²³¹ **O Estado do Paraná**, 18 out. 1957, legenda de fotografia de capa.

²³² **O Estado do Paraná**, 20 out. 1957. Panorama Político, p. 4.

companhia imobiliária. “Porque tive diretamente um título de dívida da Citla, querem o governador e seus associados me apontar como tendo tido negócios com aquela famigerada empresa”²³³, defendia-se. Antes mesmo de o processo instaurar-se, o jornal já qualificava a campanha de seu oponente, a Gazeta do Povo, de *infundada*.

Pode-se perceber que a cobertura jornalística feita pelo O Estado do Paraná sofreu uma progressiva compreensão da gravidade do conflito. O jornal envolveu-se mais diretamente com a situação de colonos e posseiros depois que seus repórteres foram enviados para o local. Não é preciso deter-me na justificativa da importância que um repórter *in loco* tem para qualquer cobertura jornalística.

Mesmo assim, foi uma mudança de enfoque temporária, pois a narração e a interpretação do aspecto político do tema permaneceram como centrais. Não quero dizer que isso seja negativo, contudo, crítico o jornal por não ter dado voz direta aos principais envolvidos, ou seja, colonos e posseiros, além de “dar muita voz” àqueles que, como reiterou diversas vezes a Gazeta do Povo, somente utilizaram o levante como palco para suas performances políticas.

3.2 A GAZETA DO POVO NA REVOLTA DOS POSSEIROS DE 1957

Quando a Gazeta do Povo surgiu, havia dois outros periódicos que circulavam em Curitiba: A Tribuna e o Diário da Tarde, além de vários, porém não constantes, jornais operários. Nascia com uma linha editorial marcada pelos interesses de uma imprensa comercial e mesclada, mesmo que afirmasse ser um jornal apolítico e independente, pela imprensa de opinião aberta.

O idealizador do jornal foi o advogado e professor da Universidade Federal do Paraná, Benjamin Lins. Ele convidou o colega advogado recém-

²³³ “Estado roubado, saqueado, ensangüentado”. *O Estado do Paraná*, 23 out. 1957, p. 8.

formado Oscar Joseph De Plácido e Silva para trabalhar em seu escritório e, do entrosamento entre os dois, surgiu a idéia de fundar um jornal, “conduzido por quem não é jornalista profissional e, que por isso mesmo, pode traduzir as nossas palpitantes necessidades”, dizia Benjamin Lins em seu manifesto de lançamento do periódico.

A capital paranaense nas primeiras décadas do século XX passava por um significativo desenvolvimento, não apenas econômico, mas cultural também.

Naquela época, Curitiba tinha cerca de 40 mil habitantes e vivia um momento de expressivo crescimento. A Universidade do Paraná, criada em 1912 como instituição pioneira do gênero no Brasil, formava suas primeiras turmas e atraía estudantes de vários Estados; imigrantes estrangeiros, fugindo da Europa devastada pela Primeira Guerra Mundial, encerrada no ano anterior, chegavam ao Paraná. Grandes levas de italianos, poloneses, ucranianos e alemães – que há quase 50 anos já vinham se instalando na região – eram atraídas pela facilidade de obtenção de terras e pelas oportunidades de trabalho. A economia da erva-mate vivia o seu segundo e maior ciclo expansionista, atingindo em 1920 a exportação de 44.873 toneladas de folhas e ajudando a fixar as populações migrantes²³⁴.

É nesse contexto que, em 20 de janeiro de 1919, Benjamin Lins anunciou o surgimento da Gazeta do Povo. No manifesto de lançamento, ele deixou transparecer para quem o jornal se dirigiria: “As Oficinas pertencem a uma associação de cavalheiros, comerciantes e industriais, homens livres pelo espírito e pelo sentimento, aos quais pareceu não ser de mais, um órgão de publicidade...”²³⁵.

De Plácido e Silva revelou, em um pronunciamento de julho de 1949, como obteve o capital para pôr o periódico em circulação. Ele citou o nome de vários conhecidos da capital paranaense, que formaram uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Para iniciar o empreendimento, Benjamin Lins e De Plácido e Silva procuraram o apoio das classes conservadoras do Paraná, que

²³⁴ OLIVEIRA FILHA, op. cit..

²³⁵ CARNASCIALI, Juril. **De Plácido e Silva, o Iluminado**. Curitiba: Oficina das Letras, 2000, p. 59.

na época eram formadas pelos proprietários dos grandes engenhos de erva-mate e industriais da madeira²³⁶. Na primeira edição, os interesses do setor agora com representação na imprensa apareceram contemplados com um vasto editorial que criticava os altos impostos cobrados da indústria e do comércio.

Não é demais chamar a atenção para o estado das cousas públicas em que, dia a dia, aumentam as despesas; dia a dia crescem os impostos; dia a dia o fisco se torna mais exigente; e entretanto ninguém vê um só trabalho de interesse comum que corresponda aos sacrifícios exigidos dos contribuintes. (...) As indústrias estiolam-se ao rigor de tamanhos ônus, e os comerciantes já temem adiantamentos feitos a clientela sob a forma dos impostos pagos; porque o aumento dos preços determinado pelo aumento dos tributos, obriga um menor e mais demorado consumo, tornando o comércio mais aleatório²³⁷.

O texto declarava que o jornal estaria disposto a atuar como denunciador de problemas para, dessa forma, poder contribuir com o desenvolvimento social. Mas isso sem deixar de ser imparcial, uma qualidade imprescindível à boa imprensa, reiterava o editorial. Na verdade, a bandeira da imparcialidade sempre foi levantada pelos jornais como uma forma de atestar veracidade perante o seu público. Entretanto, como já foi exaustivamente discutido nos meios acadêmicos, tal característica é impossível de ser alcançada.

Este jornal, ou os que nele militam, tendo notado vícios radicais no sistema tributário do Estado; inversões relativas ao entendimento das suas naturais fontes de receita; vícios que parecem capitais na movimentação da máquina administrativa; vícios que são capitais na sua atividade política e que afetam de modo profundo a massa da população; vem tomar lugar entre os que pretendem contribuir com a sua atividade para o melhoramento das nossas condições, tão tristes neste momento, e que despertam tão sombrias cogitações quanto ao futuro. Os que nele trabalham, forraram o ânimo para os golpes da adversidade; vêm no firme propósito de não perderem o terreno chão das

²³⁶ **Gazeta do Povo**, 2 fev. 1992, p. 16.

²³⁷ **Gazeta do Povo**, 3 fev. 1919, editorial de primeira página.

exposições calmas, impessoais e desapaixonadas; pretendem fazer julgamentos imparciais e lembrar, quando necessário, o cumprimento dos seus deveres esquecidos²³⁸.

Benjamin Lins ficou pouco tempo a frente do jornal, passando ainda em 1919 o cargo para o jovem de 26 anos De Plácido e Silva. Este permaneceu na direção até 1962, quando o advogado Francisco Cunha Pereira Filho assumiu o comando.

Apesar de a Gazeta afirmar já na primeira edição a sua neutralidade política, o mesmo número trazia um extenso texto de primeira página que defendia a candidatura de Rui Barbosa à Presidência da República.

A candidatura do Senador Ruy Barbosa estava, naturalmente, lançada, porque, não sendo incompatível para o exercício do cargo, ninguém o iguala em merecimentos; ninguém é tão querido pelo povo, ninguém é tão venerado pelas multidões; ninguém tem prestado a este país tão alevantados serviços, ninguém quer o Brasil com tanta intensidade e tanto carinho; ninguém tem trabalhado tanto para dar aos seus patrícios com os prazeres da liberdade, satisfações proporcionadas pelas grandes riquezas que nos rodeiam²³⁹.

O aspecto comercial do periódico sempre foi uma de suas características marcantes. Mais de 50% da primeira edição era composta por anúncios publicitários. Em nota, a direção do jornal afirmava: “Damos hoje uma edição especial de seis páginas por sermos a isso forçados pela abundância de matéria a que tínhamos de dar publicidade. Diariamente iremos melhorando as diversas seções a fim de fazermos jus ao apoio de nosso povo, de que, única e exclusivamente, viveremos”²⁴⁰.

²³⁸ Id..

²³⁹ A sucessão presidencial. **Gazeta do Povo**, 3 fev. 1919, primeira página.

²⁴⁰ **Gazeta do Povo**, 3 fev. 1919, p. 5.

Em 1957, a Gazeta do Povo chegava ao seu 38º ano ininterrupto de circulação. Fator que fortalecia sua imagem junto aos setores elitistas que representava. Afinal, a tradição de ser um dos jornais mais antigos do Paraná favorecia sua credibilidade, justificava seguidamente seus editoriais.

No ano da Revolta dos Posseiros, os interesses do jornal estavam ao lado do governo Lupion, já que esse veículo de comunicação fazia parte dos empreendimentos do grupo da família do governador. Na primeira edição de 1957, é possível perceber suas tendências editoriais, pois destacava a foto de Lupion no Palácio Iguazu recebendo lideranças. Aliás, duas colunas fixas do jornal eram diretamente relacionadas ao assunto: Ações do Governo mostrava informações sobre nomeações, demissões e coisas do gênero; já a “coluna social” do governo ficava em Audiências do Governador.

Nesse ano, estava a frente do jornal De Plácido e Silva, Pinheiro Junior e Carlos Sternberg Valle. José Muggiati Sobrinho era redator-chefe e Reinaldo Pereira redator-secretário. O jornal dedicava a maior parte de seu espaço para os assuntos relacionados a capital do Estado. Além disso, havia notícias internacionais, esportivas, femininas, policiais, sobre rádio, cinema e literatura. Uma editoria específica cuidava das matérias relacionadas a bairros e subúrbios de Curitiba.

A página três era toda dedicada à política. O editorial não vinha assinado, assim como nenhuma das matérias ou fotografias. Na Assembléia Legislativa era o espaço que descrevia e narrava as sessões dos deputados estaduais. Entre as colunas fixas, estavam a Católica e a Universitária.

A Gazeta do Povo foi mais breve em sua cobertura sobre os conflitos de terras no Sudoeste. A característica marcante de seus textos foi a de se ater às falas oficiais. As únicas fotografias apresentadas foram as dos entrevistados na capital, já que não enviou repórteres e fotógrafos para a região.

3.2.1 Colonos e posseiros

Massa de manobra política, facilmente ajustável aos interesses pessoais e eleitoreiros de alguns. Colonos e posseiros eram considerados um grupo pacato, interessado em trabalhar, mas que se deixava influenciar por políticos inescrupulosos, justamente pela falta de consciência crítica. Afinal, o que mais esperar de pessoas sem educação, sem cultura, que trabalhavam com a terra e moravam em um “sertão” distante da capital do Estado, onde se concentrava a elite pensante da sociedade? Esse é o teor de muitas das matérias apresentadas pela Gazeta do Povo.

Quando se pensa nos desentendimentos surgidos e agravados entre posseiros e as companhias territoriais nos municípios do oeste do Estado, é preciso raciocinar, sem muito pouca lógica, para não ver que essas companhias seriam as primeiras e maiores interessadas em que tudo se resolvesse pela melhor forma possível, sem luta e sem dificuldades. Os posseiros, por vez, constituem uma população laboriosa, pacata e honesta, que por nada neste mundo pegaria em armas, sem estar insuflada por alguém²⁴¹.

Os insufladores, de acordo com o jornal, seriam a Cango e o Inic, entregues a “orientação de elementos petebistas”. Esses órgãos, por todos os meios, inclusive o rádio, promoveriam campanha de “aliciamento, fazendo crer aos posseiros e demais interessados, que as terras não pertencem às companhias, que não há qualquer garantia nas transações efetuadas, que portanto não resta outro meio senão o da reação violenta contras as imobiliárias”. Numa terra como aquela, propensa a violência, “para todos os problemas, particularmente os de terra, pode imaginar-se facilmente o efeito que conseguem tais métodos de propaganda”²⁴². Como consequência, colonos divulgariam opiniões negativas sobre o Sudoeste, não incentivando seus amigos gaúchos e catarinenses a virem

²⁴¹ Ignorância e má fé. **Gazeta do Povo**, 18 set. 1957. Editorial, p. 3.

²⁴² Id..

para o Paraná. Isso atrasaria o desenvolvimento do Estado²⁴³, impedindo o investimento de capitais naquela região.

Após a Tocaia de Capanema, o jornal afirmou que era nesse município que se fixou o “Centro de Agitação dos Posseiros”, um “bando” armado que causou o episódio sangrento. Pelas adjetivações, não é difícil distinguir o tom dado ao grupo.

Espera-se que sejam encaminhadas as conversações no sentido de serem acalmados os ânimos na cidade de Capanema, onde se encontrariam localizados os principais elementos dos grupos de posseiros que agitaram através inclusive desse episódio do dia 14 o ambiente daquela zona. (...) [Em Santo Antonio] conquanto se façam sentir no seio da população os reflexos dos últimos acontecimentos e da intranqüilidade reinante em Capanema, existe ordem e a normalidade²⁴⁴.

Pela análise desse fragmento, é possível observar como o discurso jornalístico exclui os posseiros do “seio da população”, ou seja, da própria sociedade. Eles eram entendidos como um grupo de desordeiros violentos que propiciavam um clima de intranqüilidade a um grupo social ao qual não pertenciam, por mais que estivessem presentes no mesmo ambiente social há muito tempo.

Logo após a Tocaia de Capanema, as declarações do Chefe de Polícia sobre a volta à tranqüilidade na região conflagrada eram sempre reiteradas pela *Gazeta do Povo*. “Não existem grupos armados, o tráfego entre Capanema e Santo Antonio foi restabelecido e os colonos estão voltando aos seus afazeres”²⁴⁵, proclamava Pinheiro Junior.

Muitas dessas afirmações eram, no mínimo, inverídicas, como a relatada a seguir. Dizia uma matéria que, em virtude das sugestões do Chefe de Polícia às companhias Apucarana e Citla para que retirassem seus funcionários, “os diretores dessas empresas deslocaram os seus servidores dessa região, circunstância que se registrou entre a primeira e a segunda visita que realizou o

²⁴³ Repasto para o sensacionalismo e demagogia. *Gazeta do Povo*, 6 out. 1957, p. 8.

²⁴⁴ Fixado em Capanema o Centro de Agitação dos Posseiros. *Gazeta do Povo*, 18 set. 1957, p. 8.

²⁴⁵ Retorna a tranqüilidade o Sudoeste paranaense. *Gazeta do Povo*, 26 set. 1957, p. 8.

Chefe de Polícia àquela zona”²⁴⁶. Por mais que o texto jornalístico resultasse de uma entrevista com Pinheiro Junior, o jornal teria a obrigação de averiguar se tais declarações eram verdadeiras. Sabe-se que os funcionários das companhias *não* deixaram a região até serem expulsos pelos posseiros, em outubro de 1957.

Na mesma entrevista, o Chefe de Polícia comentou que os colonos que fugiram para a Argentina já estavam regressando às suas moradias. “Tratam-se de colonos que – como se verificou nessa segunda viagem realizada – já estão voltando para o território brasileiro face a tranqüilidade do sudoeste paranaense”²⁴⁷. A intenção era sempre de propagar que a ordem e a tranqüilidade tinham voltado à região, que novos ataques não ocorreriam.

O deputado Lopes Munhoz também utilizava a tribuna da Assembléia Legislativa como palco para seus discursos inflamados de indignação, porém contra os posseiros. A argumentação era de que, em hipótese alguma, os posseiros eram donos da terra, já que não haviam pagado pelas mesmas. Quem teria razão seriam as companhias de terras que, mesmo de forma fraudulenta, haviam investido na região e, por isso, era legítimo o seu direito de posse. Uma fonte jornalística apropriada para a *Gazeta do Povo*.

Falou-se nessa Assembléia há poucos dias em desapropriação de terras para serem cedidas a posseiros. Mas quem desapropria de quem? (...) Ainda que a paralisação das atividades das empresas colonizadoras seja uma medida oportuna, obtida graças a orientação serena do Chefe de Polícia, o que não se pode aprovar é a conduta dos posseiros que cometem crime muito grave do que aqueles que se aproveitaram de facilidades para adquirirem por baixo preço vasta extensão territorial. Antes comprar barato, ainda que por golpes de magia, como ocorreu nas terras de Missões, que pretenderem conquistar a terra à custa de sangue e de crimes, como se estivéssemos nos tempos primitivos. Sabem muito bem os senhores deputados que tais assaltos nunca são praticados por lavradores a menos que estivessem defendendo o que é seu, o que no caso não ocorre²⁴⁸.

²⁴⁶ Id..

²⁴⁷ Id..

²⁴⁸ “Apesar das obstruções, o Paraná caminha”. *Gazeta do Povo*, 29 set. 1957, p. 25.

A Gazeta do Povo insistiu em dizer que os colonos foram instrumentos de maquinação política e que “o movimento na verdade não tinha raízes mais profundas na consciência da população campestre”²⁴⁹. O fato de estarem nas cidades com suas “armas de caça e defesa pessoal” não era porque acreditassem estar defendendo suas idéias, ao contrário, para ali tinham sido “arrastados pelos conselhos, pelas mentiras e mistificações dos elementos que dias e semanas antes haviam percorrido a região espalhando as sementes da discórdia e do desassossego”²⁵⁰.

Um dos poucos personagens que não fazia parte das falas oficiais e que foi entrevistado pela Gazeta do Povo foi o gaúcho Dorvalino Brunka. Suas declarações encaixaram perfeitamente na tendência discursiva do jornal.

Jovem de 22 anos de idade, “gaúcho forte e espadaúdo”, estava preso em uma delegacia de Curitiba. Chegou ao Sudoeste junto com seu tio, que havia comprado terras em Santo Antonio. Em menos de um mês de estada na região e sem conhecê-la, Dorvalino passara de expectador a um dos chefes do movimento. Liderou um grupo de posseiros, atacou a delegacia de polícia e tomou parte na Comissão dos 26 que comandou o município²⁵¹. O jornal procurou exemplificar que os revoltosos não tinham consciência do que faziam, não conheciam o contexto do problema e, mesmo assim, eram mandados e obedeciam.

Em nenhuma das matérias analisadas, colonos ou posseiros foram personagens centrais, com direito a fala para apresentar suas razões de luta. A Gazeta do Povo acompanhou a revolta de longe, da capital estadual e, por isso mesmo, não poderia ouvir tal grupo, que se encontrava no centro do problema. Assim, seu discurso acerca de colonos e posseiros foi superficial e pautou-se, sobretudo, pelo olhar daqueles que não defendiam a posse de terras a esse grupo.

²⁴⁹ Semeadores de violência. **Gazeta do Povo**, 18 out. 1957. Editorial, p. 3.

²⁵⁰ Id..

²⁵¹ Cf. **Gazeta do Povo**, 27 out. 1957, p. 8.

3.2.2 Violência

Assim como colonos e posseiros não despertaram o interesse principal do periódico, a violência também não ganhou destaque. Mesmo porque muitas vezes a *Gazeta do Povo* questionou que tenha havido crimes no Sudoeste. Sua principal argumentação era de que a maioria das notícias que chegava ao conhecimento da polícia dizia respeito a assassinatos de funcionários das companhias, não de colonos e posseiros.

O discurso do jornal procurou sempre salientar as iniciativas violentas por parte dos posseiros, da qual resultariam as mortes. O fragmento a seguir refere-se a declaração de Pinheiro Junior sobre uma situação ocorrida no distrito de Verê, em Pato Branco: “... cerca de 200 homens atacaram, dentro do plano que presumivelmente deve ter sido previamente preparado, a sede da Companhia Imobiliária Comercial, resultando do tiroteio e morte de dois posseiros. (...) Uma soma de providências trouxeram para aquele município a tranquilidade”²⁵².

Como sempre, mesmo ao relatar um crime, a imprensa, amparada pelo discurso do governo, reiterava que o clima era calmo. O Chefe de Polícia afirmou que solicitara o desarmamento da região, ordem “facilmente cumprida” pelos funcionários da referida companhia, “tornando-se, porém, mais difícil quanto ao restante da população”²⁵³.

Em outra parte da mesma entrevista, o periódico destaca a explicação de Pinheiro Junior sobre a dificuldade de uma companhia de terras em vender lotes, pois havia reação dos posseiros em adquirir as áreas. “Ânimo esse que se deve em parte a ação de partidos políticos que estariam desaconselhando essa transação imobiliária. Alguns dos elementos, inclusive, foram mais longe, sugerindo que a reação se fizesse até pela força, se persistisse o desejo por parte da companhia imobiliária Ipiranga, nas terras que se diz possuidora”²⁵⁴. Note-se

²⁵² Tocaia armada em município do Oeste do Paraná. *Gazeta do Povo*, 15 set. 1957, p. 8.

²⁵³ Id.

²⁵⁴ Id..

que, novamente, o periódico procurou deslocar o problema para o lado político, não contextualizando todos os conflitos de posse que envolviam a área.

Os crimes violentos, como assassinatos e estupros, eram questionados por Pinheiro Junior. A *Gazeta do Povo* assim transcrevia as declarações:

...afirma-se que o número de mortos se eleva a dezenas, que houve estupros e tropelias (...) a prática de fatos que se assoalha não foi constatado durante os trabalhos que realizei na região. Ouvi moças – disse o doutor Pinheiro Junior – que teriam sido vítimas, nada sendo informado de positivo. Ouvi viúvas de maridos assassinados, e constatei que os fatos não vinham acompanhados de informações positivas quanto a nomes, testemunhas de elementos, enfim, que provassem a veracidade dos boatos correntes²⁵⁵.

Assim, o discurso oficial reproduzido pela *Gazeta do Povo* era de que no Sudoeste reinava paz, tranqüilidade e ordem. Essa idéia era confirmada por entrevistados, como o vigário de Capanema, que esteve em Curitiba e foi localizado pela reportagem do jornal. A posição de representante da igreja legitimava, com peso, suas afirmações. Disse o religioso que, em radiograma recebido, tudo estava em perfeita calma e que o povo voltara ao trabalho, ainda em setembro de 1957.

As afirmativas feitas pelo vigário de Capanema possibilitam ao redator algumas conclusões que não poderíamos realmente deixar de consignar mormente quando se vê o desdobramento de uma campanha calcada em boatos, muitos dos quais com tiradas sensacionalistas que objetivam espalhar inverdades a realidade de calma e de tranqüilidade que voltou a zona do sudoeste paranaense²⁵⁶.

O “outro lado da História”, conforme editorial da *Gazeta do Povo*, era de que não se tratava de “humildes” posseiros que sofriam violências por parte da

²⁵⁵ Retorna a tranqüilidade o Sudoeste do Paraná. *Gazeta do Povo*, 26 de set. 1957, p.8.

²⁵⁶ Calma, tranqüilidade e ordem. *Gazeta do Povo*, 29 set. 1957, p. 8.

polícia ou das companhias de terras. Baseado na Tocaia de Capanema e na interpretação do senador Gaspar Veloso (PSD), o jornal entendia que eram os colonos os verdadeiros culpados das agitações violentas²⁵⁷. De acordo com o relato, o “sangrento episódio” foi efetuado por “um bando armado de posseiros”.

Vários jornais do Rio e São Paulo, por estranha coincidência, vêm insistindo sobre a gasta tecla de “humildes colonos violentados pela Polícia e por companhias imobiliárias” sem apresentar para isso um fato sequer comprobatório. O senador possedista não disse, mas é evidente que o fato de se ter conduzido a questão para este lado demonstra uma evidente intenção de colocar mal o governo do Estado perante a opinião pública, apresentando-o como conivente ou o responsável direto de violências contra simples lavradores. Ora, o que se verifica, do exame direto e imparcial dos acontecimentos, é que não somente eles ocorreram de modo diverso como até de modo inteiramente oposto a essa versão. (...) Quais foram afinal de contas as coisas mais sérias, mais calorosas dos fatos no Sudoeste? Evidentemente, foi o fato da tocaia a uma camioneta e a morte de pessoas resultantes desse crime. Pois bem: quem cometeu os assaltos, quem preparou a chacina, quem foram as vítimas? Os primeiros, como ninguém ignora, foram os posseiros, os segundos, como toda a imprensa publicou, foram empregados das companhias de terras²⁵⁸.

Um dos poucos textos que aprofundam nas descrições da violência foi o do atentado contra o delegado de Santo Antonio. Aliás, esse acontecimento do dia 12 de outubro à noite, foi descrito com indignação por parte da Gazeta do Povo, já que se tratava de um ataque contra um delegado da Delegacia da Ordem Política e Social (Dops), Licínio Barbosa.

“Os caboclos exaltados iniciaram uma fuzilaria”²⁵⁹, mesmo não havendo nenhum elemento das companhias de terras, e balearam Barbosa pelas costas. *Fuzilaria* pressupõe um intenso tiroteio, termo que não parece ser apropriado para enfrentamentos entre colonos e policiais na região, já que nem a própria polícia possuía armas de fogo compatíveis e eficientes para com as suas funções,

²⁵⁷ O outro lado da História. **Gazeta do Povo**, 12 out. 1957. Editorial, p. 3.

²⁵⁸ Id..

²⁵⁹ Atirado pelas costas o delegado da Dops. **Gazeta do Povo**, 15 out. 1957, p. 8.

segundo afirmações de Pinheiro Junior. Muitas vezes, os colonos partiam para a luta com enxadas, facões ou velhas espingardas de caça.

Barbosa foi atingido no ombro direito. Mesmo não parecendo ter sido grave o ferimento, pois quatro dias após o incidente já estava na capital dando entrevistas, o jornal não poupou descrições exageradas. A narração falava em um delegado “equimosado que não se nega a dar entrevista”, o qual havia transposto o muro de delegacia, logo após ser atingido por uma bala, “enquanto se esvaía em sangue”²⁶⁰.

Pelas matérias analisadas na Gazeta do Povo, tem-se a impressão de que todas foram produzidas da capital, através de informantes, sem a presença direta de jornalistas no Sudoeste, já que todas as fontes das reportagens são pessoas que se localizavam na capital. Mas o jornal afirmava que recebia notícias de enviados especiais, sem especificar quem eram ou onde estavam.

Uma nota circulada na segunda capa do jornal dava o tom da posição do jornal diante da revolta que se desenrolou. O texto encontra-se na edição do dia 11 de outubro e intitula-se “Não houve perturbação da ordem em Pato Branco”. As informações da Gazeta do Povo baseavam-se no que Pinheiro Junior relatava. “Informou-nos então o titular de segurança pública que anteontem o comércio de Pato Branco se reuniu e decidiu cerrar suas portas em sinal de protesto pela permanência de elementos da companhia colonizadora Comercial Agrícola do Paraná naquela região e, ao mesmo tempo, designou uma comissão para vir a esta capital solicitar às autoridades providências a respeito”²⁶¹.

Ainda dizia o texto que, depois de esgotados os meios “pacíficos” de persuasão, o Chefe de Polícia tomou medidas drásticas. Ele determinou que *todas* as companhias de terras da região fossem fechadas e que houvesse guardas à porta das mesmas, enquanto o Judiciário não manifestasse sua decisão quanto ao problema. Se a ordem foi cumprida, os guardas não impediram que os posseiros e colonos invadissem as companhias para acabar com os documentos.

²⁶⁰ Id..

²⁶¹ Não houve perturbação em Pato Branco. **Gazeta do Povo**, 11 de out. 1957. Nota de capa, p. 8.

3.2.3 Panorama político

A Gazeta do Povo era taxada de imprensa situacionista, e não poderia ser diferente, já que um de seus acionistas era o próprio Lupion e o diretor era o Chefe de Polícia, Pinheiro Junior.

O jornal dedicou menos espaço em suas páginas para a Revolta dos Posseiros de 1957. O enfoque principal também foi voltado para o panorama político do conflito. Mostrou a revolta como um acontecimento planejado politicamente para causar polêmica e desestruturar o governo do Estado, e não como resultado de uma situação que se agravava há muitos anos. Seus textos também não se preocuparam em contextualizar a questão de terras no Sudoeste, mesmo porque isso iria agravar consideravelmente a situação do governador do Estado.

A defesa a Lupion era explícita. Um caderno especial que a Gazeta do Povo publicou no dia 7 de setembro de 1957, em comemoração a data cívica, é um bom exemplo disso. A segunda capa da edição dedicou-se, inteiramente, a enaltecer Lupion e sua administração. “Moysés Lupion, cujos governos têm engrandecido o Paraná e servido o Brasil”, dizia o texto de abertura do especial.

Na mesma edição, uma publicidade de M. Lupion & Cia. – Industriais e Exportadores de Madeiras - Navegação confirma a importância que o grupo tinha para o jornal e vice-versa.

Dentro do recorte cronológico selecionado, a primeira reportagem relacionada a conflitos de terras aparece nesse caderno especial. Trata-se de uma entrevista com Hugo Vieira, do “setor que lhe foi atribuído pela confiança do governador Moysés Lupion” e que agia com “ordem e equilíbrio na solução dos problemas dos domínios da terra”²⁶². Por esses fragmentos, pode-se perceber que o texto apenas exaltava um setor que teria tudo sob controle, sabendo lidar com eventuais problemas que pudessem surgir. Na entrevista, Vieira enalteceu a posição do Paraná perante o Brasil, seu futuro promissor e sua contribuição para

²⁶² Ordem e equilíbrio na solução dos problemas dos domínios da terra. **Gazeta do Povo**, 7 set. 1957, s/p.

o engrandecimento do país, conceitos correntes na época, devido a economia do Estado estar em crescimento em diversos setores.

Outro “administrador, moço, cristão, dedicado ao Paraná”²⁶³ concedeu entrevista no mesmo caderno especial: o presidente da Federação Paranaense de Imigração e Colonização, Nilton Weigert. A matéria falava sobre as obras que a federação fazia em prol do desenvolvimento do Estado. O fragmento separado é importante pelas qualificações que se aplicam ao entrevistado. Trata-se de uma pessoa com idéias modernas, já que Weigert é “moço”. Possui índole cristã, o que facilitaria o seu tratamento com o semelhante e, além de tudo isso, um bom administrador da área que era importante para o Estado, o incentivo ao imigrante.

Assim como O Estado do Paraná, a Gazeta do Povo também tinha uma coluna fixa para falar sobre os trabalhos dos legisladores estaduais. Na Assembléia Legislativa descrevia o que acontecia nas reuniões dos deputados, enfocando aquilo que o jornal considerava importante. Enquanto no dia 13 de setembro O Estado do Paraná apresentava a chamada “Parlamentar denuncia novo conflito entre posseiros”²⁶⁴, a Gazeta do Povo interpretava que houve uma “Confusão de orador sobre acontecimento do Sudoeste”²⁶⁵. Percebe-se, pela comparação, duas interpretações completamente distintas sobre o mesmo fato, cada uma obedecendo a linha editorial do veículo de comunicação. A Gazeta do Povo explicou que o deputado Antonio Anibelli procurou dar um aspecto político a uma ocorrência – opinião exaustivamente repetida pelo periódico durante toda a cobertura do conflito. O mesmo assunto foi abordado dois dias depois, com a mesma chamada. Este legislador era alvo da ironia do jornal.

A ciência está perdendo um grande talento. Lamentável prejuízo para o mundo médico não contar com o concurso do doutor Antonio Anibelli. Ninguém tem definido tão bem os caracteres humanos como o deputado estadual petebista. (...) o dublê de deputado e de psicanalista descobre o medo no silêncio das populações de Santo Antonio e de Capanema. (...) Sim, para o nobre intérprete da alma humana, o silêncio do povo em

²⁶³ Administrador, moço, cristão, dedicado ao Paraná, cf. id..

²⁶⁴ Parlamentar denuncia novo conflito entre posseiros. **O Estado do Paraná**, 13 set. 1957, p. 4.

²⁶⁵ Confusão de orador sobre acontecimento do Sudoeste. **Gazeta do Povo**, 13 set. 1957, p. 8.

Francisco Beltrão no período noturno é sinônimo de medo. E a faina com que se entrega durante o dia ao trabalho, sem muita conversa – colono não gosta de gente que fala demais – é receio, temor em se comprometer.²⁶⁶

A Gazeta do Povo interpretava o silêncio dos colonos como tranqüilidade, bonança que sucede a tempestade, e não como medo de se manifestar e sofrer represálias. O jornal afirmava, ainda, que eles se sentiam à vontade para se comunicar apenas com aqueles que falavam a sua mesma linguagem, que não os interpretava diferentemente daquilo que eram. “A população cuida de sua vida, o colono trata de ganhar seu pão e não quer saber de outra coisa, não o emociona a chacina, nem a paralisação de seu serviço”²⁶⁷.

E as divergências de interpretações entre os periódicos não paravam por aí. Enquanto a Gazeta do Povo divulgava listas e mais listas de prefeitos que se solidarizavam publicamente com o governador Lupion quanto aos problemas de terras, O Estado do Paraná declarava que os mesmos prefeitos eram ameaçados de não receber verbas se não assinassem os manifestos²⁶⁸.

Quando Mader foi desafiado por seus adversários políticos a apresentar nomes das vítimas assassinadas no Sudoeste, após o levante de outubro, O Estado do Paraná orgulhosamente afirmava que o senador aceitava o desafio com coragem. Já a Gazeta do Povo insinuava, em editoriais e notas, que tudo não passava de bravatas e que, por mais que o político se esforçasse, não conseguiria juntar nomes. Chegava até mesmo a questionar se realmente ocorreram mortes.

Outro assunto que mereceu destaque em ambos os jornais com opiniões diferentes, foi o projeto do deputado Candido de Oliveira Neto (PSD). Sua proposta era a criação da Fundação Paranaense de Colonização do Sudoeste. Para a Gazeta do Povo, uma oportuna iniciativa, destinada a regulamentar as pequenas propriedades de terras na Gleba Missões, que abrangia uma parte da região

²⁶⁶ Psicanalista do medo. **Gazeta do Povo**, 3 out. 1957. Editorial, p. 3.

²⁶⁷ Id..

²⁶⁸ Lupion botou a corda no pescoço dos prefeitos. **Gazeta do Povo**, 20 out. 1957, p. 4.

Sudoeste²⁶⁹. O Estado do Paraná dava outra conotação ao assunto: “O projeto do sr. Candido Machado começa por ser falho e termina por abrir caminho a garantia dos lucros das companhias”²⁷⁰. O jornal acusava o deputado de ser um dos sócios da Citla e, portanto, não poder nem votar em seu próprio projeto. Entre outros argumentos, o jornal de oposição dizia que o projeto era impreciso, pois não especificava o método de colonização, e abrangia apenas uma das glebas do Sudoeste, sem envolver os posseiros das outras áreas. Além disso, não informava se as companhias deveriam devolver o dinheiro que receberam dos colonos indevidamente.

Para a *Gazeta do Povo*, a Tocaia de Capanema era um exemplo significativo do que poderia ocorrer “quando interesses subalternos, contrariando a orientação e as exigências do bem comum inspiram a ação desagregadora de elementos empenhados em perturbar a ordem social”²⁷¹. Uma ordem social, diga-se de passagem, que há muito não reinava.

O mesmo editorial elogiava a palavra “dita em boa hora” na ocasião, por Pinheiro Junior. A fala foi de “análise dos fatos, demonstrando que um fator, mais que qualquer outro, está contribuindo para que tudo isso aconteça: o fato de não terem querido, nem uma nem outra das partes interessadas aguardar a decisão do judiciário sobre as terras litigiosas para então aplicar o que a lei determinar”²⁷².

Para o jornal, o episódio, manipulado por ambições subalternas da oposição política ao governo do Estado, prejudicava os “superiores interesses da população paranaense”. É interessante observar como as crises dos colonos e posseiros, em nenhum momento, são abordadas pelo jornal. Nem assassinatos, estupros, espancamentos ou saques, enfim, nenhuma violação aos direitos dessas pessoas pareceriam ser suficientes para ocasionar uma atitude mais drástica do grupo. Esperar por uma decisão do judiciário poderia levar muitos anos, ou pior,

²⁶⁹ Colonização do Sudoeste. *Gazeta do Povo*, 20 nov. 1957. Artigo, p. 3.

²⁷⁰ Grossa bandalheira por trás da “Fundação do Sudoeste”. *O Estado do Paraná*, 20 nov. 1957. Artigo, p. 4.

²⁷¹ Aproveitadores de desastres. *Gazeta do Povo*, 17 set. 1957. Editorial, p. 3.

²⁷² Id..

ser favorável às companhias de terras. Quais seriam, então, os interesses superiores da população paranaense?

A Gazeta do Povo criticava ferozmente aqueles que viam a gravidade da situação no Sudoeste apenas como uma chance para interesses eleitoreiros e pessoais. “Urge que o problema se situe acima das paixões políticas”²⁷³, o jornal destacava o clamor do deputado Lopes Munhoz, na Assembléia Legislativa.

Em editorial, afirmava que indivíduos “vêm aqui na capital, longe das cenas dos fatos, assumir ares ridículos de defensores de uma causa popular, quando na verdade nada mais fazem do que aproveitar mais esse momento como já aproveitaram e ainda aproveitarão todos os que se lhes ofereçam em favor de suas pretensões eleitorais”²⁷⁴. O PTB e os órgãos do governo Federal ligados a esse partido eram os alvos principais das insinuações da Gazeta do Povo.

Era necessário conhecimento de causa para criticar, frisava o jornal. Mencionava isso para afirmar que a Citla, tão citada naqueles episódios, “não tem mais terras, nem interesses na região conflagrada”²⁷⁵! Dentro do período analisado, só em fins de setembro essa companhia é citada. Até então, o jornal havia mencionado as outras duas companhias imobiliárias – Comercial e Industrial Agrícola e Apucarana – sem envolver a Citla nos problemas de terras do Sudoeste. Uma boa estratégia de defesa de interesses pessoais.

O pedido de intervenção federal no Paraná, feito pelo “velho cansado e frustrado senador udenista”²⁷⁶ Mader, mereceu um editorial indignado da Gazeta do Povo. Para o jornal, este era o ponto culminante de uma campanha feita por “elementos inegavelmente interessados em tumultuar as coisas e fazer escândalos”. Tratava-se de um plano previamente estabelecido, tendo os acontecimentos do sudoeste servido convenientemente ao propósito de agitação política.

²⁷³ “Urge que o problema se situe acima das paixões políticas”. **Gazeta do Povo**, 17 set. 1957. Na Assembléia Legislativa, p. 3.

²⁷⁴ Ignorância e má fé. **Gazeta do Povo**, 18 set. 1957. Editorial, p. 3.

²⁷⁵ Id..

²⁷⁶ Piada Carioca. **Gazeta do Povo**, 25 set. 1957. Editorial, p. 3.

Chamaram sobre a terra paranaense as atenções gerais da nação, procurando apresentar-nos aos olhos dela como incapazes de resolver por nós mesmos os nossos problemas. (...) Não se pode esconder nem ignorar um evidente propósito de criar um ambiente de agitação política e de intranqüilidade no Estado. Determinados representantes da oposição – da pior oposição naturalmente – confundindo como sempre o fizeram, combatem o governo nos erros que comete com a tentativa sistemática de o derrubar.²⁷⁷

Os temores da Gazeta do Povo eram de que o conflito atingisse proporções gigantescas, tornando-se “um completo desastre para nossa terra”²⁷⁸, manchando a imagem de um Estado moderno. Afinal, “não somos aqui uma terra de ninguém, cujos destinos podem ser decididos por meia dúzia de exaltados suspeitos por demais para poderem opinar sobre assuntos dessa gravidade”²⁷⁹.

Mas o objetivo da oposição em preparar um estado de ânimo contrário às autoridades instituídas tivera efeito contrário, dizia o artigo “Cegos pelo ódio”. Mais uma vez, afirmava-se que o acirramento de ódios entre empregados de companhias e posseiros tinha sido instigado por políticos udeno-petebistas.

Pobres diabos estes que não conseguiram extinguir os defeitos de nossos costumes políticos, aferrando-se a métodos primários de fazer política. Não sabem ou fingem desconhecer que não é um governo apenas que repudia um processo revolucionário de dominar, mas o povo todo de nossa pátria já é suficientemente maduro para não aceitar governantes sem credenciais representativas²⁸⁰.

Em face de toda a repercussão negativa do conflito, Lupion enviou uma carta ao Correio da Manhã, que é publicada na íntegra pela Gazeta do Povo, defendendo-se das acusações que lhe faziam políticos e imprensa oposicionista. Afirma não ter ligação nenhuma com a Citla, pois seu nome não constaria entre os cotistas da referida companhia.

Era comum em suas entrevistas à imprensa carioca, tentar historiar o conflito. Mesmo em suas afirmativas de que era necessário agir com justiça, os

²⁷⁷ Disposição de agitar. **Gazeta do Povo**, 28 set. 1957. Editorial, p. 3.

²⁷⁸ Inimigos do Paraná. **Gazeta do Povo**, 26 set. 1957. Editorial, p. 3.

²⁷⁹ Disposição de agitar. **Gazeta do Povo**, 28 set. 1957. Editorial, p. 3.

²⁸⁰ Cegos pelo ódio. **Gazeta do Povo**, 29 set. 1957. Artigo de capa.

discursos do governador não demonstravam simpatia pela causa de colonos e posseiros. Dizia o governador:

Agora a União, o Estado e as companhias colonizadoras reivindicam o direito das terras. E para confundir mais ainda o caso, os posseiros se revoltam. Eles porém devem ser mantidos em suas terras, vença quem vencer. Os homens, os lavradores, é quem estão fazendo o progresso do Paraná. É provável que as companhias abusassem, forçando o loteamento, o que provocou os conflitos com os posseiros. Aqueles que estão nas terras na verdade não querem de forma alguma ser afastados por quem apresenta, em lugar dos frutos do trabalho da colheita, uma simples escritura. Mas é certo por outro lado a posse legal das terras por enquanto pode ser do Estado, da União ou das companhias colonizadoras, menos dos camponeses²⁸¹.

Um dos assuntos que ressurgiu com o polêmico conflito de terras no Sudoeste foi a recriação do Território do Iguaçu. Alguns políticos situacionistas acusavam os seus opositores de terem visto no problema agrário a possibilidade de ressuscitar o tema.

Sabe a população que existem interesses escusos por trás da agitação social (...) A reimplantação do Território do Iguaçu é um sonho desses saudosistas que desprezam o Paraná. É o banco dos que querem locupletar com o esfacelamento de nossa terra, locupletamento que consistirá na satisfação de seus apetites egocêntricos criados com o desvario com que fazem política²⁸².

A Gazeta do Povo acusava Mader de ter “interesses inconfessáveis” com a agitação do Sudoeste, relacionados com o Território do Iguaçu. Ressalte-se que ela abordou esse assunto, ao passo que O Estado do Paraná não tocou na informação.

Desses interesses imediatos, ressalta-se o fato de ter sido ele um dos vendedores do domínio das terras em litígio, a Citla, quando foi proprietário – um dos proprietários –

²⁸¹ “Acusações, injúrias e calúnias fundadas no ódio pessoal”. **Gazeta do Povo**, 8 out. 1957, p. 7.

²⁸² Saudosistas do Território do Iguaçu. **Gazeta do Povo**, 5 out. 1957. Editorial, p. 3.

da Fazenda São Francisco Sales. Com que propósitos, pois, assaca contra a honra da empresa com que já teve transação, deve haver um interesse escuso por trás de seus ataques pessoais, da intransigência manifestada com que nota os mesmos libelos²⁸³.

Falava o editorial que Mader queria agradar os posseiros, conquistar sua confiança e, então, dar os primeiros passos em prol do Território do Iguazu. “Terá o senhor Othon Mader pensado em ser o interventor do Iguazu?”²⁸⁴, insinuava o jornal, acrescentando que o senador era inconformado com a última eleição, na qual perdeu para Lupion a administração do Estado.

No dia 11 de outubro, a Gazeta do Povo entrevistou os membros da comissão de Pato Branco que foram a Curitiba, durante o levante no município. Entretanto, nenhuma informação nova foi acrescentada ao que já havia noticiado a respeito. É somente na edição do dia seguinte que explica mais detalhadamente a conversa que teve com a comissão. No texto, cita-se o episódio do espancamento das crianças do distrito de Verê e o incêndio da casa do colono José Rodrigues, em Dois Vizinhos. “Diante desses fatos, o ânimo da população ficaram exaltados (sic), deliberando se reunir cinco elementos de cada organização política do município, sob a presidência de Frei Policarpo, vigário da paróquia local para, no curso dessa reunião, apresentarem-se providências quanto a que deveriam ser tomadas em virtude desses acontecimentos”²⁸⁵.

Ao mesmo tempo, o comércio decidiu fechar as portas por três dias, em sinal de protesto. Ainda relatava o jornal que a comissão enviou radiograma de Curitiba a “pessoas importantes” de Pato Branco para que retornassem às suas atividades, após apresentarem suas solicitações às autoridades da capital.

No dia 13 de outubro, o editorial da Gazeta do Povo trazia pesadas críticas àqueles que queriam acabar com a honra de Lupion, impedindo no Paraná o clima pacífico e de trabalho. Basicamente, o jornal os divide em dois grupos: políticos interesseiros e bandidos com interesses escusos. Assim os comparou: de políticos a agentes de agitação, usando a tribuna ou o trabuco para interesses

²⁸³ Interesses Inconfessáveis. **Gazeta do Povo**, 11 out. 1957. Editorial, p. 3.

²⁸⁴ Id..

²⁸⁵ Apelo ao comércio e a indústria de Pato Branco. **Gazeta do Povo**, 12 out. 1957, p. 8.

eleitoreiros ou exigências financeiras, pertenceriam a alguns partidos políticos ou se organizavam em bandos, à margem da lei e da sociedade.

O fato é que o momento em que vivemos, histórico sem dúvida, dentro da evolução política do Estado, ficará como um exemplo do que podem fazer contra uma terra e quem a habita, alguns homens unidos, identificados e esperados pela doentia paixão política, pelo maldito ódio pessoal. Tudo fazem esses homens, tudo fizeram e parece continuarão fazendo para convencer o Brasil de que estamos com uma guerra civil grassando no Paraná, de que não há aqui ninguém que se possa viver nem produzir em paz, de que só mesmo a mão de estranhos nos poderá salvar²⁸⁶.

O jornal insistia que esses interesses políticos já não visavam defender colonos, mas somente o esfacelamento do governo do Estado e a intervenção federal. Uma batalha menos sangrenta, mas mais prejudicial ao povo, dizia.

Para o periódico, o levante foi uma conspiração fracassada, já que tinha primordialmente o objetivo de derrubar o governo do Estado e, conseqüentemente, reimplantar o Território do Iguazu, o que não aconteceu. Em nenhum momento analisou, logo após o levante, se as possíveis intenções dos colonos e posseiros foram bem sucedidas, ou seja, se eles poderiam ter o conquistado o direito de permanecer nas terras em que estavam e se isso não seria benéfico para o Paraná.

A abordagem da Gazeta do Povo sobre a Revolta dos Posseiros de 1957 foi bem mais sucinta que a de O Estado do Paraná. Um dos motivos para justificar isso é que o primeiro jornal não enviou repórteres para o Sudoeste. Seu enfoque privilegiou o aspecto político da situação, praticamente sem buscar fontes alternativas para entrevistas. O fato de o Chefe de Polícia ser um dos diretores do jornal, obviamente, foi outro aspecto que influenciou a cobertura jornalística feita pela Gazeta do Povo.

Procurei, com a análise, traçar um perfil do discurso jornalístico dos dois jornais acerca da Revolta dos Posseiros de 1957. Variei o exame com matérias

²⁸⁶ Sinistros coveiros. **Gazeta do Povo**, 12 out. 1957. Editorial, p. 3.

jornalísticas, artigos de opinião, editoriais, notas políticas e até mesmo legendas de fotografias.

O conjunto possibilita um perfil mais consistente da linha editorial seguida por cada periódico na construção simbólica desse assunto específico, cabe enfatizar. Mais uma vez, reitero que o objetivo da análise não foi mostrar mais ou menos verdade em cada um dos discursos, mas tecer comparações entre os textos jornalísticos da Gazeta do Povo e de O Estado do Paraná e com as informações de alguns autores que estudaram o assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rústicos, simplórios, desordeiros, manipuláveis, sofredores, trabalhadores, silenciosos, corajosos e até bandidos. Essas foram algumas das caracterizações usadas pela imprensa paranaense para descrever colonos e posseiros envolvidos no conflito de 1957. Em cada fragmento de discurso, um legado dos jornais da época para a memória de uma revolta que marcou profundamente a região Sudoeste do Paraná. As descrições mudaram conforme o momento e a fonte predominante nas narrativas jornalísticas, mas raramente a voz dos principais envolvidos pôde ser ouvida. Na maior parte do tempo, para os periódicos analisados, colonos e posseiros não passaram de personagens de segundo plano de uma trama em que as desavenças políticas eram mais adequadas aos interesses da imprensa.

O Estado do Paraná, atendendo aos ditames de seu grupo político, aproveitou-se de muitas situações surgidas com o conflito de terras no Sudoeste para promover seus aliados e acusar o governador do Estado. Mesmo assim, não há como negar que textos e fotos produzidos pela dupla de repórteres enviada para a zona do conflito, mesmo a contragosto da direção do jornal, serviram para dar novo rumo de interpretação ao que até então o periódico produzia. Algumas das poucas vezes em que os próprios colonos e posseiros foram ouvidos estão em narrativas de O Estado do Paraná.

Já a Gazeta do Povo seguiu outra linha discursiva, também atendendo aos desejos de seu grupo de apoio. Levantou importantes questionamentos, sobretudo

sobre os interesses camuflados da oposição política em torno do conflito de terras. Entretanto, em seu julgamento, colonos e posseiros não tinham consciência própria, eram apenas marionetes nas mãos de políticos interesseiros. Aspecto que procurei contra argumentar ao longo do trabalho.

Enfatizo, mais uma vez, que o meu objetivo não foi mostrar mais ou menos verdade em cada discurso jornalístico analisado, mesmo porque eu cairia em contradição aos conceitos nos quais me apóio. Procurei mostrar como a tomada de posição de cada jornal influenciou na construção dos seus argumentos, o que proporcionou uma compreensão específica do levante em cada periódico, contribuindo para as interpretações históricas que se fazem sobre o assunto.

Não critico o posicionamento de cada um desses veículos de comunicação, pois acredito que esse poderia ser um fator positivo para o público leitor, pois este sabia que tipo de interpretação poderia encontrar nas páginas de seu impresso favorito. O dever de confrontar e julgar as informações caberia, conseqüentemente, ao próprio receptor.

A comparação discursiva entre textos e veículos de comunicação mostrou formas diferentes de construir narrativas jornalísticas que servem, sim, como fontes históricas e memórias sobre um mesmo assunto. Contudo, a análise não se esgotou aqui, assim como as possibilidades interpretativas. Selecionei um recorte temático e cronológico que me pareceu mais adequado para atender aos meus objetivos. Procurei mostrar que o discurso de cada jornal se apoiou em vários recursos jornalísticos, como artigos de opinião, editoriais, fotografias, legendas, chamadas, disposição das matérias e fontes de informação. Assim, com os olhos de uma jornalista que se adentra em um campo novo de conhecimento, a História, espero ter contribuído para demonstrar a relação entre Jornalismo e História, a qual existe e está longe de ser superficial.

A princípio, não era meu objetivo trabalhar com as emissoras da Rádio Colméia. Mas conforme fui compreendendo a importância que elas tiveram durante a revolta, percebi que não seria possível deixar de traçar alguns comentários sobre seu envolvimento. Os comentários acabaram se estendendo e transformaram-se em um capítulo, enriquecido principalmente pelas memórias

preciosas dos depoentes. Sei que isso não é suficiente para discorrer a respeito do assunto, mas espero ter demonstrado a importância da mediação jornalística direta, através dos microfones das emissoras em Pato Branco e Francisco Beltrão, no desenrolar do levante. Fica aqui a sugestão para futuras pesquisas sobre tal assunto, com o aprofundamento que ele merece.

Sobre os depoentes, seria impossível deixar de afirmar sua importância para o trabalho. Suas informações não serviram apenas para esclarecer a participação das rádios, mas principalmente para fornecer detalhes sobre a própria Revolta dos Posseiros de 1957. Todos os entrevistados, de uma forma ou de outra, estavam envolvidos no levante e orgulham-se disso, como procurei deixar claro nos fragmentos que transcrevi. Muitas outras pessoas poderiam (e deveriam) ter sido entrevistadas, mas as limitações dessa pesquisa não permitiram. Novamente, deixo a sugestão para futuros trabalhos, pois ainda restam vivos personagens do conflito de terras no Sudoeste e dispostos a colaborar para não deixar esmorecer a memória da Revolta dos Posseiros de 1957.

Os depoimentos e a análise das matérias jornalísticas permitiram delinear e confrontar a participação de dois tipos diferentes de jornalismo, o distanciado, representado aqui pelos jornais da capital, e o próximo, na voz das rádios Colméia de Pato Branco e Francisco Beltrão. A mediação diferenciada deve-se, em parte, aos públicos distintos. As emissoras falavam de e para os próprios envolvidos no conflito, enquanto que os impressos de Curitiba destinavam-se para uma sociedade letrada e, em sua grande maioria, distante do “sertão” de “moradores esparsos e quase divorciados da civilização”, imagem comum que o povo da capital tinha sobre o Sudoeste.

E é justamente do jornalismo atuante, do envolvimento direto e mediado pelos microfones das emissoras Colméia que surgiram importantes lideranças, não apenas durante a revolta, mas posteriormente aos acontecimentos de outubro de 1957, principalmente nas representações de Ivo Thomazoni e Valter Pécoits, os quais continuaram perseverantes na solução dos problemas de terras do Sudoeste mesmo após os conflitos. Assim como Jácomo Trento que, mesmo não

seguindo carreira política, permaneceu ao lado de seus companheiros na luta pela posse de terras.

A Revolta dos Posseiros de 1957 é um assunto que não se esgota em um capítulo. Trata-se de um tema complexo, que dispõe de múltiplas fontes de pesquisa, as quais optei por não utilizar. Meu objetivo foi apresentar aspectos fundamentais do conflito para auxiliar na compreensão de minhas propostas principais de pesquisa. Muitos outros aspectos ainda não ganharam a atenção devida de pesquisadores, como os detalhes do levante na fronteira, principalmente nas cidades de Capanema e Santo Antonio; a participação do exército, que até hoje não ficou bem esclarecida; a situação dos colonos e posseiros após 1957 e as próprias intenções da Citla e sua possível indústria de celulose. O próprio fato de ser um assunto tão pouco conhecido, até pelos próprios moradores do Sudoeste, é algo que chama a atenção. Por que a memória dessa história não se fortaleceu?

Dona Manoela Pécoits tem razão. A Revolta dos Posseiros de 1957 é um dos poucos movimentos agrários do país que conseguiu sair vitorioso. Colonos e posseiros conseguiram afirmar o seu direito de posse e expulsar o invasor que tanta desgraça trouxera para a região. A conquista ainda demorou alguns anos, mas chegou. Famílias que viram seus entes morrerem, fugirem ou sofrerem humilhações puderam sentir o gosto da vitória, ao terem títulos de propriedade validados pela lei.

Mas pode-se dizer que essa é uma segunda parte da história a ser desdobrada em futuras pesquisas, contribuindo assim para o fortalecimento da memória dos movimentos agrários do Brasil. Rara, nesse caso: a de um pequeno grupo de agricultores que conseguiu uma grande conquista, ou seja, legitimar o seu direito de posse em um território cobiçado pelos grandes senhores de terras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS:

Periódicos:

GAZETA DO POVO, 3 de fevereiro de 1919.

GAZETA DO POVO, 1º de janeiro de 1957.

GAZETA DO POVO, edições de setembro, outubro e novembro de 1957.

GAZETA DO POVO, 2 de fevereiro de 1992.

O CRUZEIRO, 12 de outubro de 1957.

O CRUZEIRO, 2 de novembro de 1957.

O ESTADO DO PARANÁ, 17 de julho de 1951.

O ESTADO DO PARANÁ, 1º de janeiro de 1957.

O ESTADO DO PARANÁ, edições de setembro, outubro e novembro de 1957.

O ESTADO DO PARANÁ, 17 de julho de 1980.

O ESTADO DO PARANÁ, 17 de julho de 1997.

MANCHETE, 12 de outubro de 1957.

Mensagens:

PARANÁ. Mensagens apresentadas a Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura das Sessões Ordinárias de: 1948; 1957; 1958; 1959; 1960.

TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS CITADAS E/OU CONSULTADAS:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. São Paulo. 1981. 274 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). USP. Acesso em 05 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/1981/Mestrado_Abramovay.doc.

ASSIS, Charleston José de Sousa. **A revolta de 30 de junho de 1987**. Levante popular na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003. 124 p.

BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público**. (Os diários do Rio de Janeiro – 1880-1920). Tese. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 1996.

BURATTO, Ivanir. **A revolta dos posseiros – 1957 no município de Francisco Beltrão**. Francisco Beltrão, 1997. Monografia (Especialização em Desenvolvimento e Integração da América Latina). Unicentro/Facibel.

CODATO, Evandir. **PSD e UDN: articulação e conflito na política paranaense entre 1945 e 1950**. (Tese de doutorado). São Paulo: USP, 1991.

COLNAGHI, Maria Cristina. **Colonos e poder: a luta pela terra no sudoeste do Paraná**. Curitiba, 1984, 187p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). UFPR.

FIGLIARESE, G. **A mulher e conflitos sociais no Sudoeste do Paraná (1943-1962)**. Dissertação. (Mestrado em História). Guarapuava, 2000. 153 p. Unicentro/Unesp.

GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no oeste do Paraná nas décadas de 1940-1970**. Tese. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997, 360 p.

KLAUCK, Samuel. **Memória e identidade da Gleba dos Bispos: uma experiência de colonização na fronteira do Oeste do Paraná**. Dissertação. Niterói: Universidade Federal Fluminense/Unioeste, 2002. 177 p.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros: Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)**. Niterói, 2002. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense/Unioeste.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A História do seu Tempo. A imprensa e a produção do sentido histórico**. Rio de Janeiro, dissertação de Mestrado defendida na ECO/UFRJ, 1996.

SOUTO, Sérgio Monteiro. **Imprensa e Memória da Copa de 50**: a glória e a tragédia de Barbosa. Dissertação. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2002.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

BARBOSA, Marialva. **Discurso e poder**: síntese de uma reflexão. In: Cadernos IACS. Nº1. UFF/IACS: Niterói, 1996.

BARROS FILHO, Clóvis de. **A crítica à objetividade da mídia**. In: Pauta Geral, ano 2, número 2 (1994).

BONETI, Lindomar Wessler. Organização e Luta camponesa no sudoeste do Paraná. In: MOTTA, Márcia & ZARTH, Paulo. **História Social do Campesinato**. Volume 1, Livro II (no prelo).

CODATO, Evandir. **Personalismo político nos anos cinquenta**. In: Revista de História Regional 7 (1): 9-45. Ponta Grossa, 2002.

FERNANDES, G.G.C.; et. al. **Gazeta do Povo**: escrevendo a história do Paraná. Curitiba, 2005.

FREITAG, Liliane da Costa. **Da natureza mediadora do campo midiático**: uma tentativa de aproximação com o poder simbólico. IN: I Fórum das Humanidades. Diálogos de Paz e Reflexões sobre Poder e Violência. Guarapuava: Unicentro, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUYSSSEN, Andrés. **Resistencia a la Memória:** los usos y abusos del olvido publico. Acesso em 15 de agosto de 2006. Disponível em: www.intercom.org.br/memoria/congresso2004/conferencia_andreas_huyssen.pdf

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória.** Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna-RJ, 2000.

MARTINS, Romário. **História do Paraná.** 3ª ed. Curitiba: Editora Guairá Limitada, s/d.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954).** Coleção Estante Paranista. Ano I. Vol. I. Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

THOMPSON, Eduard P. **Costumes em comum.** Estudos sobre a cultura tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VERON, Eliséo. **A análise do “Contrato de Leitura”: um novo método para os estudos de posicionamento dos suportes impressos.** Tradução livre. (VERON, Eliséo. “L’Analyse do ‘Contrat de Lecture’: une nouvelle methode pour les etudes de positionnement des supports presse”. In *Les Médias – Expériences, Recherches Actuelles, Applications*. Paris: IREP, juillet-1985, pp.203-30.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

ABREU, Alzira Alves de. (et.al.). **Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

BARBOSA, Marialva. **Por uma história dos sistemas de comunicação**. IN: Revista Contracampo. Nº 1. Julho/Dezembro 1997.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. IN: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BUITONI, Dulcília H. Schroeder. Jornalismo: o tecido e o acontecido. In **Revista USP**. São Paulo, junho/agosto 1990.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. **A imprensa na História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

CARNASCIALI, Juril. **De Plácido e Silva, o Iluminado**. Curitiba: Oficina das Letras, 2000.

CODATO, Evandir. **Apontamentos sobre o personalismo político paranaense**. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_atg8.htm. Acesso em 23 de julho de 2006.

CODATO, Evandir. Organização do rural paranaense. In: FERREIRA, Yoshiya Nakagawara et. alii. **Formação territorial do Paraná: raízes rurais e urbanas**. Londrina: Humanidades, 2005, v.1, no prelo.

COLNAGHI, Maria Cristina. O processo político de ocupação do Sudoeste. IN: PAZ, Francisco Moraes (org.). **Cenários de economia e política: Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991, pp. 7-21.

CODATO, Evandir. **Apontamentos sobre o personalismo político paranaense**. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_atg8.htm. Acesso em 23 de julho de 2006.

GOMES, Iria Zanoni. **1957. A Revolta dos Posseiros**. 2ª ed. Curitiba: Criar Edições, 1987.

IPARDES, Fundação Edson Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: IparDES/SEPL/Fuem. 1989.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense**. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

MAUAD, Ana Maria. **Dimensões do Presente: palavras e imagens de um acontecimento, os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono, em 11 de setembro de 2001**. Primeiros Escritos nº 9, Niterói, UFF, LABHOI. Disponível em www.historia.uff.br/labhoi. Acesso em 15 de dezembro de 2005.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, Rubens da Silva. **Entre jagunços e posseiros**. 1ª ed. Curitiba: Studio GMP, 1986.

MEDITSCH, Eduardo. **A nova era do rádio: o discurso do radiojornalismo enquanto produto intelectual eletrônico**. Disponível em

<http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/meditsch-novaera.html>. Acesso em 30 de julho de 2006.

MIOTTO, Cirene Vanzella. **Rádio Celinauta 50 anos: ondas que unem o Sudoeste do Paraná**. Pato Branco: Fadep, 2004.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Jornalismo e configuração narrativa da História do Presente**. Disponível em www.compos.org.br/e-compos. Acesso em 11 de agosto de 2006.

MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOTTA, Márcia. **A grilagem como legado**. Disponível em http://www.historia.uff.br/artigos/motta_grilagem.pdf. Acesso em 15 de dezembro de 2005.

MOTTA, Márcia. História e Memórias. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História: pensar e fazer**. Niterói: Laboratório Dimensões da História, 1998.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001. 107p.

NORA, Pierre. O retorno do fato. IN: NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques. **História: novos problemas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. **Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: “Gazeta do Povo” e “O Estado do Paraná”**. Retirado de www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd3/midia/elzaaparecidadeoliveirafilha.doc. Acesso em 21 de novembro de 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

ORTRIWANO, Gisela. O rádio no Brasil. In: A informação no rádio. São Paulo: Summus.

SALLES, Jefferson de Oliveira. A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950: o caso do grupo Lupion. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **A construção do Paraná Moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930-1980**. Curitiba: SETI, 2004.

THOMPSON, Eduard P. **A formação da classe operária**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.

VOLTOLINI, Sittilo. **Retorno 2**. Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957. 2 ed. Pato Branco: Fatex, 2003.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

ENTREVISTAS

MATIELLO, Inelci Pedro. Entrevista concedida a Éverly Pegoraro em 07 de julho de 2006, em Pato Branco, Paraná.

NEGRI, Aurélio Antonio. Entrevista concedida a Éverly Pegoraro em 07 de março de 2007, em Francisco Beltrão, Paraná.

PÉCOITS, Manoela Sarmiento Silva. Entrevista concedida a Éverly Pegoraro em 07 de março de 2007, em Francisco Beltrão, Paraná.

THOMAZONI, Ivo. Entrevista concedida a Éverly Pegoraro em 12 de setembro de 2006, em Curitiba, Paraná.

TRENTO, Jácomo. Entrevista concedida a Éverly Pegoraro em 03 de maio de 2007, em Pato Branco, Paraná.

ANEXOS

ANEXO 01 – ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTAS COM INELCI PEDRO MATIELLO E IVO THOMAZONI

- Informações pessoais, procedência, profissão, motivo e ano em que chegou a Pato Branco

- Início da Rádio Colméia:

Quando ingressou na emissora

Na década de 1950, como era o funcionamento da emissora (alcance, pessoas que trabalhavam, cargos, etc.)

- Relação da Rádio Colméia com a comunidade e com a imprensa da capital:

Havia alguma relação entre a imprensa de Curitiba e a emissora

Qual era a receptividade do povo da região Sudoeste à imprensa da capital

O que a Rádio Colméia representava para o povo de Pato Branco e região na década de 1950

- A Rádio Colméia e a Revolta dos Posseiros de 1957:

Havia alguma relação política na Rádio Colméia em 1957

Qual foi o papel da rádio na Revolta dos Posseiros

Por que a rádio foi vendida em outubro de 1957 (quem eram os donos, quem comprou)

- Trajetória do entrevistado:

Qual foi o papel do depoente na Revolta de 1957

Represálias interna ou externa à emissora

Atividades depois da revolta de outubro

ANEXO 02 – ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTAS COM
AURÉLIO ANTONIO NEGRI E MANOELA SARMENTO SILVA PÉCOITS

- Informações pessoais, procedência, profissão, motivo e ano em que chegou a Francisco Beltrão

- A Rádio Colméia de Francisco Beltrão:

Programações

Interação com ouvintes

Envolvimento da emissora no conflito de terras

Participação na Revolta de 1957

Relação da emissora com colonos e posseiros

Relação da emissora com companhias de terras

Relação da emissora com governo estadual

- A Rádio Colméia de Francisco Beltrão e Valter Pécoits:

Envolvimento de Pécoits com a emissora

Envolvimento de Pécoits com colonos e posseiros

Surgimento e fortalecimento da liderança no município

Participação na Revolta de 1957

ANEXO 03 – ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTAS COM JÁCOMO TRENTO

- Informações pessoais, procedência, profissão, motivo e ano em que chegou a Pato Branco

- O entrevistado e a Rádio Colméia

Envolvimento com a emissora

Mediação da emissora durante o conflito

- O entrevistado e a Revolta dos Posseiros de 1957

Envolvimento com os colonos e posseiros

Construção de liderança do movimento

Atuação durante o levante

Utilização da emissora Colméia

Ligação com o movimento em Francisco Beltrão

- Trajetória do entrevistado após o conflito de outubro de 1957